

Relatório de Gestão 2020

JUNHO DE 2021





Sumário

Mensagem do Ministro página 3



1.	Visão geral organizacional e ambiente externo	07
1.1.	Identificação, missão e visão	08
1.2.	Ambiente externo	08
1.3.	Estrutura organizacional	09
1.4.	Estrutura de governança	12
1.5.	Cadeia de Valor	15
1.6.	Políticas, projetos e programas de governo	16



2.	Gestão de riscos, oportunidades e perspectivas	25
2.1.	Gestão de riscos e controles internos	26
2.2.	Principais Ações de Supervisão e Controle Adotadas	27
2.3.	Programa Coopera/TCU (atuação no enfrentamento da crise da Covid-19)	29
2.4.	Atuação Correcional	30



3.	Governança, estratégia e desempenho	31
3.1.	Estratégia	32
3.2.	Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor	34
3.3.	Resultados e desempenho da gestão	35
3.3.1.	Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão	35
3.3.2.	Resultados das principais áreas de atuação ou ações da UPC	53



4.	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	73
4.1.	Gestão contábil	74
4.2.	Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC	76
4.3.	Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC	77
4.4.	Informações dos Contadores da UPC	78
4.5.	Demonstrações contábeis e notas explicativas	79



5.	Anexos e apêndices	80
5.1.	Lista de siglas e abreviações	81



Mensagem do Ministro Tarcísio Gomes de Freitas

Este Relatório de Gestão, na forma de relatório integrado, é produto da construção coletiva do capital intelectual do Ministério da Infraestrutura, resultado do empenho dos órgãos específicos e singulares integrantes deste Ministério e das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.

A seleção dos temas mais relevantes para compor o Relatório levou em consideração os resultados alcançados pelo Ministério da Infraestrutura que tiveram maior impacto para a sociedade, em termos de garantia da operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, alinhados aos objetivos estratégicos da Pasta, adotando a estrutura recomendada na Decisão Normativa TCU nº 187/2020.

O ano de 2020 iniciou com uma grande perspectiva para o Brasil. A partir das medidas adotadas pelo Governo no ano anterior, notadamente a manutenção do equilíbrio fiscal e a Reforma da Previdência, as estimativas do 1º Trimestre apontavam para um crescimento vigoroso do PIB Brasileiro.

Nessa perspectiva, o Ministério iniciou o ano seguindo fielmente seu planejamento estratégico, buscando proporcionar infraestrutura integrada e confiável para o transporte de bens e pessoas, e, contribuindo, para o aumento da competitividade nacional.

Vale salientar que, para resgatar o país do profundo déficit de infraestrutura de transportes acumulado nas últimas décadas, a estratégia adotada tem foco em duas frentes: a busca do reequilíbrio da matriz de transportes a partir das ações estabelecidas no **Plano Nacional de Logística - PNL** e o fortalecimento institucional da Pasta.

Tal esforço tem como diretrizes principais a transferência maciça de ativos para a iniciativa privada; a gestão eficiente dos recursos públicos no âmbito de um cenário de restrição fiscal; a repactuação de contratos de concessões firmados nas administrações anteriores que atualmente apresentam relevantes passivos; e a formatação de uma carteira de projetos para execução futura.

Contudo, ao longo do 1º Trimestre o mundo inteiro foi assolado pela Pandemia de Covid-19, com reflexos em todos os setores da sociedade, e que, especialmente no que tange à infraestrutura, demandou um grande esforço para mitigar seus efeitos.

Diante do quadro de Pandemia, o Ministério da Infraestrutura, sob orientação do Presidente Jair Bolsonaro, decidiu, de forma ágil e estratégica, dar continuidade ao Programa de Concessões, dos diversos modos de transporte, e, principalmente, não paralisar nenhuma obra em andamento.

Além disso, como ações de enfrentamento à pandemia, o MInfra liderou uma força tarefa para o transporte e distribuição de 960 toneladas de insumos médicos e hospitalares para todo o país; fortaleceu o **Conselho Nacional de Secretários de Transportes - CONSETRANS**, o que possibilitou a adoção de medidas integradas para preservar o fluxo viário e o estabelecimento de uma malha aérea mínima. Também foram implementados normativos específicos para os setores aquaviário e portuário e adotadas medidas para segurança e preservação da saúde dos profissionais do transporte, como o afastamento daqueles denominados grupos de riscos, escala eletrônica nas atividades portuárias.

Tal esforço conjunto possibilitou que o país enfrentasse a Pandemia sem riscos de desabastecimento, assegurando a continuidade dos fluxos de importação e exportação, mesmo em um ano de safra recorde. Isso foi uma vitória silenciosa, mas expressiva do Governo.

Assim, mesmo atravessando um ano extremamente desafiador e complexo, podemos olhar para trás e constatar que avançamos muito no Ministério da Infraestrutura.

E, apesar de alguns leilões terem sido postergados por conta dos efeitos da Pandemia, nosso Programa de Concessões está fortalecido e consolidado, com bons ativos e estruturação sofisticada, tratando todos os riscos identificados e agregando aspectos de sustentabilidade.

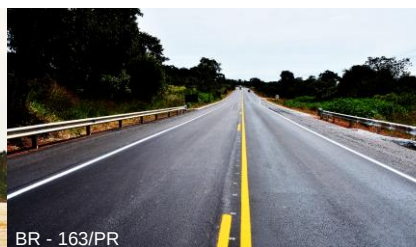
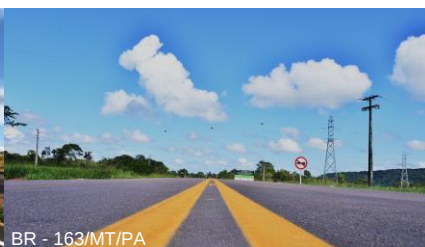


Em termos quantitativos, em 2020 tivemos 13 ativos leiloados/prorrogados, o que possibilitou a contratação de R\$ 31,35 bilhões de investimentos, com potencial de geração de quase 500 mil empregos, além da arrecadação de R\$ 8,2 bilhões em outorgas.

GESTÃO MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA 202099,88%
DO ORÇAMENTO
EXECUTADO500 MIL
EMPREGOS GERADOSATIVOS
LEILOADOS/
PRORROGADOS+4,2%
NA MOVIMENTAÇÃO
PORTUÁRIAOBRAS
PÚBLICAS
ENTREGUES 92R\$ 31,3
BILHÕESR\$ 4,5 BILHÕES
EM INVESTIMENTOS
PARA O SETORR\$ 8,2 BILHÕES
EM OUTORGAS

28

CONTRATOS
DE ADESÃO
E ADITIVOS
PORTUÁRIOS
CELEBRADOSINVESTIMENTOS
PRIVADOS
CONTRATADOS



Destacam-se os exitosos leilões da **BR-101/SC**, de **6 terminais portuários**, a cessão onerosa de outros 2 terminais, além das prorrogações antecipadas da **Ferrovia Malha Paulista**, **Estrada de Ferro Carajás**, **Estrada de Ferro Vitória-Minas** e a consequente viabilização da **Ferrovia de Integração do Centro-Oeste - FICO**.

Agregando esse resultado ao ano anterior, chegamos à metade do Governo do Presidente Jair Bolsonaro com **40 ativos transferidos à iniciativa privada**, perfazendo **R\$ 44,3 bilhões de investimentos**, com a perspectiva de geração de **660 mil empregos** e **R\$ 13,4 bilhões em outorgas**.

E o cenário para 2021 é ainda mais promissor, pois a expectativa é a transferência de **52 ativos à iniciativa privada**, possibilitando a contratação de **R\$ 137 bilhões em investimentos**. Chegamos ao final de 2020 com o leilão de **28 ativos** já marcados para o início do mês de abril - **22 Aeroportos**, a **Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Ilhéus - Caetitê)** e **5 terminais Portuários**.

Há ainda **3 projetos** já aprovados pelo TCU: **2 segmentos rodoviários** (**BR-153/080/414/GO/TO** e **BR-163/230/MT/PA**) e **1 Terminal Portuário no Amapá**, além de outros **8 Ativos em análise no TCU** e diversos outros empreendimentos em estruturação.

Seguimos firmes na estratégia de racionalizar os investimentos públicos, o que tem possibilitado a **conclusão total ou parcial de 92 empreendimentos**, além da retomada de obras em todos os modos de transportes. Também foram executados **99,88%** do nosso Orçamento, o que demonstra o compromisso do Ministério da Infraestrutura com o bom uso dos recursos públicos.

Destaca-se o apoio das Bancadas Parlamentares que tem viabilizado o remanejamento de recursos para os empreendimentos prioritários, mitigando sobremaneira os desafios da restrição fiscal.

Como exemplo, no setor rodoviário destaca-se a prioridade absoluta para a manutenção da infraestrutura rodoviária. Com isso, foi possível continuar a trajetória de melhoria da malha federal, cuja condição ótima/boa/regular foi elevada de **77%** em 2018 para **83%** ao final de 2020.

Também merece destaque a conclusão da pavimentação, restauração e duplicação de importantes segmentos rodoviários em todo país, ressaltando trechos da **BR-432/RR**, **BR-230/PA**, **BR-364/RO - Travessia de Porto Velho/RO**, **BR-235/PI**, **BR-101/AL**, **Viaduto da PRF em Maceió**, **BR-101/SE**, **BR-101/BA** e **BR-116/BA**, **Alça de Ligação da Ponte Rio-Niterói/RJ**, **BR-381/MG**, **BR-154/MG**, **BR-364/MT**, **BR-419/MS**, **BR-163/PR**, **BR-470/SC**, **BR-116/RS** e a **Travessia Principal da 2ª. Ponte do Guaíba/RS**.

Na gestão do Trânsito, entrou em vigor do **Novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB)**, que, a partir de abril de 2021, vai instituir mudanças que simplificarão e desburocratarão processos, além de reduzir custos para o cidadão e possibilitar o investimento em medidas educativas. Também foi adotado **novo modelo de emplacamento veicular**, que diminui os custos e estabelece o uso de itens de segurança mais eficientes, como o QR Code, que, dentre outros benefícios, permite a rastreabilidade, dificultando a clonagem e falsificação.

Os avanços relativos ao processo de transformação digital já contam com **27 serviços ofertados de forma totalmente digital** ao cidadão, como a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH-e)** e o **Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV-e)**.

No segmento de ferrovias, mantemos o firme propósito de elevar sua participação de **15%** para cerca de **29%** ao longo da década. Destaca-se a intensificação das obras de construção da **Ferrovia de Integração Oeste-Leste na Bahia**, inclusive com a participação do Exército Brasileiro, bem como os investimentos privados para conclusão da **Ferrovia Norte-Sul**, possibilitando a conclusão e plena operacionalização em meados de 2021, além da ênfase nos diversos processos de renovação antecipada de contratos e na racionalização regulatória.

O setor aquaviário também contou com avanços importantes, registrando aumento na movimentação portuária de cerca de **4%**, inclusive com diversos Portos Públicos acumulando recordes, como é o caso do Porto de Santos/SP, que atingiu **146,5 milhões de toneladas**, correspondendo ao crescimento de **9,3%** em relação a 2019.

Também é importante destacar a inflexão no resultado das Companhias Docas, que passaram a apresentar superávit financeiro, como reflexo imediato da gestão técnica implementada. Ressaltando-se a **Liquidação definitiva da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR**.

A conclusão da Dragagem do **Porto de Rio Grande/RS**, a Dragagem do **Rio Madeira**, o **Cais de Atalaia do Porto de Vitória/ES**, além da construção e retomada das operações de **5 Instalações Portuárias** (**Parintins/AM**, **Turiação/MA**, **Coari/AM**, **Viseu/PA**, **Itacoatiara/AM**). São obras aquaviárias que merecem destaque.

Também destacamos a ampliação do investimento privado nos portos, que culminou na celebração de **28 contratos de adesão e aditivos**, possibilitando investimentos de **R\$ 4,5 bilhões**. Nos **2 primeiros anos de Governo** são **69 contratos e aditivos celebrados**, totalizando investimento de **R\$ 6,5 bilhões**.

A aprovação do **PL 4.199/20** pela Câmara dos Deputados, instituindo o **Programa de Estímulo à Cabotagem (BR do Mar)**, certamente ampliará o desenvolvimento do setor e preservará a indústria naval.

A aviação foi o modo de transporte mais impactado pela Pandemia, chegando a registrar redução de até **90%** da movimentação de passageiros e aeronaves. De imediato, foram tomadas medidas para reduzir o impacto econômico sobre o setor, notadamente a edição da **Lei 14.034/20**, que permitiu a flexibilização do prazo de **reembolso ou de remarcação dos bilhetes aéreos cujos voos foram cancelados** e possibilitou a redução dos prejuízos financeiros aos operadores aeroportuários sob concessão.

Enquanto a aviação civil estava quase que paralisada por completo em muitos países, o Governo Federal buscou viabilizar uma malha aérea essencial (26 estados, o Distrito Federal e outras 19 cidades atendidas) para que nenhum estado ficasse sem pelo menos uma ligação aérea, visando garantir a integração nacional. Como parte das ações da União para o setor, houve o esforço de manutenção dos aeroportos abertos ao tráfego, em alinhamento com os governos estaduais.

Além disso, o ano de 2020 também registrou outros avanços, como o Lançamento do [Programa Voo Simples](#), que representa o conjunto de 50 medidas para simplificar e desburocratizar o segmento de aviação geral. Outra iniciativa relevante foi o início dos testes do [Embarque Seguro](#), procedimento que utilizará o reconhecimento facial e validação biométrica, dispensando a apresentação de documentos, para reduzir o tempo e ampliar a segurança dos usuários.

Aproveitou-se a queda da movimentação aeroportuária para a conclusão de importantes investimentos, como a conclusão do [Terminal de Passageiros em Fortaleza/CE e Cascavel/PR](#), a reforma da pista de [Congonhas/SP](#), além de obras em [Belém/PA](#), [Oriximiná/PA](#), [Santarém/PA](#), [Manaus/AM](#), [Uberaba/MG](#), [Foz do Iguaçu/PR](#), [Navegantes/SC](#), [Santa Maria/RS](#), [Campo Grande/MS](#), [Goiânia/GO](#) e [Joinville/SC](#).

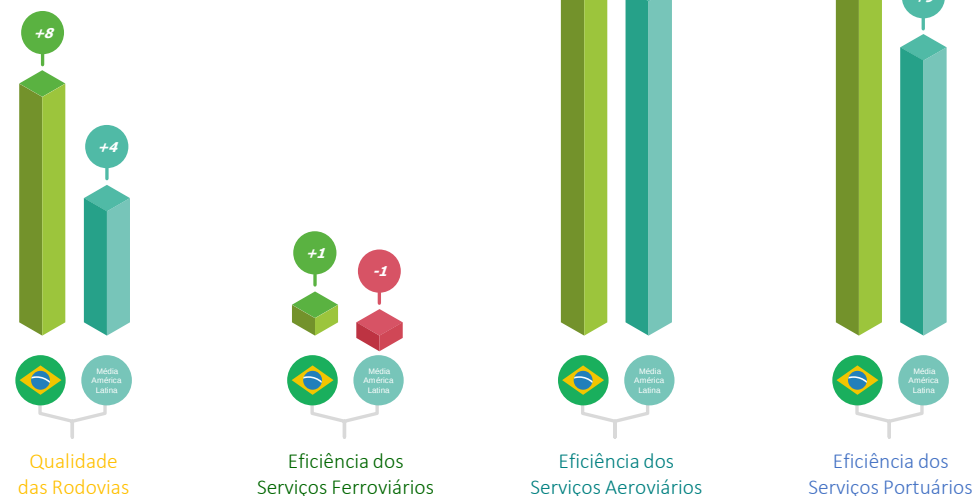
O Ministério que vem consolidando a sua gestão estratégica e avançando em ações estruturantes e inovadoras, atingindo 100% dos serviços digitalizados, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nas Vinculadas, a redução dos gastos com alugueis, além do fortalecimento do Plano de Integridade e do Programa Radar Anticorrupção.

Em decorrência das ações implementadas, os resultados estão aparecendo. Recente pesquisa conduzida pela Fundação Dom Cabral apontou melhoria nos índices de qualidade das [rodovias](#), eficiência dos serviços [ferroviários](#), [aeroviários](#) e [portuários](#),

O QUE COMPROVA QUE ESTAMOS NO RUMO CERTO



GANHOS DE POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING MUNDIAL EM 2020



Em que pesem as adversidades e as necessidades intensas de ações para o enfrentamento da pandemia, mantivemos o planejamento, asseguramos o funcionamento da logística, continuamos a executar e entregar obras, a estruturar e conceder ativos, como também fortalecemos nossa gestão institucional.

Não obstante os avanços, temos plena consciência que ainda resta uma série de carências no setor de infraestrutura a equacionar. Mas, considerando as perspectivas para o país, o planejamento realizado e a motivação de nossa equipe, acredito que o ano de 2021 será bastante promissor.

A partir do nosso planejamento integrado, os investimentos públicos e privados continuam acontecendo. Dispomos de uma carteira de obras públicas contratadas e em andamento e uma intensa agenda de concessões, inclusive com previsão de entregas significativas a cada semana, que contribuirão para o desenvolvimento do Brasil.

Este Relatório de Gestão, além de traduzir a estratégia de atuação do Ministério da Infraestrutura no cumprimento das suas atribuições constitucionais, apresenta nossa prestação de contas à sociedade de maneira objetiva, fidedigna e transparente.

O ano de 2020 ficará marcado na história como um ano de grandes dificuldades, mas também de muito aprendizado, o que nos tornou ainda mais fortes e capacitados para oferecermos para o Brasil e para os brasileiros uma infraestrutura de ponta, que possibilite atingirmos os resultados almejados pelo Governo Federal.



**Visão geral
organizacional
e ambiente
externo**

1.

1.1 Identificação, missão e visão

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) é o órgão central da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais de trânsito e de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário).

Ocupa-se, ainda, dentre outras atribuições: (i) da formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento e o fomento da marinha mercante, do setor de portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (ii) da participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimento em transportes; (iii) da elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma da legislação específica; e (iv) da aviação civil e infraestrutura aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

De forma geral, as competências do MInfra estão estabelecidas no art. 35 da Lei 13.844/2019 e no art. 1º, Anexo I, do Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério.

Com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República, o MInfra sucedeu ao então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil tendo recebido a nova denominação e as atribuições relativas ao trânsito, as quais eram da competência do extinto Ministério das Cidades.

O MInfra, quando da atualização do planejamento estratégico para o período de 2019 a 2022 e da elaboração do correspondente Mapa Estratégico, aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG), instituiu a nova missão e visão do Ministério:



1.2 Ambiente externo

Os órgãos públicos e privados estão sujeitos a variáveis externas que podem impactar a performance das suas atividades e a forma como são planejadas. Em 2020, o evento externo preponderante que impactou a gestão do Ministério, especialmente seus programas finalísticos, foi a pandemia do Coronavírus, Covid-19, proveniente do exterior e que ocasionou um caos no país.

Ao longo de 2020 houve uma grande diminuição no ritmo de crescimento global decorrente do surto da Covid-19. A doença causada pelo coronavírus teve início na China, em dezembro de 2019, e logo se espalhou pelo mundo inteiro. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a doença como pandemia e medidas de isolamento social foram impostas por governos locais em diversos países, afetando drasticamente a economia.

No Brasil, com o fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais não essenciais, a rotina de todos foi afetada, inclusive a do setor de transporte. Para contornar ou minimizar os severos impactos negativos causados, o Governo, a sociedade e os empresários tiveram que se reinventar.

No transporte, as mudanças, em geral, foram orientadas pelas posições dicotômicas que o setor ocupa nesse contexto: ao mesmo tempo em que tem sido considerado como um local de possível transmissão e, conseqüentemente, de aceleração da disseminação da doença, o transporte desempenha um papel essencial para a continuidade do abastecimento das cidades e para a viabilização das atividades, essenciais ou não.

Com a pandemia, houve ruptura das cadeias globais, com impacto severo na integração logística. Enquanto isso, em nível nacional, interpretações distintas sobre a classificação de produtos e serviços essenciais induziram às restrições de circulação e criaram percalços operacionais, descontinuando atividades de apoio ao transporte. Esses entraves consistiram nos principais desafios enfrentados pelo setor no país.

O transporte de cargas e passageiros enfrentou altos e baixos no Brasil. Com a pandemia o País praticamente parou. E o faturamento de transportadoras e frotistas caiu no primeiro trimestre.

Tanto as operações de transporte de cargas como a de passageiros – incluindo as operações aéreas – começaram a despencar a partir de março, quando ficou claro que a crise sanitária já avançava pelo país.

No caso das companhias aéreas, a queda foi catastrófica. Em maio, o movimento de passageiros despencou. A diminuição foi de aproximadamente 60% no número de passageiros e de quase 40% no movimento de aeronaves em relação ao ano anterior.

Com muito esforço e criatividade, o Governo Federal estabeleceu uma série de medidas emergenciais de apoio ao setor de aviação civil, dentre as quais se pode destacar: a proposição da Medida Provisória n.º 925/2020, convertida na Lei n.º 14.034/2020, que implementou a postergação do prazo para pagamento das outorgas devidas pelas concessionárias de aeroportos; a alteração das regras de reembolso das passagens aéreas durante a pandemia e a extinção do adicional da tarifa de embarque internacional, que reduziu os custos incidentes sobre o setor.



O Governo também ofereceu, por meio da logística, recursos extraordinários e adequados para contribuir no combate à pandemia. Foram ações que implicaram na publicação de decretos, possibilitando a manutenção do fluxo de mercadorias entre os Estados, garantindo os serviços essenciais aos caminhoneiros, como funcionamento de postos de combustíveis, restaurantes, borracharias, oficinas e lojas de autopeças, entre outras medidas, oferecendo qualidade de vida e de trabalho àqueles profissionais, e proporcionando a continuidade dos seus valiosos serviços, com confiança e segurança.

Nenhum Estado da Federação ficou sem abastecimento de alimentos ou qualquer gênero de primeira necessidade. Uma ação que merece relevante destaque foi o fretamento de 38 voos de operações especiais para transportarem da China 240 milhões de máscaras descartáveis em 146,7 mil caixas, equivalente a 1,2 mil toneladas. Dois desses voos foram doados por empresas privadas e os demais, contratados pelo MInfra, com recursos descentralizados do Ministério da Saúde.

Aos poucos, o setores do agronegócio, comércio eletrônico e construção civil voltaram a se aquecer. Consequentemente, a demanda por frete cresceu a partir do terceiro trimestre.

De janeiro a setembro de 2020, foi possível observar o aumento da produção do agronegócio, com destaque na lavoura para a soja, milho, arroz; e na pecuária para a carne bovina e suína. Também houve o aumento da área cultivada e exportações recordes desses produtos, com previsões de manutenção de crescimento e recordes. Essa evolução pode ter como explicação mais imediata a forte demanda externa por esses produtos, com destaque para a China.

As perdas, principalmente nas modalidades rodoviária e ferroviária, só não foram maiores por causa do bom desempenho do agronegócio, no qual em várias culturas foram registradas safras recordes. Foi preciso, é claro, dar um jeito de transportar os produtos para as cidades ou para os portos.

Após um primeiro semestre devastador, quando a pandemia levou ao fechamento dos negócios, à brutal redução da mobilidade e a uma grande saída de capitais, que já começara no final de 2019, o cenário mudou ao longo do segundo semestre, com destaque para a forte alta do PIB no terceiro trimestre. O ano de 2020 terminou sem recuperarmos o patamar de atividade do final de 2019, mas menos abaixo do que se temia em meados de 2020.

Do ponto de vista das perspectivas, o ano termina bem melhor. Dois fatos importantes ocorridos em novembro – as eleições nos EUA e o descobrimento de vacinas contra a Covid-19 – impactaram positivamente o humor dos investidores nos últimos meses de 2020. Assim, terminamos o ano com um forte aumento do apetite pelo risco, com a valorização dos ativos de países emergentes, como bem retratado pelo enfraquecimento do dólar em relação às outras moedas.

1.3 Estrutura organizacional

As responsabilidades do Ministério são compartilhadas com as entidades vinculadas, sendo algumas executoras (DNIT, VALEC, INFRAERO, EPL e COMPANHIAS DOCAS) e outras regulatórias do setor (ANTT, ANTAQ e ANAC), assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

b) Empresas Públicas:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária;
3. EPL – Empresa de Planejamento e Pesquisa;
4. Companhia Docas do Pará (CDP);
5. Companhia Docas do Ceará (CDC);
6. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
7. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
8. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);
9. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
10. Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) - Santos *Port Authority* (SPA).

c) Sociedade de Economia Mista:

1. Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR), em liquidação, extinta em 09/09/2020.

Integram, ainda, a estrutura básica do Ministério:

1. Conselho de Aviação Civil (CONAC);
2. Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
3. Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS);
4. Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO);
5. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN); e

e quatro Secretarias:

1. Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC);
2. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA);
3. Secretaria Nacional de Transportes Terrestre (SNTT); e
4. Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP).

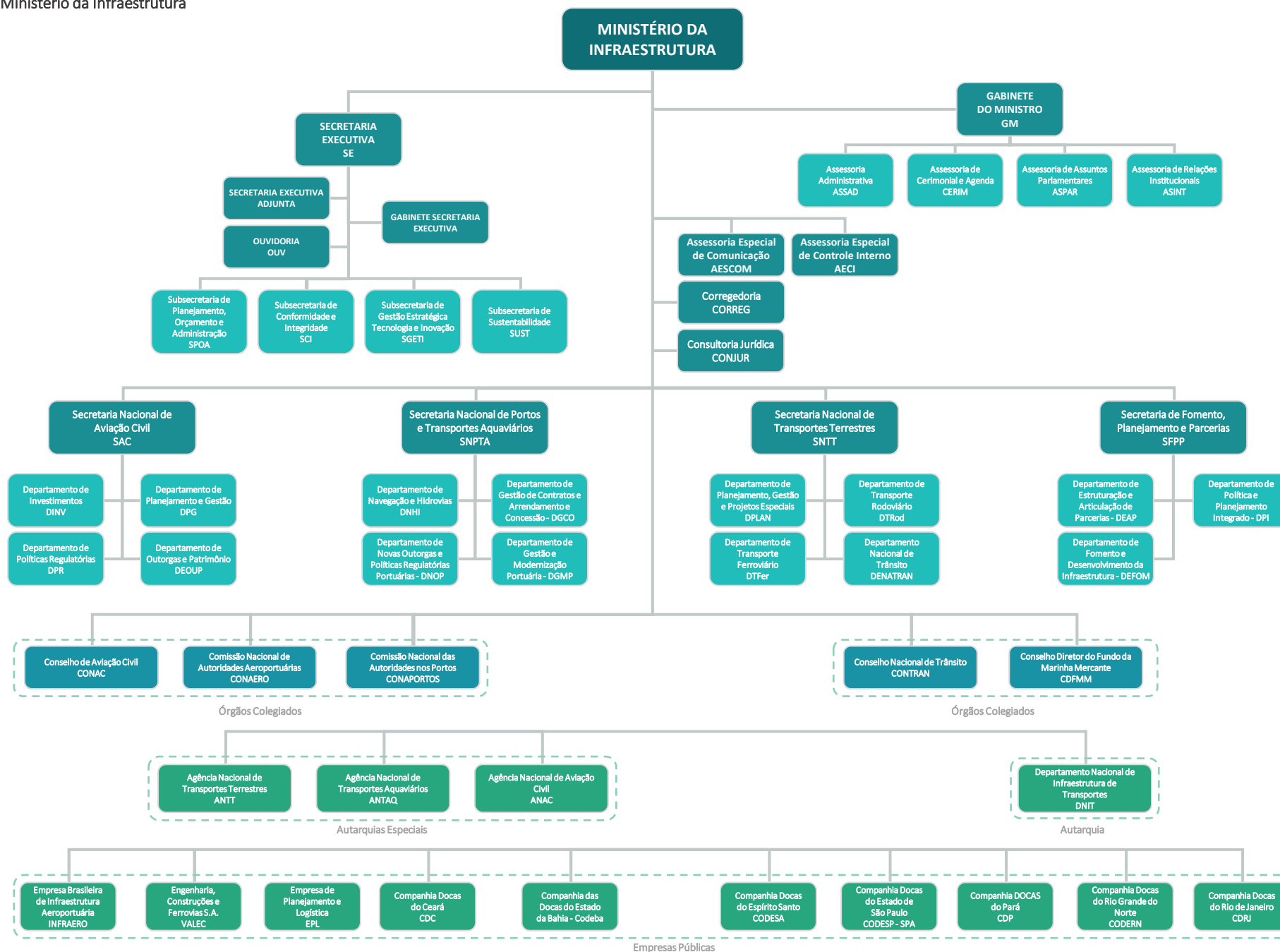
O Ministro da Infraestrutura preside o Conselho de Aviação Civil (CONAC) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Por sua vez, o Ministério coordena os seguintes órgãos colegiados: i) Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (CDFMM); ii) Conselho Nacional das Autoridade nos Portos (CONAPORTOS); e iii) Conselho Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO). Pode-se dizer que as finalidades gerais desses colegiados são a integração das atividades desempenhadas por diferentes entidades que a compõem.

O Decreto nº 10.368/2020, de 22 de maio de 2020, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério. O organograma a seguir exibe a estrutura do MInfra.



Organograma Ministério da Infraestrutura



Perfil dos dirigentes

Ministro da Infraestrutura

Tarcísio Gomes de Freitas

O Ministro da Infraestrutura é Mestre em Engenharia de Transportes, Especialista em Gerenciamento de Projetos e Ciências Militares e Bacharel em Ciências Militares. Foi Secretário de Coordenação de Projetos do Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Diretor-Geral Substituto e Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Assessor do Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Controladoria Geral da União. Chefe da Seção Técnica da Companhia de Engenharia de Força e Paz e Engenheiro do Exército.



Secretário-Executivo

Marcelo Sampaio

O Secretário-Executivo é Mestre em Planejamento de Transportes com estudos em Avaliação de Vulnerabilidade de Infraestrutura de Transportes, pela Universidade de Brasília, Especialista em Economia no setor Público e MBA em Gestão Pública, Graduado em Engenharia Civil com ênfase no Setor de Transportes pela UnB. É Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia. Acumulou experiência por mais de dez anos em infraestrutura de transportes, exercendo vários cargos inclusive Diretor do Departamento de Informações e Gestão Estratégica em Transportes do Minfra.



Secretário-Executivo Adjunto

Rodrigo Otavio Moreira da Cruz

O Secretário-Executivo Adjunto é Mestre e Doutor em Engenharia de Transportes pela Universidade de Brasília (2008 e 2013). Possui graduação em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade de Brasília (2005), graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2007). É Servidor Público da carreira de Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia. Foi Diretor do Departamento de Planejamento e Estudos da Secretaria de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Diretor do Departamento de Gestão Estratégica e Informação do Minfra.



Secretário Nacional de Aviação Civil

Ronei Saggioro Glanzmann

O Secretário Nacional de Aviação Civil é pós-graduado em Análise Macroeconômica e MBA em Mercado de Capitais, Economista do Banco Central do Brasil. Trabalhou na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC responsável pela Gerência de Acompanhamento de Mercado, e representou o Brasil no Painel de Estatística da Organização da Aviação Civil - OACI (2006-2011), foi Diretor do Departamento de Outorgas da então Secretaria de Aviação Civil - SAC/PR (2011-2016) e Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da SAC/MTPA (2016-2018).



Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

Diogo Piloni e Silva

O Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários é Engenheiro Civil, formado pela Universidade de Brasília - UnB e Especialista em Gestão e Engenharia Portuária pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É funcionário de carreira do Governo Federal, tendo atuado por cinco anos na Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP.



Secretário Nacional de Transportes Terrestre

Marcello Costa

Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, Engenheiro Civil / Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia - IME; Especialista em Gerenciamento de Projetos pela FGV. Doutor em Engenharia de Transportes pela Universidade de Brasília - UnB. *Certificado como Project Management Professional – PMP* pelo PMI.



Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias

Natália Marcassa

A Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias é Mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), Especialista em Transportes Terrestres pela Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro (2006), graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina (2003), foi Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes, Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.



1.4 Estrutura de Governança

O Decreto nº 9.203/2017 estabelece que compete à alta administração dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional implementar e manter mecanismos e instâncias de governança.

Segundo o referido Decreto, governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade.

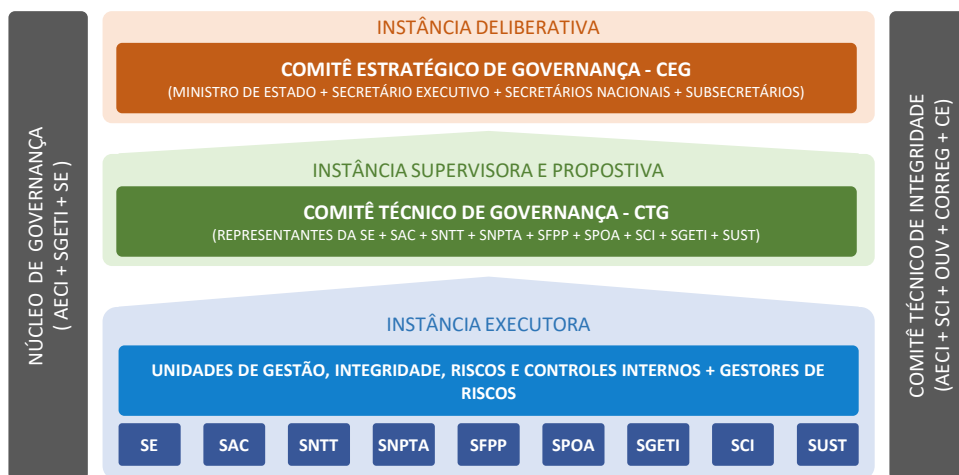
Liderança refere-se ao conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercidas nos principais cargos das organizações (integridade, competência, responsabilidade e motivação).

Estratégia compreende a definição e o monitoramento de objetivos, indicadores e metas, bem como o alinhamento entre planos e ações de unidades e organizações envolvidas na sua execução, além de critérios de priorização, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

Controle abrange o processo de gestão de riscos e controles internos, além de aspectos como transparência, prestação de contas e responsabilização.

Estrutura de Governança

Na figura a seguir são apresentadas as instâncias de Governança do MInfra, em consonância com o Decreto 9.203/2017:

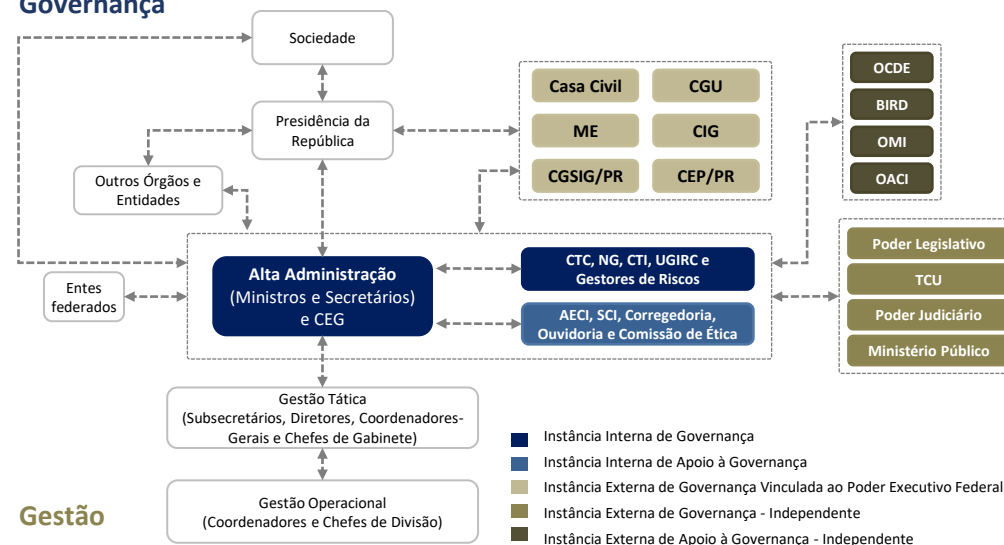


Fonte: Portaria MInfra nº 55/2021

Modelo de Governança

O Modelo de Governança Corporativo do Ministério da Infraestrutura tem por base as referências de melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal. Esse modelo apresenta, de forma estruturada, os diversos atores envolvidos nas funções de governança e gestão do MInfra e como eles se relacionam, o que é demonstrado no infográfico a seguir:

Governança



Fonte: Infográfico adaptado - MInfra

Principais Instâncias Internas de Governança no Âmbito do MInfra

a) Alta Administração

A Alta Administração é composta pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, bem como pelos ocupantes de cargos de natureza especial e de nível 6 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

- CEG - Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Infraestrutura

O Comitê Estratégico de Governança (CEG) é a mais alta instância de governança do órgão. Criado originalmente pela Portaria MInfra nº 442, de 3/7/2018, alterada pela Portaria nº 2.873, de 28/6/2019, e atualmente adaptado à portaria nº 55, de 25/03/2021 o Colegiado tem a função de Comitê Interno de Governança prevista no art. 14 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Dentre outras, o CEG tem a competência de aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de monitoramento e de comunicação para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, bem como de promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança – CIG, composto pela Casa Civil, Ministério da Economia e Controladoria Geral da União - CGU.

O CEG é composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, que o preside, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares da Secretaria Nacional de Aviação Civil, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Subsecretaria de Conformidade e Integridade, da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação e da Subsecretaria de Sustentabilidade.

b) Outras instâncias de Governança

Além do CEG, a Portaria nº 55, de 25/03/2021 define ainda as outras instâncias de governança no âmbito do MInfra, quais sejam:

- **CTG – Comitê Técnico de Governança** - Juntamente com o CEG, o CTG compõe as duas instâncias de Supervisão da Governança no âmbito do MInfra. Tem como principal função estimular e supervisionar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG.
- **NG – Núcleo de Governança** - Tem como principal função assessorar e orientar as instâncias de Supervisão da Governança na implementação das metodologias e instrumentos para a gestão, riscos e controles internos da gestão.
- **CTI – Comitê Técnico de Integridade** - Tem como principal função auxiliar na implementação do Programa de Integridade da Pasta e exercer o seu monitoramento contínuo, visando o aperfeiçoamento na prevenção, detecção e no combate à ocorrência de atos lesivos.
- **UGIRC – Unidade de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão** - Tem como principal função promover os atos necessários ao cumprimento dos objetivos estratégicos, das políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão.
- **Gestores de Processos de Gestão** - Têm como principal função gerir riscos dos processos de trabalho da sua unidade, bem como gerar e reportar informações tempestivas e confiáveis sobre a gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão às instâncias de Supervisão de Governança.

Em 2020, o então CGRC – Comitê de Gestão, Riscos e Controles Internos de Gestão, hoje Comitê Técnico de Governança – CTG, o NG e o CTI realizaram cerca de 15 reuniões, com entregas expressivas, tais como: Mapa Estratégico, Cadeia de Valor Integrada, Plano de Integridade do Ministério da Infraestrutura 2021, publicação da Portaria 102/2020, que dispõe sobre o "Selo Infra+ Integridade, Metodologia para aferição do Índice de Governança na Pasta, Levantamento de maturidade sobre o tema Integridade Pública no MInfra, realização de campanhas sobre ética, Integridade Pública e assédio moral e sexual.

c) Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança

- **AECI - Assessoria Especial de Controle Interno**

Prevista no Decreto nº 10.368/2020 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10368.htm), tem como principal função assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão. Atualmente a AECI é a Unidade de Gestão da Integridade no MInfra, e tem atualmente em sua estrutura o Escritório de Gestão de Riscos.

- **SCI – Subsecretaria de Conformidade e Integridade**

Prevista no Decreto nº 10.368/2020, tem como principal função planejar, orientar e coordenar as atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como garantir a responsabilização de terceiros e reportar à Alta Administração do Ministério o andamento das ações de conformidade, visando garantir um ambiente íntegro para as políticas públicas no âmbito do Ministério.

- **Corregedoria**

Prevista no Decreto nº 10.368/2020, tendo sido criada por meio do Decreto nº 7.717, de 4/4/2012. Integra o Sistema de Correição do Poder Executivo federal, na qualidade de unidade seccional, e está subordinada administrativamente ao Ministro de Estado da Infraestrutura e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União - CGU.

- **Ouvidoria**

Prevista no Decreto nº 10.368/2020 e vinculada à Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura, a Ouvidoria atua na interface com os usuários dos serviços de infraestrutura, é o canal de recebimento de denúncias, sugestões e reclamações, e também realiza avaliações constantes dos serviços prestados pelo MInfra, por meio de pesquisas e análises.

- **Comissão de Ética**

Criada pela Portaria MT nº 133/2015, em atendimento ao que prescreve o Decreto nº 6.029/2007, e cujo Regimento Interno foi aprovado por meio da Portaria nº 1/2015-CE/MT, de 23/9/2015. Tem por principal função atuar como instância consultiva, de apuração de conduta ética e de representação do Órgão junto à Rede de Ética do Poder Executivo Federal.

d) Principais Instâncias Externas de Governança Vinculadas ao Poder Executivo Federal

- **Casa Civil**

Conforme disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (com alterações da MP 886/2019), são competências da Casa Civil da Presidência da República, dentre outras, a coordenação e o acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e políticas públicas, bem como coordenar, articular e fomentar políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos.

- **Ministério da Economia**

É o Órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas, dentre outras, à Fazenda Nacional, ao planejamento e orçamento federal, à gestão, à indústria, ao comércio exterior, e às políticas voltadas ao trabalho.

- **CGSI - Comitê Gestor de Segurança da Informação da Presidência da República**

Previsto no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.832, de 12 de junho de 2019. O CGSI tem como atribuição assessorar o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR) nas atividades relacionadas à segurança da informação.

- **CGU - Controladoria-Geral da União**

É o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

- **CIG - Comitê Interministerial de Governança**

Previsto no Art. 7º, do Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm), que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



- CEP/PR - Comissão de Ética Pública da Presidência da República

É o Órgão do Governo Federal que tem como missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e da Lei de Conflito de Interesses (12.813, de 16 de maio de 2013), para orientar as autoridades quanto às respectivas condutas, de maneira a inspirar o respeito no serviço público e promover a ética na Administração Pública.

e) Principais Instâncias Externas de Apoio à Governança - Independentes:

- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- OACI - Organização Internacional da Aviação Civil
- OMI - Organização Marítima Internacional
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

f) Principais Instâncias Externas de Governança - Independentes:

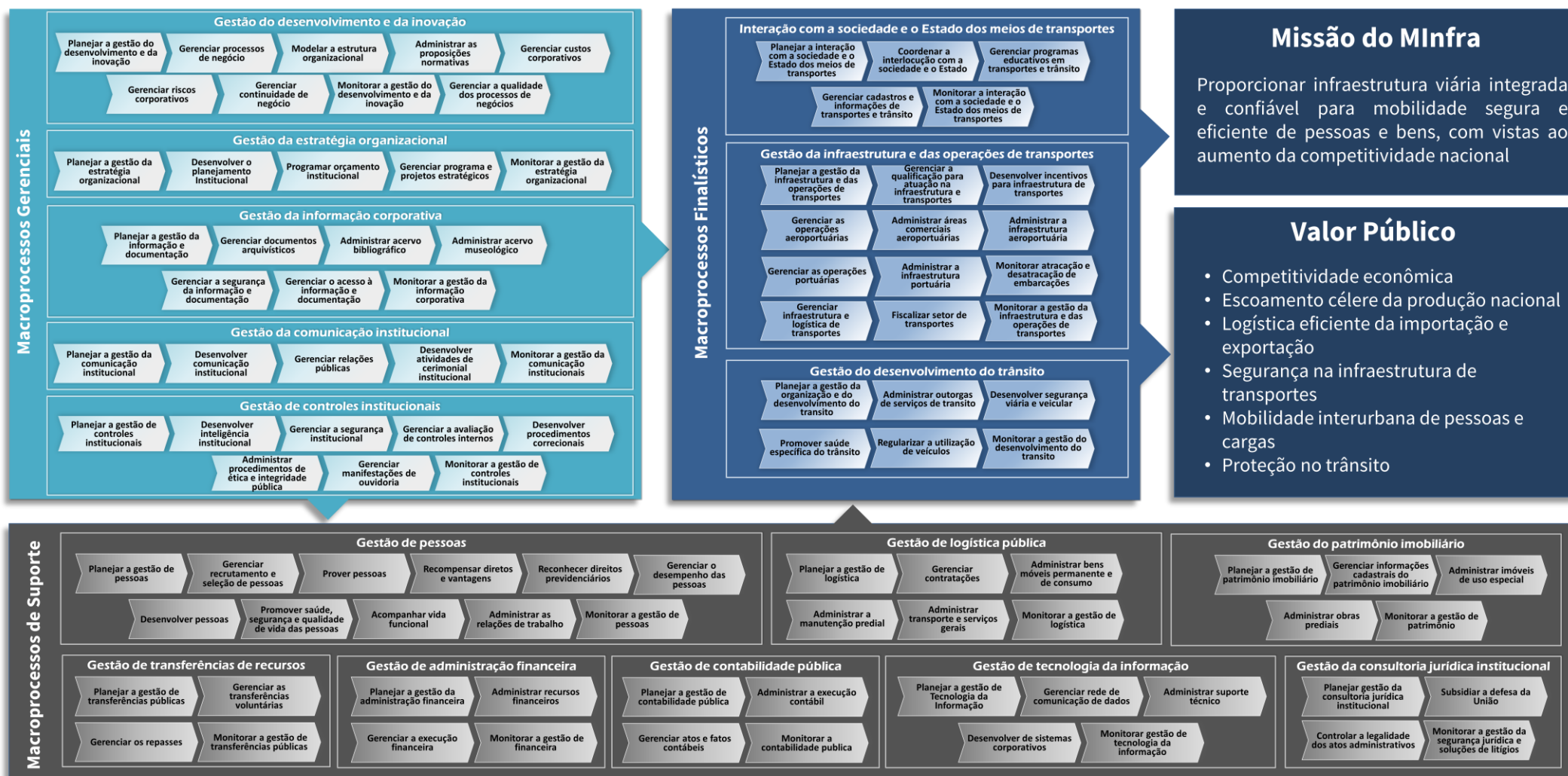
- Ministério Público
- Poder Judiciário
- Poder Legislativo
- TCU - Tribunal de Contas da União



1.5 Cadeia de valor

Em 2020, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação concluiu o mapeamento da Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Infraestrutura, modelo estratégico que permite entender como os processos desenvolvidos na Pasta interagem entre si, a fim de cumprirem sua missão gerando valor à sociedade. Iniciada em junho de 2020, a construção da CVI foi elaborada a partir de entrevistas por videoconferência e reuniões com servidores das unidades finalísticas da Pasta e das entidades vinculadas.

O Mapeamento da Cadeia de Valor foi uma das ações decorrentes do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGOV), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelecendo medidas de eficiência organizacional para a modernização das estruturas regimentais e o aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



1.6 Políticas, projetos e programas de governo

Política e planejamento

O Ministério da Infraestrutura desenvolve diversas políticas públicas com base nas suas competências regimentais, mas destaca-se a Política Nacional de Transportes - PNT instituída por meio da Portaria GM nº 235, de 28 de março de 2018. A PNT é o documento de mais alto nível para o Setor de Transportes do país, em que estão estabelecidos os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e os instrumentos para o planejamento e desenvolvimento setorial, além de configurar-se como modelo para as políticas das Unidades da Federação e dos Municípios, no que se refere aos seus sistemas viários e serviços logísticos.

O estabelecimento de uma política institucionalizada visa induzir o desenvolvimento socioeconômico sustentável e promover a integração nacional e internacional de transportes. Com a instituição da PNT, todas as ações executadas pelos órgãos e pelas agências vinculadas deverão seguir as orientações estabelecidas no documento, além de configurar-se como modelo para as diretrizes políticas das Unidades da Federação e dos Municípios no que se refere aos seus sistemas viários e serviços logísticos associados.

Em 2020, o MInfra empenhou-se na implantação da PNT e na sua integração com o Planejamento Integrado de Transportes, instituído pela Portaria GM nº 123, de 21 de agosto de 2020, o qual objetiva contribuir para a competitividade nacional, o bem-estar social, o desenvolvimento regional e a integração nacional.

O planejamento integrado de transportes será composto pelo Plano Nacional de Logística - PNL, que está sendo desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística - EPL e pelos planos setoriais específicos de cada modo de transporte.

Os planos Setoriais farão a conexão entre o PNL e as ações do MInfra, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parcerias com a iniciativa privada.

O Plano Nacional de Logística - PNL, possui caráter estratégico e será o referencial de planejamento para identificação de necessidades e oportunidades presentes e futuras de oferta de capacidade dos subsistemas de transporte, recomendando estudos de novas infraestruturas e a melhoria em outras, no âmbito do Planejamento Setorial. O PNL 2035, em desenvolvimento, utilizou-se de objetivos estabelecidos na PNT para desenvolvimento da metodologia de avaliação de cenários futuros, de modo que, para cada cenário futuro de infraestrutura simulado no plano, será possível verificar o quão próximo o sistema de transporte estará em relação à acessibilidade, à eficiência, à confiabilidade, à segurança, à racionalidade da matriz modal, à integração internacional, ao impacto do transporte no desenvolvimento socioeconômico regional, ao impacto do transporte no desenvolvimento econômico nacional, à sustentabilidade econômica, à sustentabilidade ambiental e ao atendimento às demandas de defesa e segurança nacionais.

A Política Nacional de Aviação Civil - PNAC, instituída pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, estabelece como objetivos do setor a segurança, garantia dos direitos dos usuários, qualidade e facilitação, conservação do meio ambiente, desenvolvimento técnico e institucional, acessibilidade, conectividade, eficiência e desenvolvimento do transporte aéreo brasileiro.

O Plano Aeroviário Nacional - PAN, instituído pela Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018, consolida as ações de planejamento para o setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e orienta o seu desenvolvimento no médio e no longo prazos, de modo a colaborar para o alcance dos objetivos do setor estabelecidos na PNAC. Coopera para a eficiência da operação do transporte aéreo brasileiro e, sobretudo, para a eficiência da gestão dos recursos federais do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC para investimentos;

No PPA 2020 – 2023, o Ministério da Infraestrutura é responsável por 3 programas temáticos com seus respectivos objetivos e metas: aviação civil; transporte aquaviário e transporte terrestre e trânsito). Informações sobre os atributos dos programas estão disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e no Capítulo 3 – Governança, estratégia e desempenho, mas especificamente no subitem 3.3.1 – Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão.

Principais programas e projetos

O déficit de infraestrutura no Brasil já foi identificado em série histórica. O investimento anual em transportes, saneamento, energia e telecomunicações, nos últimos vinte anos, resultou em aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto - PIB, quando o mínimo necessário para manter o estoque existente seria de, pelo menos, 4% do PIB.

Diante dessa realidade, o MInfra trabalha firme para eliminar esse déficit por meio de políticas, ações e programas, especialmente os de concessões e de parcerias público-privadas (PPPs).

Neste tópico, além de indicar os endereços na internet onde se encontram todos os programas e projetos desta Pasta, destacaremos adiante alguns em que o Ministério tem priorizado.

Links de acesso às ações, programas e obras do MInfra em 2020:

Ações e programas



Obras e ações prioritárias 2020



Transporte Ferroviário de Passageiros

O MInfra realizou em 2020 ações de alinhamento e integração com o setor, para formular Política Pública e elaborar um Plano para o desenvolvimento do transporte ferroviário de passageiros.

Neste sentido, foi firmado Acordo de Cooperação entre MInfra e a Associação Nacional de Transportadores de Passageiros sobre Trilhos - ANPTrilhos com o objetivo de conjugar esforços para fomentar uma política nacional integrada.



No âmbito do Acordo foi realizado o curso de “Transporte Ferroviário de Passageiros - do Planejamento à Operação” e “Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros”, e workshop onde representantes das instituições puderam se manifestar com relação ao transporte ferroviário de passageiros no Brasil.

Foi também realizada Consulta Estruturada com mais de 60 organizações (públicas e privadas) para colher subsídios e aprofundar temas trazidos durante o workshop.

Em 2021/2022 deverão ser desenvolvidos estudos para caracterização e diagnóstico do setor e desenvolvida política de transporte ferroviário de passageiros.

Transporte rodoviário de passageiros

O Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) encontra-se num momento de transformação no qual enfrenta desafios para a consolidação da abertura do mercado nos termos do Decreto nº 10.157, de 04 de dezembro de 2019.

Até novembro de 2019, antes do estabelecimento do novo marco regulatório de abertura do mercado, cerca de 66% do total de mercados dependiam de um único operador (monopólio), 26% possuíam apenas duas empresas operando (duopólio) e somente 8% tinham três ou mais operadores concorrendo pelos usuários de ligações interestaduais.

Houve um incremento de 65% no número de empresas atuando no serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, o que, a um só tempo, em razão do ingresso de novos atores, reduz o grau de concentração, contribui para universalização, atualidade dos serviços e modicidade tarifária.

Ademais houve um incremento no número de municípios atendidos pelo TRIIP, com previsão de mais 416 novos municípios a partir do deferimento dos processos em análise no âmbito da ANTT



A possibilidade aventada pelo Legislativo de retorno ao regime de Delegação para Permissão, significaria um retrocesso para atendimento à sociedade, onde prevaleceria a situação de tarifas reguladas pelo poder concedente para garantir o equilíbrio dos contratos, o que era um obstáculo a busca de avanços tecnológicos, eficiência operacional e de modernidade na gestão das empresas operadoras.

Além do mais, regime de permissão no sistema TRIIP teve como característica a dificuldade de abertura de novos mercados devido ao complexo processo de licitação necessário, muitas vezes agravado por decisões judiciais propostas por partes interessadas na não finalização dos certames.

Transporte rodoviário de cargas

Com a recriação do Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Carga - Fórum TRC, por meio da Portaria nº 4632, de 23 de outubro de 2019, várias ações foram adotadas com o objetivo de discutir e oferecer sugestões e medidas técnicas para o aperfeiçoamento do transporte rodoviário de cargas no país.

Em 2020, foi realizado o 36º Fórum Permanente em formato digital; pesquisa pública “Fala Caminhoneiro”, com embarcadores e transportadores; desenvolvidas novas funcionalidades para o aplicativo InfraBR com informações sobre serviços essenciais como restaurantes e postos de combustíveis, e ainda, de postos de atendimento que promoviam ações de suporte e higiene para combate à COVID-19; e homologados 21 Pontos de Parada e Descanso.

Considerando o cenário de enfrentamento à Covid-19, o Minfra, em caráter de urgência, e em conjunto com os Caminhoneiros e outras entidades do setor realizaram ações de sensibilização e alinhamento para garantir a manutenção do fornecimento de alimentos, medicamentos, dentre outras mercadorias, além de preservar a qualidade de vida e de trabalho dos caminhoneiros, trazendo mais confiança e tranquilidade para todos.



Para 2021, será realizado, ainda no primeiro semestre, o 37º Fórum, consolidando o evento em formato digital, que possibilita maior participação da Categoria, bem como serão desenvolvidas novas funcionalidades para o APP InfraBR, planejadas ações para promover e aprimorar o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE-combustível)



A CIDE-combustível foi instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, a União repassa aos Estados e ao Distrito Federal parte dos recursos arrecadados, conforme percentual de distribuição calculado pelo Tribunal de Conta da União, para serem aplicados, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes dos respectivos Estados e DF.

Nesse sentido, o papel do Minfra, em relação a CIDE-combustível, é verificar a conformidade dos programas de trabalho propostos por cada unidade da federação, contendo a descrição dos projetos de infraestrutura de transportes, os respectivos custos unitários e totais e os cronogramas financeiros correlatos, visando a utilização em programas de infraestrutura de transportes dos recursos, em percentual definido pelo TCU, destinados a cada ente da federação.

Em 2020, os recursos repassados pelo Governo Federal às 27 Unidades da Federação foram de cerca de R\$ 520,0 milhões, para serem utilizados nos programas de trabalho em empreendimentos que atendam, preferencialmente, ao Planejamento Integrado de Transportes. Dentre os investimentos realizados foram contemplados projetos e obras de construção, restauração, duplicação e conservação de extensões de trechos rodoviários estaduais, além de outras modalidades, que possuem ligação com o sistema rodoviário federal, com os Corredores Logísticos Estratégicos e atendem a ligações intermodais.

Para 2021, os recursos da CIDE, cuja previsão consta do site do Tesouro Nacional no link sisweb.tesouro.gov.br, feita com base na PLOA 2021 são de cerca de R\$ 564 milhões, os quais deverão ser destinados para execução dos Programas de Trabalho dos Estados e DF, conforme prevê a Portaria nº 2.533, de 16 de dezembro de 2020, publicada no DOU de 23/12/2020.

Transformação Digital

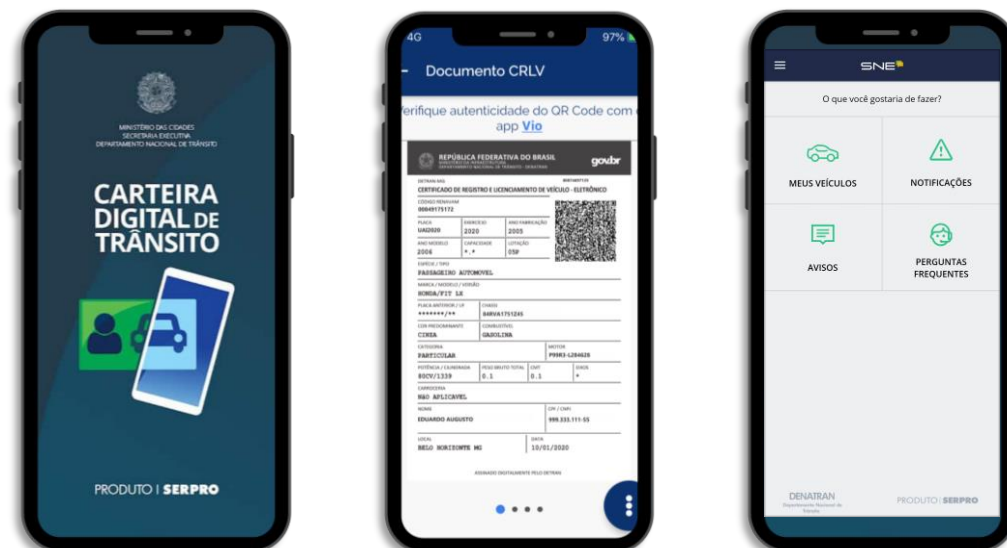
Desburocratização, simplificação e redução de tempo e de custos, permitindo agilidade e universalidade na prestação de serviços públicos.

Ao longo de 2020, foram realizadas evoluções no novo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT) e houve o lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) e da Autorização para Transferência de Veículo Automotor (ATPV-e), ambos no formato digital, em substituição aos documentos em papel moeda.

Outras ações:

- Elaborada a Carta de Serviços do DENATRAN no âmbito do Portal Único do Governo Federal (GovBr);
- disciplinados procedimentos para o registro de contratos de financiamento com garantia real de veículo;
- desenvolvida ferramenta com vistas a permitir que o Poder Judiciário realize a inserção, consulta e retirada de restrições sobre veículos e condutores (RENAJUD);
- implementado o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE), que permitirá o controle da cadeia dominial dos veículos e a redução dos processos de transferência de propriedade por procuração;
- desenvolvido o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), que consiste na padronização e consolidação dos dados relativos a acidentes de trânsito no país em uma única base nacional; e
- publicadas 33 Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Foram realizadas diversas parcerias a fim de somar esforços para a promoção de trânsito mais seguro e para a redução do número de acidentes de trânsito. Dentre os principais parceiros, destacam-se: Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), do Ministério da Cidadania; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Ministério da Educação (MEC); Instituto WRI Brasil; Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV); e Embaixada da Suécia.



Caminhoneiros

Pontos de Parada e Descanso (PPD)

- ✓ Certificação de **21 PPD's**
- ✓ Publicação da **Portaria nº 5.176**, de 23/12/2019, aprimorando os procedimentos gerais para o reconhecimento dos PPDs
- ✓ Treinamento de equipe e aprimoramento de **processos de certificação**
- ✓ Negociações em andamento para certificar **grandes redes de abastecimento**

InfraBR

Plataforma gratuita via celular com as principais funcionalidades do dia a dia dos Caminhoneiros!



Módulos:

- Tabela de **frete** (atualizações)
- Informações e serviços do **SEST/SENAT**
- Ações de prevenção/mitigação à **Covid-19**
- Questionário sobre as **condições de saúde** e a **situação das cargas transportadas** pela categoria
- Acesso à **CNH digital**

Fórum TRC

36º Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas realizado por videoconferência, ampliou o número de participantes e aprimorou o processo de recebimento de perguntas.



Fala, Caminhoneiro!

Pesquisa Pública lançada no Fórum TRC Digital! Também foram aplicadas as pesquisas ["Fala, Transportador!"](#) e ["Fala, Embarcador!"](#)



Objetivo
Avaliar a **percepção da categoria** sobre assuntos do Transporte Rodoviário de Cargas



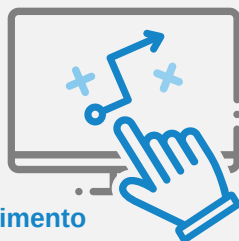
Participantes
As pesquisas contaram com mais de **360 respondentes**



Futuro
As pesquisas públicas passarão a ser **permanentes!**

Avanços portuários

Planejamento PORTUÁRIO



Atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) dos portos de

- ✓ Porto Velho
- ✓ Suape
- ✓ Itajaí
- ✓ Pelotas
- ✓ Itaqui
- ✓ Santos
- ✓ Imbituba

Atualização das poligonais dos portos organizados de

- ✓ Barra do Riacho
- ✓ Itajaí
- ✓ Porto Alegre
- ✓ Rio Grande
- ✓ Santarém
- ✓ Santos

Atualização dos Planos Mestres Portuários dos portos de

- ✓ Porto Alegre
- ✓ Rio Grande/Pelotas
- ✓ Fortaleza/Pecém

Alteração dos PDZs dos portos organizados de

- ✓ Belém
- ✓ Santarém
- ✓ Recife
- ✓ Suape



Novo PDZ SANTOS

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento permitirá a **modernização** do mais importante complexo portuário do País, com previsão de elevar a capacidade do complexo santista em aproximadamente 50%, até 2040, atingindo 240,6 milhões de toneladas, gerar R\$ 10 bilhões em investimentos na modernização do Porto, aumentar a movimentação prevista para o modal ferroviário em 91%, para 86 milhões de toneladas, elevando a fatia dos trilhos no porto de atuais 33% para 40%, bem como a criação de milhares de empregos com os investimentos a serem realizados.

Conclusão de acordo de equacionamento do déficit histórico do fundo de pensão dos trabalhadores portuários, que atende 10 mil participantes das Companhias Docas de todo o país, com a garantia do recebimento dos benefícios por milhares de famílias.

Plano de benefício PORTUS

Liquidação CODOMAR

Após 10 anos sem realizar atividades relacionadas a atividades portuárias, a Companhia Docas do Maranhão (Codomar) encerrou, em definitivo, suas atividades. Fechamento da empresa representa **economia anual de cerca de R\$ 8,4 milhões aos cofres da União.**

Sustentabilidade

Sustentabilidade nas Políticas, Planos e Programas do MInfra

As Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura consolidam a responsabilidade socioambiental e territorial da pasta e representam um balizador

para políticas, planos e programas, bem como para projetos de expansão da oferta de infraestrutura de transportes. A implementação das diretrizes se dá por ações sinérgicas e integradas dos comitês de Gestão Ambiental (COGEA) e de Gestão Territorial (COGET), formado por representantes do Ministério e vinculadas.



Licenciamento Ambiental e Gestão Territorial



Padronização de conteúdo para execução de Planos/Programas Ambientais e para Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)

Publicação da Portaria Interministerial nº1/2020 sobre procedimentos para a regularização ambiental de rodovias federais pavimentadas (novo PROFAS)

Diretrizes para gestão e regularização de faixas de domínio e faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias federais

Estabelecimento de diretrizes e mapeamento de procedimentos para emissão de declaração de utilidade pública para desapropriações

Apoio à estruturação dos aspectos socioambientais e territoriais em projetos de concessão

Apoio da SUST

O apoio e o acompanhamento da Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) nos planos, políticas e ações referentes a licenciamento ambiental e na realização de melhores práticas de sustentabilidade para a infraestrutura federal de transportes são irrestritos, atemporais e transversais a todos os modos de transportes de competência do MInfra.

Índice de Desempenho Ambiental

O Índice de Desempenho Ambiental (IDA), implementado por todos os modos de transporte em suas respectivas Agências Reguladoras, tem como objetivo verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliar a eficiência e a qualidade da gestão ambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes e o estímulo de boas práticas ambientais.



Agenda de Sustentabilidade 2020 - 2022

A Agenda de Sustentabilidade 2020-2022 materializa o levantamento e o monitoramento das ações, iniciativas e projetos alinhados às Diretrizes de Sustentabilidade. De caráter operativo e com atualização periódica, a execução da Agenda é esforço contínuo do MInfra e suas entidades vinculadas. Os resultados a serem atingidos incluem o desenvolvimento de infraestruturas de transportes sustentáveis, a conciliação com a conservação do meio ambiente, a mitigação dos impactos socioambientais negativos, a adaptação dos sistemas à mudança do clima e o respeito às populações locais e usuários. Em sua primeira versão, a Agenda de Sustentabilidade sintetiza 15 linhas de ação e 51 ações, sendo 38 destas passíveis de serem projetadas, constituindo o Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022, com iniciativas da ANAC, ANTAQ, ANTT, DNIT, EPL, Infraero, Valec e SUST/MInfra.



Mudança do clima

Mudança do Clima e Finanças Verde na Infraestrutura de Transportes

O compromisso com a sustentabilidade ambiental em projetos e empreendimentos inclui consideração dos aspectos da mudança do clima e seus impactos na infraestrutura de transportes, além do fomento a investimentos mais sustentáveis. A Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST), vem desenvolvendo diversas ações e iniciativas relacionadas às finanças verdes e à adaptação e mitigação à mudança do clima.

Prêmio VIA VIVA 2020

A iniciativa teve como objetivo premiar os empreendimentos de infraestrutura de transportes que apresentaram os melhores desempenhos em termos de sustentabilidade.



www.viaviva.infraestrutura.gov.br

A 4ª edição do VIA VIVA abordou o Financiamento Verde, a Infraestrutura Resiliente e de Baixo Carbono. Pela primeira vez em modo virtual, o evento contou com participantes e palestrantes nacionais e internacionais.

Capacitações

- Curso Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático disponível na Escola Virtual.gov (EV.G), Portal Único de Governo para a oferta de capacitação à distância, com caráter permanente e aberto a qualquer interessado.
- Oficina Riscos Climáticos e Adaptação, ministrada por especialistas no tema e voltada aos servidores do Ministério, entidades vinculadas e operadores que atuam nas áreas estratégicas e de gestão ambiental.

Publicações e Pôsteres

O livro VIA VIVA, repositório anual de trabalhos técnicos científicos, em 2020 contou com 9 trabalhos e 6 pôsteres digitais sobre os eixos temáticos do evento, oportunizando a transmissão e a disseminação do conhecimento.



Financiamento Verde

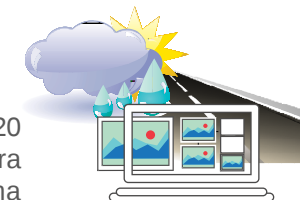
A Certificação pela *Climate Bond Initiative (CBI)* do Programa de Novas Concessões Ferroviárias, cuja estruturação avançou mais em 2020, possibilitará a emissão de títulos

verdes para a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e a Ferrogrão. O Programa envolve investimentos superiores a R\$ 20 bilhões e concilia o aumento da oferta de transporte de cargas em regiões estratégicas do país com a redução de emissões de gases de efeito estufa.



Mudança do Clima

Na temática de adaptação à mudança do clima, em 2020 iniciou-se a estruturação para contratação de estudo para levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura federal de transportes terrestres (rodovias e ferrovias) existente e projetada, como subsídio para o desenvolvimento de estratégias de adaptação no setor.



Radar Anticorrupção

Objetivo

Realizar ações de prevenção a fraudes e apurações preliminares relacionadas a situações de:

- Corrupção
- Conflito de interesse
- Nepotismo
- Enriquecimento ilícito e
- Outras irregularidades

promovendo ambiente de integridade institucional.

Encaminhamento de denúncias

Apuradas **289 denúncias**, encaminhadas:

- ✓ 52 à Polícia Federal (PF)
- ✓ 8 às Polícias Cíveis Estaduais
- ✓ 11 à Controladoria Geral da União
- ✓ 5 ao Ministério Público Federal
- ✓ 9 à Advocacia Geral da União, Receita Federal e Corregedoria

204 denúncias foram encaminhadas a

Outros órgãos de controle e fiscalização

Denúncias encaminhadas à PF
ensejaram duas Operações Policiais:

- ✓ **Operação Índia** - Investigou fraudes em licitações na Infraero
- ✓ **Operação Gravame** - Investigou corrupção, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito atribuídos a servidor público do Ministério

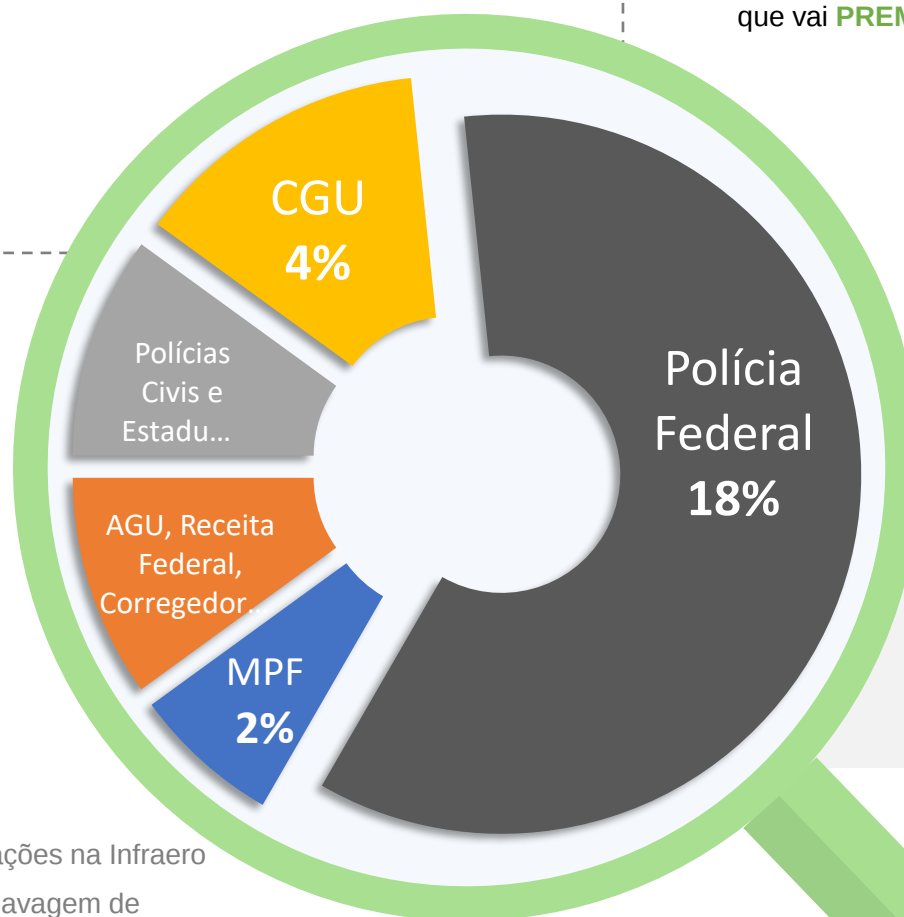
Lançado o **SELO****INFRA+**
INTEGRIDADE

que vai **PREMIAR** empresas comprometidas com:

- ✓ Transparência
- ✓ Conformidade
- ✓ Responsabilidade social
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Prevenção contra fraude e corrupção

603**análises de integridade**

Executadas no âmbito de processos para nomeação a cargos em comissão e funções de confiança no Ministério e suas vinculadas.



Ouvidoria

O Projeto Atendimento Inteligente teve as seguintes entregas em 2020:

- ✓ **Economia de R\$ 2,2 milhões** com novo contrato de *Call Center* (de R\$2,5 Milhões para R\$305 mil/ano)
- ✓ **Centralização** de todo atendimento do MInfra na Ouvidoria
- ✓ **Lançamento do ChatBot Mauá** (2.400 atendimentos registrados pelo Bot)
- ✓ **Aumento de 100% de manifestações** (+10 mil em 2020 vs. + 5 mil em 2019)
- ✓ **Diminuição em 41% no tempo médio de resposta** (16 dias em 2020 vs. 27 dias em 2019)
- ✓ **Utilização de Respostas Padrão** (31% em 2020 vs. 0% em 2019) sem tramitar para as áreas internas.

Atendimento
Inteligente

Avaliação

Pesquisas e Consultas Públicas

Realizadas + de 8 pesquisas em 2020, + de 3.362 respondentes, destacando:

- ✓ **1ª Pesquisa Satisfação Serviços** do MInfra (Fomento - melhor avaliado)
- ✓ **Projeto "Fala, Caminhoneiro!", Embarcador e Transportador**
- ✓ **Projeto da 1ª Pesquisa "Fala, Cidadão!"** (Modernização das Rodovias Federais)
- ✓ **2º Ciclo da Pesquisa Expectativas** sobre Infraestrutura de Transportes
- ✓ **Adesão à Plataforma Participa + Brasil** (7 Consultas Públicas com aproximadamente 700 Contribuições)

Painéis de monitoramento

Mais de 15 Painéis em *Business Intelligence* (BI), para análise estatística e estratégica sendo 9 da Ouvidoria e 6 para outras áreas, ex.:

- ✓ **Painéis de monitoramento da Covid-19**
- ✓ Painéis para as Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE's)
- ✓ Pesquisa e Pannel de Integridade do Ministério



LGPD

Encarregado de Proteção de Dados Pessoais

- ✓ **Designação do Ouvidor como Data Protection Officer - DPO** (Encarregado LGPD)
- ✓ **Estruturação do Atendimento** de Dados Pessoais
- ✓ **Elaboração de Nota Técnica** priorização de ações no Ministério para Implantação da Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD)

Institucional

- ✓ Premiada com 2º Lugar no Concurso de Boas Práticas em Ouvidorias
- ✓ 3 Reuniões do Comitê Técnico de Ouvidorias (CTO) com orientações às vinculadas
- ✓ 1ª Semana de Participação Social do Ministério (100% on-line - YouTube)
- ✓ Participação em 8 visitas de Supervisão Ministerial em suas Entidades Vinculadas

Ouvidoria





**Riscos,
oportunidades
e perspectivas**

2.

2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

No que se refere ao tema gestão de riscos, cabe mencionar a identificação e o tratamento de riscos relacionados aos Programas Estratégicos do MInfra. Entende-se por riscos estratégicos aqueles que ameaçam o alcance dos objetivos estratégicos da organização, e que possuem, dentre outras, as seguintes características: decorrem dos objetivos estratégicos; tendem a ser eventos únicos; são da responsabilidade da alta administração; podem conter causas internas e externas.

Os Programas Estratégicos decorreram da estruturação do Planejamento Estratégico da Pasta para o período 2019-2022.

No processo de implementação do Planejamento Estratégico, gerentes de projetos e líderes de programas identificaram riscos que podem impactar a sua implementação. Dentre os principais riscos estratégicos identificados, destacamos:

Principais Riscos	Ações Mitigadoras	Objetivos Estratégicos Potencialmente impactados	Fonte(s)
Não aporte de recursos plurianuais para a completude das obras (Empreendimentos decorrentes da Participação da União no Capital das empresas - PUC)	- Utilização de recursos próprios frente à PUC. - Utilização de emendas parlamentares. - Inserção do empreendimento como prioritário no PPA.	Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional	Externa e Interna
Atraso na obtenção da Licença de Instalação - LI poderá impactar o início do empreendimento relativo ao Pedral do Lourenço/PA	Negociação com o Ministério do Meio Ambiente em relação ao prazo para análise do material	Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional	Externa e Interna
Impactos diretos contra o Transporte Rodoviário Internacional e Interestadual de Passageiros - TRIIP, em função da ADIN nº 5549/2016	Acompanhar o processo no STF e envolver a AGU	Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional	Externa e Interna
Impactos diretos contra o Transporte Rodoviário Internacional e Interestadual de Passageiros - TRIIP, em função da ADIN nº 6270/2019	Acompanhar o processo no STF e envolver a AGU	Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional	Externa e Interna
Não aporte de recursos plurianuais para a completude das obras (Empreendimentos aquaviários DNIT)	Empreender gestões para a suplementação orçamentária.	Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional	Externa e Interna
Greve de caminhoneiros	- Criação de Programa Estratégico para tratamento do tema. - Estruturação do Fórum Permanente dos Transportadores Rodoviários de Carga. - Medidas para evitar o fechamento de pontos de apoio aos caminhoneiros nas rodovias federais - Criação do aplicativo INFRA BR para aprimoramento da comunicação junto aos caminhoneiros	✓ Aperfeiçoar processos, normativos e marcos regulatórios. ✓ Melhorar o nível dos serviços de transportes.	Externa e Interna

Fonte: MInfra

No âmbito do Ministério da Infraestrutura, os riscos anteriormente mencionados são devidamente tratados com os Líderes de Programas, em reuniões periódicas, com a presença do Secretário-Executivo e do Ministro, este em reunião específica, nas quais são repassadas as ações mitigadoras e outras orientações para o devido monitoramento.

Oportunidades

Nesse sentido, os investidores nacionais e internacionais podem esperar do setor de infraestrutura de transportes no período pós-pandemia diversas oportunidades, haja vista que o Programa de Concessões do Governo Federal não parou durante o período mais crítico da Pandemia de COVID-19, com o Ministério mantendo o ritmo previsto no cronograma inicial. Há diversos projetos em avaliação no Tribunal de Contas da União (TCU) que, tão logo estejam aptos para publicação, atrairão cerca de R\$ 44 bilhões em investimentos.

O Ministério da Infraestrutura tem realizado rodadas de conversas permanentes com investidores para mostrar as vantagens dos projetos e elucidar eventuais dúvidas. Além de bons ativos, há outros fatores de atratividade, como taxas de juros negativos para financiamento, alta rentabilidade e total respeito aos contratos firmados.

Importante destacar o aumento da relevância da temática ESG, do inglês Environmental, Social and Governance, no âmbito do mercado de capitais, ressaltando a atuação estratégica do MInfra nessa questão, com a publicação, em 2020, das suas Diretrizes e Agenda de Sustentabilidade para o período 2020-2022, bem como o início da estruturação de projetos de investimento certificados com “selo verde”.

Cabe mencionar que o Governo Federal vem realizando readequação de prioridades nos projetos futuros, destacando aqueles que tiverem, por exemplo, maior sinergia entre ativos, bem como ampliando o diálogo com o Poder Legislativo para propor projetos de lei que possam tornar o ambiente de negócios mais flexível e atraente. Além disso, busca defender no Congresso Nacional projetos tecnicamente prioritários e estratégicos que necessitem de aporte de recursos advindos de emendas parlamentares

Perspectivas

O Ministério continua tendo o desafio de reduzir o grande gap de infraestrutura de transportes do país, que, em virtude de um cenário de grave restrição fiscal, agravado em 2020 pela Pandemia de COVID-19, tem inviabilizado o aporte de recursos por parte do governo.

No entanto, é importante ressaltar que a iniciativa privada é o grande motor para a recuperação dos investimentos no país, considerando-se o plano para a expansão do setor de infraestrutura de transportes, que passa pelas concessões de ativos e por avanços nos marcos regulatórios, sem abrir mão da necessidade do compromisso do Poder Público com os pilares fiscais.

As equipes do Ministério da Infraestrutura trabalham para tornar a logística mais eficiente, com a matriz de transportes mais equilibrada, almejando a redução do Custo Brasil. O caminho para desenvolver a infraestrutura envolve as concessões de portos, ferrovias, rodovias e aeroportos. Além disso, busca-se a melhoria constante do ambiente de negócios, a partir da transformação digital, da desburocratização de serviços, da revisão de normas e de avanços regulatórios em pauta no Congresso Nacional. Nesse contexto, espera-se para 2021 a entrega de grandes projetos e obras públicas e privadas que devem impactar positivamente a competitividade da infraestrutura de transportes brasileira.



Destaca-se, ainda, que os projetos do Ministério buscam, cada vez mais, aliar a provisão da infraestrutura ao desenvolvimento sustentável. De fato, algumas entidades ambientais internacionais estão ajudando na elaboração dos projetos para que eles já nasçam com o selo verde. Nesse sentido, os fluxos financeiros, bem como a captação de recursos, estarão atrelados aos padrões ambientais. Assim, o Ministério estrutura seus projetos para trazer a visão ambiental e a preocupação com a sustentabilidade, desde as respectivas estruturas.

Desafios

Os principais desafios que o Ministério da Infraestrutura enfrentará para a execução de seu plano estratégico, e que têm potenciais implicações negativas para o atual modelo de negócios e desempenho futuro da Pasta, são os seguintes: contornar as restrições fiscais, de maneira a não deixar que isso atrapalhe as entregas (entregar mais com menos); tramitação de projetos de lei de interesse do MInfra no Congresso Nacional e a manutenção do bom relacionamento com os parlamentares; e conseguir atrair mais investimentos privados em decorrência da agenda de reformas.

Incertezas

As principais incertezas que o Ministério da Infraestrutura enfrentará para a execução de seu plano estratégico, e que têm potenciais implicações negativas para o atual modelo de negócios e desempenho futuro da Pasta, são as seguintes: novas lideranças do Congresso Nacional estarem ou não alinhadas ao Governo Federal; e variações no valor do petróleo e do dólar, haja vista que em caso de aumento, tanto de um quanto de outro, afetam rapidamente nos preços dos combustíveis, especialmente o diesel, consequentemente afetando o transporte rodoviário de cargas.

2.2 Principais Ações de Supervisão e Controle Adotadas

Em 2020, foram realizadas entregas e ações significativas para o fortalecimento da governança institucional e da integridade, conforme os listados a seguir:

Para o fortalecimento da Estratégia:

- ✓ Aprovação pelo Comitê Estratégico de Governança – CEG da nova Cadeia de Valor Integrada e do novo Mapa Estratégico do MInfra, estruturados com foco no Valor Público a ser entregue à sociedade. Os produtos apresentados foram frutos de iniciativa pioneira do MInfra em desenvolver esses diagramas que mostram como os processos da Pasta estão organizados, com a contribuição das unidades vinculadas ao Ministério Supervisor.
- ✓ Aprovação da metodologia para aferição do Índice de Governança, desenvolvida em 2020 na Pasta. A metodologia é uma adaptação da metodologia para aferição do Índice de Governança usado pelo TCU (iGG-TCU), aplicada a cada dois anos nas instituições públicas. O IG-MInfra será aplicado anualmente para acompanhar o desenvolvimento da Governança na Pasta.

Para o fortalecimento da Liderança / Integridade:

A Subsecretaria de Conformidade e Integridade desenvolveu diversas ações ao longo de 2020, as quais merecem destaque:

- ✓ Radar Anticorrupção: o Ministério da Infraestrutura lançou o programa radar anticorrupção em 2019, com 04 (quatro) pilares e ampliou para 07 (sete) no ano de 2020, com a execução de mais ações para dificultar os desvios de conduta e de recursos públicos, em virtude do compromisso do governo federal de reforçar as linhas de defesa das suas instituições. atualmente, os 07 (sete) pilares são:
 1. conexão integridade;
 2. profissionais do progresso;
 3. canal transparência;
 4. guia rápido de conduta ética;
 5. supervisão ministerial;
 6. guia rápido de interação com o setor privado e
 7. selo infra+ integridade.
- ✓ Intercâmbio de tecnologia MINFRA/DNIT/TCU: visando melhorar a fiscalização na execução orçamentária do DNIT, foi realizado um acordo de cooperação entre o Ministério da Infraestrutura/DNIT e o Tribunal de Contas da União para troca de informações e melhoria no acompanhamento da execução orçamentária.
- ✓ Gestão de processos SCI: foi concebido fluxo de tratamento de processos e de denúncias, possibilitando diversos benefícios, como por exemplo o aumento do processamento e controle das comunicações de ações irregulares que possam configurar ilícitos penais e/ou administrativos no âmbito das unidades vinculadas.
- ✓ Circuito Integridade: com o objetivo de capacitar os servidores, foi realizado o 1º Circuito Integridade – análise da vulnerabilidade em contratos de TI com a administração pública, para orientar os servidores da área sobre os procedimentos conformes que devem ser adotados quando da referida contratação evitando aquisições desnecessárias ou com preços acima do mercado.
- ✓ Selo Infra+ Integridade: criado para premiar empresas que atuam no setor de infraestrutura de transportes e que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de governança e integridade institucional, compreendendo iniciativas ligadas à ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade, prevenção à fraude e à corrupção (Portaria nº 102, 23 de julho de 2020).
- ✓ Supervisão Ministerial de Integridade: o quinto pilar definiu, de forma pioneira, a implementação de ações efetivas de supervisão ministerial coordenadas pela Subsecretaria de Conformidade e Integridade, voltadas a disseminar boas práticas de governança, integridade e gestão de riscos, garantindo o cumprimento da legislação vigente, de regras internas, eficiência administrativa e o atendimento dos objetivos finalísticos, mediante orientação, coordenação e controle das atividades das entidades vinculadas do Ministério da Infraestrutura. Esse Projeto conta também com a participação representantes da AECI, Ouvidoria, Corregedoria, SPOA, e SGETI.



Outras ações para o fortalecimento da liderança/ integridade

- ✓ Publicação de Vídeo sobre Integridade Pública, disponibilizado no espaço da Governança/Integridade do site do MInfra;



Link: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/governanca/integridade>

- ✓ Revisão e alteração do formulário para Declaração Negativa de Conflito de Interesses;
- ✓ Campanha “Ética Viva: Integridade no dia a dia”, com divulgação de peças que estimulam o comportamento ético dos agentes públicos, realizada em parceria com a CGU;



- ✓ Campanha do MInfra contra assédio moral e sexual;



- ✓ Reedição e publicação do Manual de Orientações, Normas e Procedimentos sobre Assédio Moral e Sexual, disponibilizado no espaço da Comissão de Ética do site do MInfra;
- ✓ Palestra de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, veiculada no canal do YouTube do MInfra;
- ✓ Fóruns e Reuniões dos Comitês das Ouvidorias / Auditorias e Corregedorias das Entidades Vinculadas;
- ✓ Levantamento de maturidade sobre o tema Integridade Pública; e

Para a melhoria dos Controles:

- ✓ Capacitação em Tomada de Contas Especiais, realizada em parceria com a CGU;
- ✓ Publicação de Normativo com Orientação de Gestão Patrimonial;
- ✓ Realização de adequações necessárias no site do MInfra com vistas ao cumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação – LAI;
- ✓ Capacitação presencial nos temas Abuso de Autoridade e Juízo de Admissibilidade;
- ✓ Atualização de ferramentas de fiscalização e monitoramento de incidentes de segurança da informação.



2.3 Programa Coopera/TCU (atuação no enfrentamento da crise da Covid-19)

Atendendo demanda da Casa Civil da Presidência da República (OFÍCIO CIRCULAR Nº 81/2020/SE/CC/CC/PR, de 31/7/2020 – processo 50000.027288/2020-90), acompanhou-se o andamento dos quatro processos afetos ao MInfra no âmbito do Programa Coopera/TCU, os TC nºs 016.864/2020-4, 016.865/2020-0, 016.866/2020-7 e 016.795/2020-2.

Nesse sentido, seguem as informações relevantes prestadas pelas áreas técnicas responsáveis por cada um desses processos:

TC-016.864/2020-4: Acompanhamento das ações do Ministério da Infraestrutura, ANAC, INFRAERO e SAC para o enfrentamento da Covid-19. Renegociação e/ou flexibilização do pagamento dos valores de outorga nas concessões de aeroportos.

A renegociação/flexibilização do pagamento dos valores de outorga permite, dentre outros pontos, que a Agência Nacional de Aviação Civil - Anac postergue até 18 de dezembro do ano de 2020 as obrigações das concessionárias de aeroportos de recolhimento das outorgas previstas em contrato.

A medida foi adotada com o propósito de aliviar eventuais pressões sobre o fluxo de caixa das empresas atuantes no setor, sendo concretizada com a edição da Medida Provisória nº 925/2020, convertida na Lei nº 14.034/2020.

Para garantir a efetividade dessa ação emergencial, diante do risco de inadimplemento das outorgas repactuadas, a Secretaria Nacional de Aviação Civil adotou as seguintes providências: i) Proposição de Medida Provisória sugerindo a postergação para o dia 18 de dezembro das outorgas fixas e variáveis devidas no ano de 2020 pelas concessionárias de aeroportos; ii) Anuência prévia à forma de reequilíbrio proposta pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para os pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão aeroportuária decorrentes dos impactos causados pela pandemia da Covid-19; e iii) Reprogramação de outorgas aeroportuárias: proposição de regulamento que disciplina o art. 1º da Lei nº 13.499/2017, alterada pela Lei nº 14.034/2020, e anuência prévia aos pedidos de reprogramação recebidos das concessionárias dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Confins.

O TCU até o fim de 2020 não tomou decisão sobre o processo TC- 016.864/2020-4. Aquela Corte de Contas realizou diligências, com requisição de informações e documentos, junto a ANAC e este Ministério.

TC- 016.865/2020-0: Acompanhamento das ações do Ministério da Infraestrutura e do Comando da Aeronáutica para o enfrentamento da Covid-19. Diferimento do pagamento das tarifas aeronáuticas.

O diferimento do pagamento das tarifas aeronáuticas foi instituído nos meses mais críticos do combate à pandemia, deslocando a obrigação de pagamento das tarifas para o fim do exercício fiscal. A medida justifica-se pela forte queda na demanda por voos e a rápida deterioração do caixa das empresas que atuam no setor aéreo, tendo como objetivo mitigar o impacto da pandemia sobre a liquidez das empresas que atuam no setor.

A medida implementada mediante o Decreto 10.284/2020, autorizou o Comandante da Aeronáutica a promover a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea a fim de permitir a reorganização financeira das empresas do setor, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19.

O TCU até o fim de 2020 não tomou decisão sobre o processo TC- 016.865/2020-0. Aquela Corte de Contas, no entanto, realizou diligências, com requisição de informações e documentos, junto ao Comando da Aeronáutica e ao Ministério da Economia.

TC-016.866/2020-7: Acompanhamento das ações do Ministério da Infraestrutura e da ANTT para o enfrentamento da Covid-19. Prerrogativas para o transporte de alimentos, medicamentos e materiais para a saúde e para o transporte de passageiros.

O MInfra preocupou-se, no primeiro momento, em manter a logística do País funcionando, devido às medidas de isolamento e fechamento de fronteiras adotadas por diversos entes da federação, o que poderia afetar o abastecimento nacional.

Então foi criado o Conselho Nacional de Secretários de Transportes (CONSETRAN), pelo Decreto 10.298, de 30/3/2020, órgão consultivo destinado a representar o interesse comum e promover a articulação dos órgãos e das entidades dos setores de transportes da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Posteriormente, propôs medidas para monitorar o estado de saúde dos caminhoneiros, para priorização dos caminhoneiros em campanhas de vacinação, para disponibilizar kits de higiene, teste de Covid-19 e equipamentos de proteção, e, campanhas de comunicação para manter os caminhoneiros e demais usuários da via informados.

No que diz respeito ao modo ferroviário, houve a edição do Decreto Nº 10.282/2020, para declarar o setor como essencial a fim de evitar a interrupção de algumas atividades, como a compra de 5 milhões de kits de testes rápidos pela Vale S.A, além de articulação junto à Associação Nacional do Transporte Ferroviário (ANTF) para compra de equipamentos de proteção individual, como óculos, luvas e máscaras, para médicos e enfermeiros para distribuição nos estados e municípios.

Foram publicados diversos normativos entre outros destacam-se os seguintes: i) Portaria MInfra nº 39, de 29 de abril de 2020, para prorrogar automaticamente as carteiras de Passe Livre com a validade próxima de expiração; ii) Resolução nº 5.876, de 20 de março de 2020, para prorrogar o prazo de CIOT, RNTRC e outros documentos com a validade próxima de expiração; iii) Portaria nº 117, de 25 de março de 2020 e Portaria nº 1681, de 23 de março de 2020, para suspensão da pesagem durante 90 dias. iv) Deliberação CONTRAN nº 185, 19 de março de 2020, para renovação da CNH e demais documentos pertinentes; v) Deliberação CONTRAN nº 188, 26 de março de 2020, para prorrogar prazo de implantação do RENAGRAV; vi) Deliberação CONTRAN nº 187, 26 de março de 2020, suspende prazo de licença para funcionamento de Instituição Técnica Licenciada (ITL).

O TCU até o fim de 2020 não tomou decisão sobre o processo TC- 016.866/2020-7. Aquela Corte de Contas realizou diligências, com requisição de informações e documentos, junto a ANTT e este Ministério.

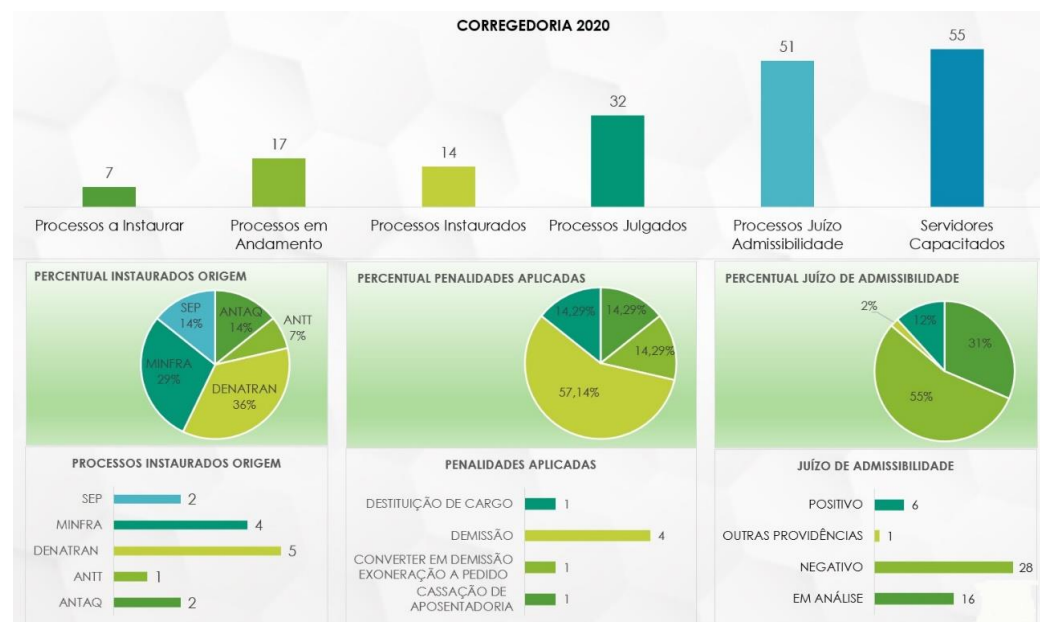
TC-016.795/2020-2: Acompanhamento das ações do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19. Contratações das edificações da área de saúde. Ministério da Saúde e SAC.

A ação 21C0 deste processo, que trata sobre COVID, é uma ação orçamentária genérica do Ministério da Saúde e ainda não foi liberada para o Ministério da Infraestrutura. Depende da assinatura de Medida Provisória, cuja minuta foi elaborada pela SAC/MInfra.

2.4 Atuação Correcional

A Corregedoria do Ministério da Infraestrutura é outra instância de integridade do Ministério e compõe o sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na qualidade de unidade seccional, estando sob a supervisão administrativa do Ministro da Infraestrutura e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.

A Corregedoria tem como propósito o exercício das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades praticadas por servidores do Ministério da Infraestrutura. As principais informações relacionadas à atuação da Corregedoria no exercício de 2020 encontram-se no infográfico a seguir:



Com relação à Transparência:

No que se refere ao Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC), cabe destacar que atualmente ele está integrado ao Fala.BR. Desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), a plataforma permite aos cidadãos fazer pedidos de informações públicas e manifestações de ouvidoria num único local. A união dos dois sistemas abre caminho para melhorias e novas funcionalidades que facilitarão a vida dos cidadãos e dos gestores em todos os níveis de governo, como: tratamento de pedidos e manifestações, cadastros de usuários e interfaces amigáveis.

Para fazer um pedido de informação, basta acessar o Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em www.acessoinformacao.gov.br/sistema/

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) deste Ministério está disponível também para atendimento presencial, diariamente, das 8h às 18h, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - Ed. Sede – Térreo (Sala da antiga Biblioteca)

Contato da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação, conforme designação da Portaria MInfra nº 430, de 21/3/2019, em decorrência do disposto no art. 40 da Lei 12.527/2011:

Wagner Alessander Ferreira – Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) Tel: 61 2029-7505

Email: wagner.ferreira@infraestrutura.gov.br

Governança,
estratégia e
desempenho



3.

3.1 Estratégia

Gestão Estratégica

O ano de 2020 foi marcado pelo avanço da Gestão Estratégica para as etapas de monitoramento e avaliação, após a instituição e desdobramento do novo Mapa Estratégico em 2019. Foram implantados os processos de monitoramento mensal de todo o Portfólio Estratégico, bem como realizados os 2 primeiros ciclos de avaliação.

Com relação ao grande desafio expresso na Missão Estratégica de “Tornar-se líder da América latina em infraestrutura de transporte”, em 2020 pudemos aferir importantes avanços nos rankings divulgados, tendo o Brasil avançado acima da América Latina em 4 importantes indicadores relativos a Transportes.

MAPA ESTRATÉGICO MINFRA

MISSÃO

PROPORCIONAR INFRAESTRUTURA VIÁRIA INTEGRADA E CONFIÁVEL PARA MOBILIDADE SEGURA E EFICIENTE DE PESSOAS E BENS, COM VISTAS AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE NACIONAL.

VISÃO

TORNAR-SE LÍDER DA AMÉRICA LATINA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Atributos de Valor:

Respeito à vida
Eficiência logística
Excelência institucional
Responsabilidade socioambiental
Planejamento e integração territorial

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE



COMPETITIVIDADE

MELHORAR A COMPETITIVIDADE DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NACIONAL



SEGURANÇA

PROMOVER A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E BENS TRANSPORTADOS



SATISFAÇÃO

MELHORAR O NÍVEL DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES

FOCO DE ATUAÇÃO



INOVAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

APERFEIÇOAR PROCESSOS, NORMATIVOS E MARCOS REGULATÓRIOS

FORTELECER A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM OS ATORES DO SETOR



EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

CONSOLIDAR O PLANEJAMENTO INTEGRADO DO SETOR TRANSPORTE

OTIMIZAR A DISTRIBUIÇÃO DOS MODOS DE TRANSPORTES NA MATRIZ VIÁRIA BRASILEIRA

ASSEGURAR A QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES



SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR

OTIMIZAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO SETOR

PROCESSOS INTERNOS



GOVERNANÇA

APRIMORAR A GOVERNANÇA, O COMPLIANCE E A GESTÃO CORPORATIVA



INFORMAÇÕES

APRIMORAR A DISPONIBILIDADE, QUALIDADE E A INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES



INFRAESTRUTURA CORPORATIVA

PROVER INFRAESTRUTURA CORPORATIVA TECNOLÓGICA E SUPORTE LOGÍSTICO INTEGRADOS, SEGUROS E DE ALTO DESEMPENHO



PESSOAS

DESENVOLVER COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS COM FOCO NO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Posição em Rankings de Indicadores de Transportes

+18



+11



Média AL

Eficiência dos Serviços Aeroviários



+13



+9



Média AL

Eficiência dos Serviços Portuários



+8



+4



Média AL

Qualidade das Rodovias



+1



-1



Média AL

Eficiência dos Serviços Ferroviários



Fonte: FDC/Fórum Econômico Mundial

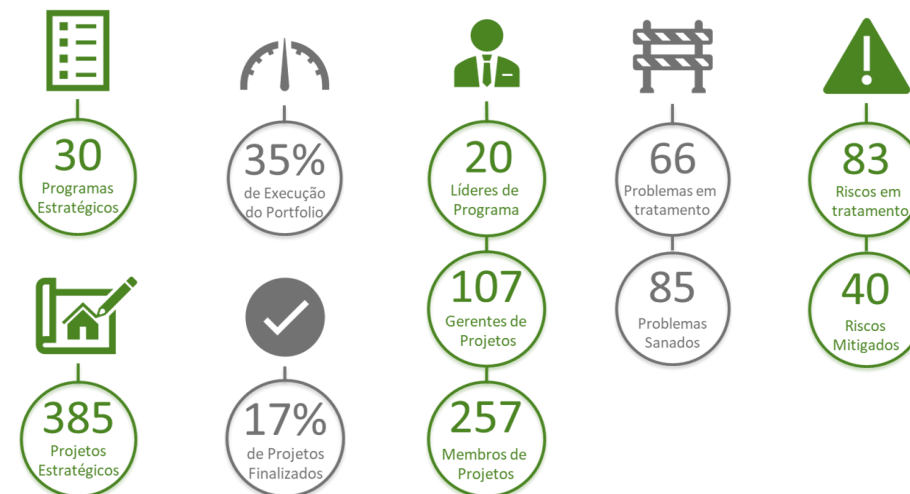
Estágio atual da gestão estratégica

Em janeiro de 2020, o Ministério consolidou o Monitoramento Mensal do seu Portfólio Estratégico. No exercício de 2020, realizou ainda 2 ciclos de Avaliação Estratégica, cada qual contendo 4 Reuniões de Avaliação da Estratégica (RAE) Setoriais e uma Ministerial.

A Gestão Estratégica do Ministério é Integrada às suas Entidades Vinculadas, ou seja, essas entidades lideram projetos estratégicos associados aos Programas do Ministério.



O Portfólio Estratégico do MInfra é representado pelos grandes números abaixo:

**Portfólio Estratégico****Concessões**

Concessões rodoviárias	Concessões e renovações ferroviárias
Arrendamentos portuários	Concessões de aeroportos

Investimentos

Empreendimentos rodoviários	Empreendimentos ferroviários
Empreendimentos aquaviários	Empreendimentos aeroaviários

Segurança

Plano Nacional de Segurança no Trânsito
Segurança na Aviação Civil
Manutenção da infraestrutura rodoviária

Eficiência logística

Planejamento Integrado minfra

Desenvolvimento da navegação doméstica

Modernização e expansão do sistema ferroviário

Fomento e melhoria do ambiente de negócios

Competitividade da Aviação Civil

Inov@br

Inovação e articulação

Documento Eletrônico de Transporte (DT-E)

Agenda parlamentar propositiva

Caminhoneiros

Transformação digital

Infra competitividade

Gestão

Sustentabilidade

Reordenação institucional do setor

Implantação da gestão estratégica

Integração das informações do setor

Governança, integridade e gestão de riscos

Modernização da gestão portuária

Eficiência administrativa

Desenvolvimento de pessoas e clima organizacional

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A estrutura de governança, seguramente, propicia que as organizações públicas cumpram efetivamente seus objetivos estratégicos, gerando valor público de melhor qualidade. Isso normalmente ocorre com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, avaliar e monitorar a atuação da gestão.

No setor público, a expressão “gerar valor” é entendida como produzir resultado que atenda às necessidades de interesse da sociedade, ao contrário do setor privado que significa obter lucro.

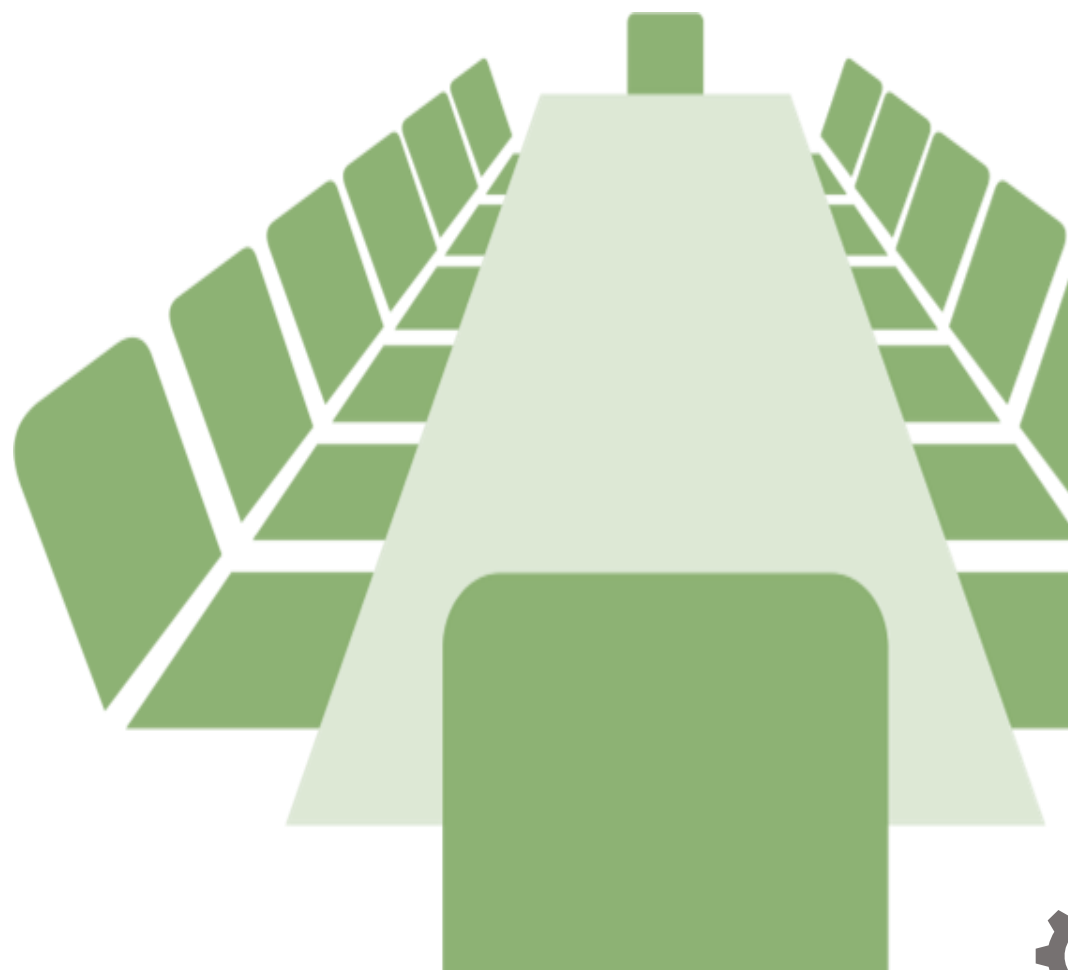
O aprimoramento da governança no MInfra, a partir do exercício de 2019 deve-se, especialmente, ao comprometimento da Alta Administração, empenhada na busca constante pelas boas práticas de gestão, alinhada aos princípios da integridade e da eficiência pública.

Nesse sentido, a Assessoria Especial do Controle Interno auxilia os gestores da Pasta com orientações e trabalhos voltados ao tema Integridade, devidamente refletidos nos planos de integridade anuais, que são aprovados encaminhados à CGU e monitorados durante todo o exercício.

Além disso, a AECI coordena a implementação da gestão de riscos em todas as áreas do Ministério, em busca de implementar controles internos efetivos. Cabe mencionar ainda, como constante busca pela eficiência, os trabalhos realizados pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, em especial a implementação do MS Project, que possibilita registrar a execução do portfólio de projetos do Ministério.

Ainda no que se refere ao aprimoramento da governança no MInfra, destaca-se em 2020 a aprovação da sistemática de aferição da governança, por meio de indicador baseado no iGG TCU, denominado IG-MInfra. Após a aprovação do mencionado indicador pelo Comitê Estratégico de Governança – CEG, tiveram início ainda em 2020 os trabalhos para aferição do indicador, sendo concluídos no início de 2021. Como resultado, verificou-se a melhoria nos aspectos de liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, tecnologia da informação e segurança da informação, contratações, e gestão orçamentária.

Em 2020, as instâncias de governança do MInfra, de que tratam a Portaria nº 2.873/2019 (CEG, CGRC, NG e CTI) atuaram em sintonia e permitiram a realização de entregas expressivas, tais como: Mapa Estratégico atualizado, Cadeia de Valor Integrada, Plano de Integridade, Selo Infra+ Integridade, Implantação de metodologia para aferição do Índice de Governança na Pasta, dentre outras.



3.3 Resultados e desempenho da gestão

3.3.1 - Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Este tópico apresenta resumidamente os resultados alcançados, em 2020, do Ministério da Infraestrutura, alguns com aderência aos objetivos do Planejamento Estratégico, outros coincidentes com os atributos do Plano Plurianual - PPA 2020-2023.

A seguir, a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP apresenta o panorama geral das realizações de parcerias do MInfra em 2020 e outros resultados, na sequência as demais secretarias finalísticas demonstram os resultados alcançados ante os objetivos estratégicos relacionados aos seus respectivos modos de transportes: aéreo, terrestres e aquaviário, incluindo portos e demais instalações portuárias.

Resultados - Portfólio de Concessões



Qualificações

54 ativos qualificados
R\$ 6,4 bilhões em investimentos
113.448 empregos serão gerados*



Estudos

10 estudos concluídos
6 Arrendamentos Portuários + 1 Porto (Codesa)
1 Rodovia (726,9km)
2 Ferrovias (8.901km)



Audiência Pública

8 Audiências Públicas concluídas
5 Arrendamentos Portuários
2 Rodovias (1.270km)
1 Ferrovia (933km)



TCU

31 ativos aprovados pelo TCU
22 Aeroportos
6 Arrendamentos Portuários
2 Rodovias (1.820,7 km)
1 Ferrovia (537km)

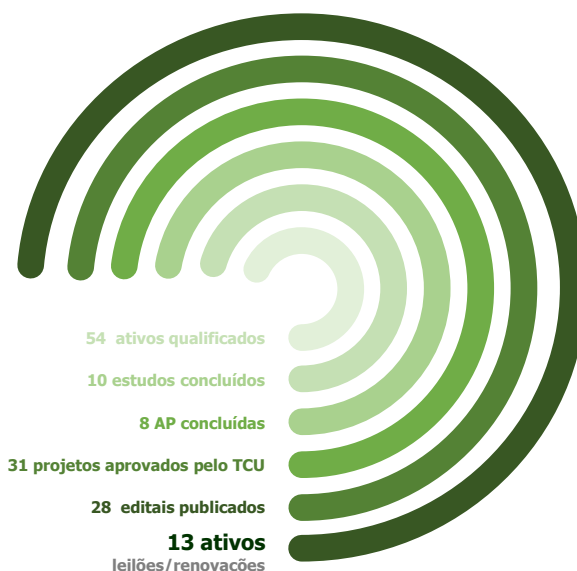


Editais

28 ativos com editais publicados
22 Aeroportos
5 Arrendamentos Portuários
1 Ferrovia (537km)

Leilões + Renovações

13 ativos entre leilões e renovações
R\$ 31,35 bilhões em investimentos
438.000 empregos previstos*



54 Ativos Qualificados no PPI

MAPA com as qualificações na página seguinte.



Programa de concessões de aeroportos

- ✓ Edital dos 3 blocos da 6ª Rodada de Concessões publicados - 22 Aeroportos
 - Bloco Central (6): Goiânia /GO, São Luís/MA, Teresina/PI, Palmas/TO, Petrolina/PE e Imperatriz/MA
 - Bloco Norte I (7): Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Boa Vista/RR, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM e Tefé/AM
 - Bloco Sul (9): Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacacheri em Curitiba/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS.



Programa de arrendamentos portuários

- ✓ Leiloados (6) - Não inclui cessões onerosas
 - STS14 - Arrendamento Terminal de Celulose no Porto de Santos/SP
 - STS14A - Arrendamento Terminal de Celulose no Porto de Santos/SP
 - ATU12 - Arrendamento Granéis Sólidos no Porto de Aratu-Candeias/BA
 - ATU18 - Arrendamento Granéis Sólidos no Porto de Aratu-Candeias/BA
 - MAC10 - Arrendamento de terminal para movimentação e armazenagem de granel líquido (ácido sulfúrico) no Porto de Maceió/AL
 - PAR12 - Arrendamento de terminal de veículos no porto de Paranaguá/PR
- ✓ Editais Publicados (5)
 - IQI03 - Arrendamento Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA
 - IQI11 - Arrendamento Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA
 - IQI12 - Arrendamento Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA
 - IQI13 - Arrendamento Granéis Líquidos no Porto de Itaqui/MA
 - PEL01 - Arrendamento de Terminal para Movimentação de Carga Geral no Porto de Pelotas/RS



Programa de concessões de rodovias

- ✓ Concessão de 1 (uma) rodovia
 - BR-101/SC



Programa de concessões e renovações ferroviárias

- ✓ Termos Aditivo de Renovação Antecipada Assinados:
 - Rumo Malha Paulista (RMP)
 - Estrada de Ferro Carajás (EFC)
 - Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), com investimentos cruzados para a construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO)
- ✓ Edital Publicado:
 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)

*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em jan/21.

Obs.: Nos 13 ativos entre leilões e renovações estão incluídas duas cessões onerosas realizadas nos portos de Mucuri/CE e de Vila do Conde/PA.

Diante do quadro de pandemia da Covid-19, iniciado logo no 1º trimestre de 2020, com reflexos danosos em todos os setores da sociedade, o MInfra decidiu, de forma ágil, dar continuidade ao Programa de Concessões dos diversos modos de transportes, apesar de alguns leilões terem sido postergados. Resolveu também não paralisar nenhuma obra em andamento.

Em termos quantitativos, em 2020, o MInfra elaborou e entregou 51 projetos qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI 2020 do governo federal, distribuídos em rodovias, ferrovias aeroportos e portos, como pode ser visto no mapa abaixo.

Projetos qualificados em 2020 no PPI

R\$ 8,87 bilhões*

Investimentos previstos

Rodovias

Concessão de 3 trechos rodoviários

Ferrovias

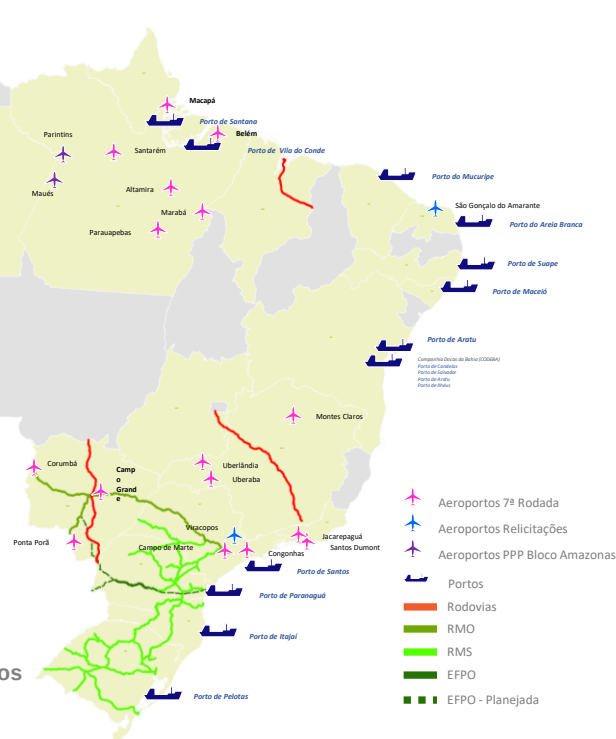
1 Concessão, 1 Renovação e
1 Desestatização

Aeroportos

Concessão de 26 aeroportos

Portos

Arrendamento de 17 terminais portuários
e 2 desestatizações



*Investimentos previstos com a concessão dos 26 aeroportos e arrendamento dos 17 terminais portuários

As parcerias representam importantes mecanismos para a realização de obras e oferta de serviços públicos necessários para desenvolver a infraestrutura do país. O setor privado contribui com os investimentos demandados em cada projeto, aliviando a situação fiscal do setor público e o governo gerencia a entrega dos serviços públicos ao domínio privado que são realizados com mais eficiência, economicidade e qualidade, haja vista a maior flexibilidade do parceiro privado. Assim, o governo (MInfra) entrega infraestrutura e serviços de qualidade à sociedade com menor custo público.

Mesmo atravessando um ano extremamente desafiador e complexo, se olharmos para trás podemos constatar que o Ministério da Infraestrutura avançou muito e o cenário para 2021 é ainda mais promissor. Já temos marcados para o início do mês de abril, leilões de 28 ativos, sendo 22 aeroportos, a Ferrovia de

Integração Oeste-Leste (ilhéus - Caetité), além de 5 terminais portuários.

Ao longo do ano de 2020, a partir do planejamento integrado, os investimentos públicos e privados continuaram acontecendo com diversas obras públicas contratadas e uma intensa agenda de concessões. Pode-se dizer que o programa de concessões está fortalecido e consolidado, em termos de valores, os projetos concluídos em 2020 pelo MInfra, distribuídos em rodovias, ferrovias e portos foram os seguintes:

Projetos concluídos em 2020

R\$ 31,35 bilhões

Investimentos previstos (13 ativos)

R\$ 8,16 bilhões

Outorgas

Rodovias

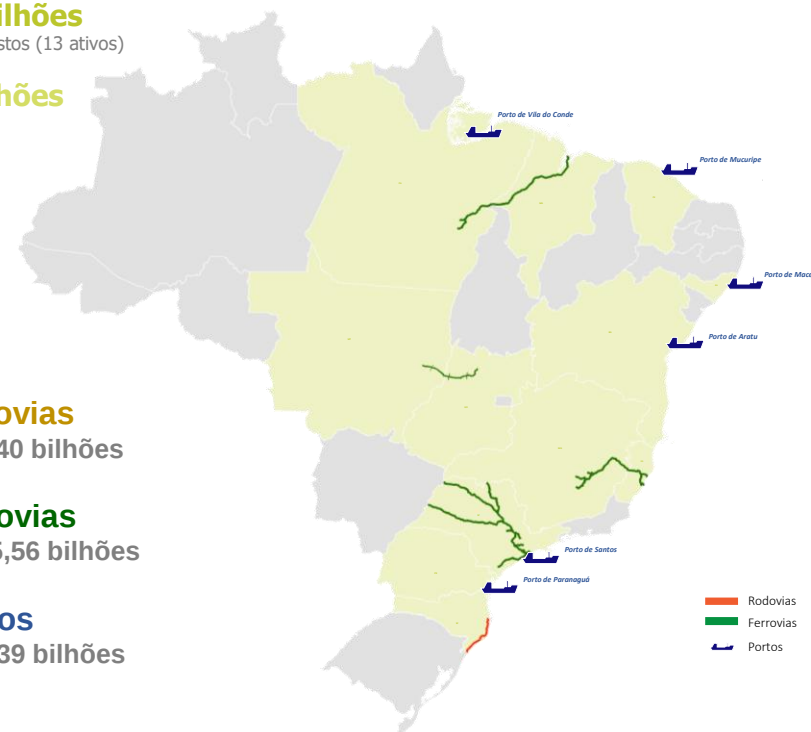
R\$ 3,40 bilhões

Ferrovias

R\$ 25,56 bilhões

Portos

R\$ 2,39 bilhões



O Ministério da Infraestrutura foi capaz de manter o planejamento, assegurar o funcionamento da logística e continuar a executar obras e principalmente conceder ativos de forma eficaz.

Em 2020, o MInfra concretizou a transferência de 13 ativos leiloados/prorrogados, o que possibilitou a contratação de R\$ 31,35 bilhões de investimentos, com potencial de geração de 438 mil empregos, além de arrecadação de R\$ 8,16 bilhões em outorgas, como pode ser visto no mapa acima.

Diante de tais realizações e das práticas adotadas, os resultados estão aparecendo. Recentes pesquisas apontam a melhoria nos índices de qualidade das rodovias, eficiência dos serviços ferroviários, aviários e portuários, o que comprova que estamos no rumo certo.

Resultados - Portfólio de Eficiência Logística

Programa de Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócio

- 15 projetos de Debêntures incentivadas e 18 projetos de REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura), com investimentos previstos em R\$ 54,97 bilhões;
- Transformação Digital dos serviços abaixo listados, o qual trouxe a simplificação de acesso ao serviço público, economia de recursos públicos, maior transparência e diminuição da burocracia:

15 Projetos de Debêntures

Aprovados em 2020

7 rodoviários
3 ferroviários
5 portuários

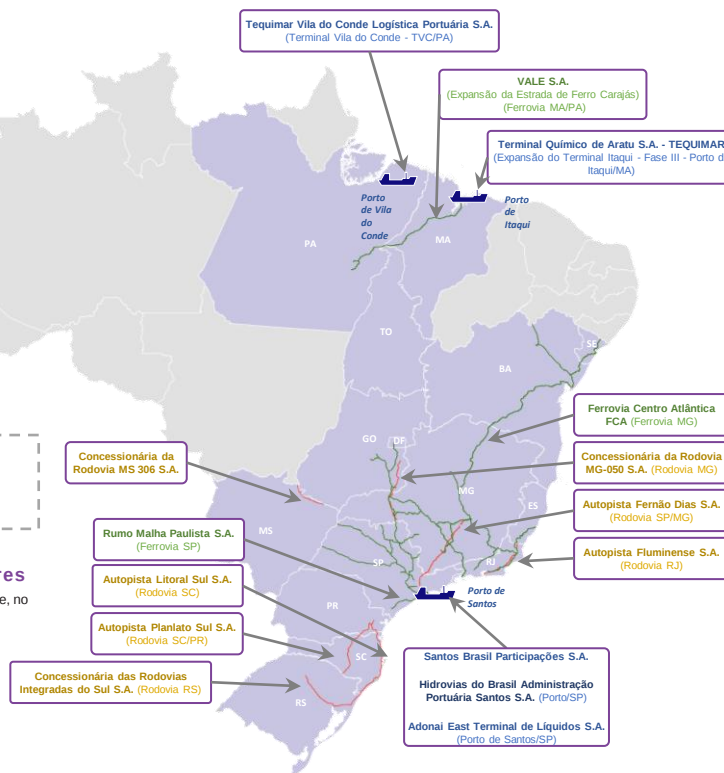
R\$ 29,77 bilhões

CAPEX dos projetos aprovados

R\$ 14,21 bilhões

Valor previsto para emissão

Realizadas **7 emissões de Debêntures Incentivadas** no setor de logística e transporte, no montante de **R\$ 2,15 bilhões**.



R\$ bilhões	Rodovias	Ferrovias	Portos	Total
CAPEX dos projetos aprovados em 2020	7,87	19,22	2,68	29,77
Valor previsto para emissão de Debêntures Incentivadas	1,72	10,55	1,94	14,21
Volume de Debêntures Incentivadas emitidas em 2020	1,15	0,80	0,20	2,15

A Lei nº 12.431/2011 criou o incentivo fiscal para o financiamento de investimentos privados de infraestrutura em áreas prioritárias, inclusive logística e transportes

18 Projetos de REIDI

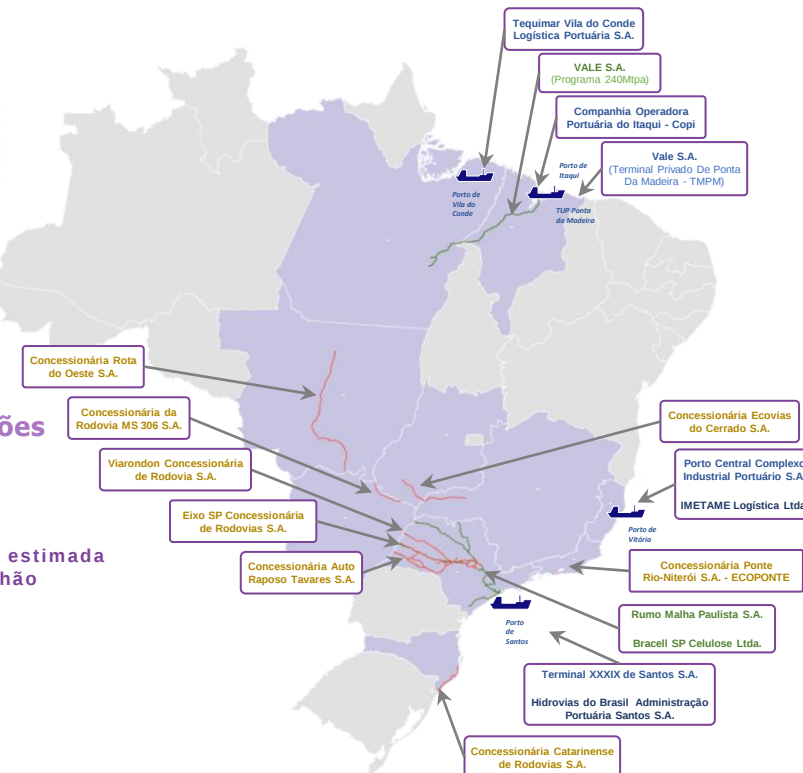
Aprovados em 2020

8 rodoviários
3 ferroviários
7 portuários

R\$ 25,20 bilhões

Investimentos previstos

Desoneração estimada de R\$ 1,76 bilhão



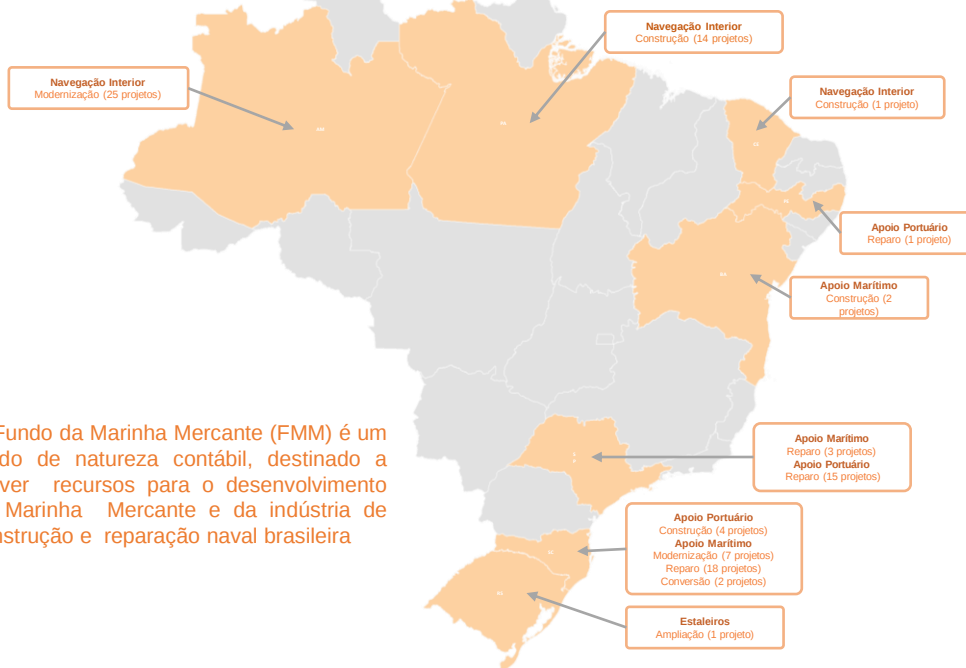
Projetos aprovados 2020	Valor total dos projetos (R\$ bilhão)	Desoneração projetada (R\$ bilhão)
Rodovias	12,71	0,47
Ferrovias	6,26	0,58
Portos	6,23	0,71
Total	25,20	1,76

O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, criado pela Lei nº 11.488/2007, desonera investimentos em infraestrutura realizados pelo setor privado.

- Análise de projetos de apoio à construção ou reparo de 41 projetos, no valor de investimentos estimados em R\$ 155 milhões;
- Revisões normativas da Lei nº 10.893, de 2004, no bojo das discussões do projeto BR do Mar, além da revisão da Resolução CMN nº 3.828, de 2009, e do Decreto nº 5.269, de 2004. Após aprovados os ajustes normativos, espera-se que nos próximos exercícios o FMM amplie o volume de investimentos no setor naval;
- OCDE: aspectos relacionados à indústria naval e Comitê de seguros dos mercados financeiros;
- Apoio na regularização de créditos do FNAC;
- Análise de processos de ressarcimento e restituição do FMM;
- Conclusões de 93 projetos com auxílio financeiro do FMM, repasse de R\$ 351,19 milhões:
 - ✓ Construção de 2 embarcações de Apoio Marítimo;
 - ✓ Construção de 4 embarcações de Apoio Portuário;
 - ✓ Construção de 15 embarcações de Navegação Interior;
 - ✓ Ampliação de 1 Estaleiro;
 - ✓ Conversão de 2 embarcações de Apoio Marítimo;
 - ✓ Modernização de 32 embarcações de Navegação Interior;
 - ✓ Reparo de 37 embarcações, sendo de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário.

93 Projetos concluídos

Em 2020 com apoio financeiro do FMM

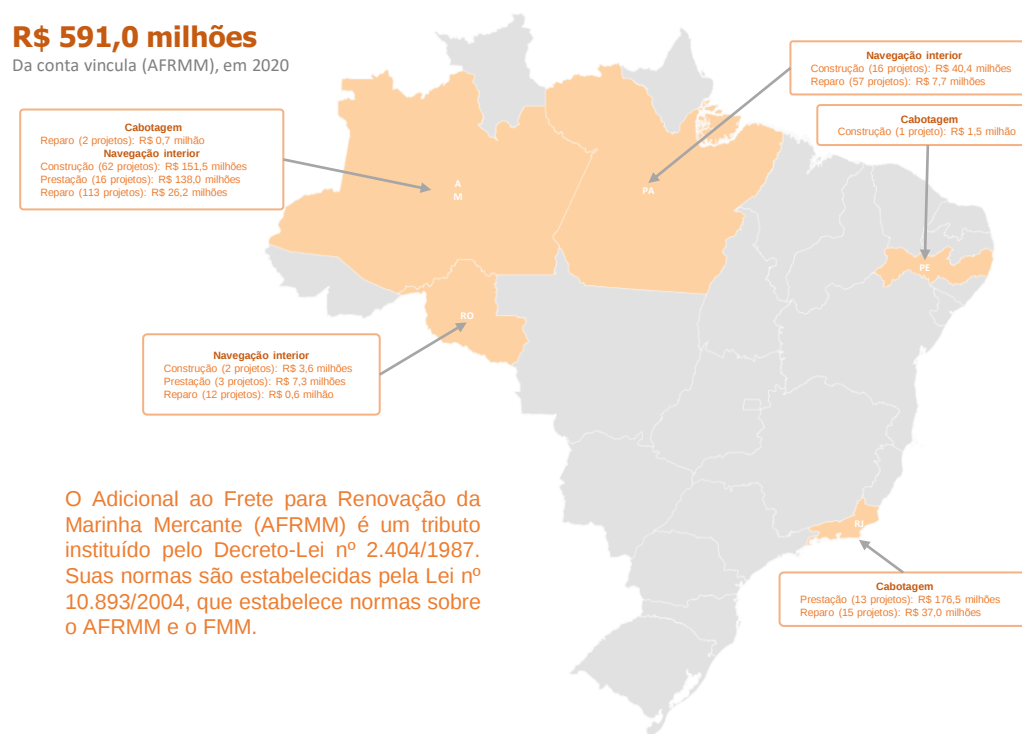


O Fundo da Marinha Mercante (FMM) é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira

- Sistema Mercante:
- Continuação e conclusão do novo módulo de processamento e cálculo do Rateio da Conta Especial do AFRMM. Em preparação para implantação definitiva.
- Implantação de nova consulta para acompanhamento da situação do Ressarcimento do AFRMM Administrado pela Receita Federal.
- 312 projetos com auxílio financeiro da Conta Vinculada (AFRMM), liberação de R\$ 591 milhões:
- 31 embarcações de Cabotagem;
- 281 embarcações de Navegação Interior.

R\$ 591,0 milhões

Da conta vincula (AFRMM), em 2020



O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é um tributo instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404/1987. Suas normas são estabelecidas pela Lei nº 10.893/2004, que estabelece normas sobre o AFRMM e o FMM.

Programa de Reordenação Institucional

- Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR;
- Acompanhamento dos estudos de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA e dos Portos Organizados de Santos/SP, São Sebastião/SP e Itajaí/SC; e
- Acompanhamento do processo de reestruturação institucional das empresas públicas EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL e VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

- Elaboração do Relatório de Monitoramento de Obras Públicas, publicação mensal, com o andamento dos principais empreendimentos públicos, nos modos rodoviário, aquaviário, ferroviário e aeroviário, trazendo informações do avanço físico e financeiro, previsão de entrega e a representação geográfica desses empreendimentos;
- Publicação semanal do Boletim de Transportes Coronavírus que traz o acompanhamento dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus na movimentação de carga e passageiros nos diferentes modos de transporte; e
- Conclusão e publicação do documento Corredores Logísticos Estratégicos de Petróleo e Combustíveis que apresenta todo o ciclo do petróleo desde a extração, passando pelo refino e produção dos combustíveis derivados de petróleo, produção do biodiesel e do etanol até chegar nas bases de distribuição. Mapeia as principais rotas de escoamento do produto para consumo interno e externo.

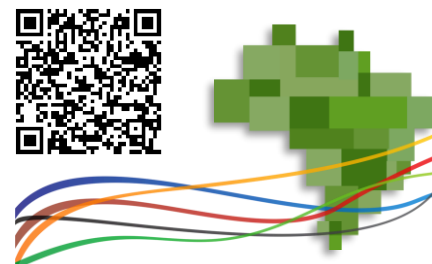
Programa de Integração das Informações do Setor de Transportes

- Aprimoramento do Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL com a remodelagem do Portal do ONTL, incluindo a elaboração e publicação do Portal Rodoviário;
- Publicação do Anuário Estatístico de Transportes 2010-2019 no âmbito do ONTL, ano a ano (a partir de 2010), com série histórica das principais informações do setor transportes, da infraestrutura, informações de movimentação de passageiros e cargas pelos diferentes modos de transporte, além de indicadores que impactam nas atividades do setor;
- Publicação do Caderno Transportes 2019, periódico anual, com principais realizações do Ministério no exercício de 2019, referentes aos investimentos realizados por meio do Orçamento Geral da União e pela iniciativa privada, por meio de parcerias;
- Publicação mensal do boletim INFO Transportes contendo a comparação do ano vigente com o ano anterior das informações de movimentação de cargas e passageiros nos diferentes modos de transporte;
- Atualização e publicação do Plano de Dados Abertos do MInfra em atendimento à Lei nº 12.527, de 18 de outubro de 2011, o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e a Resolução CGINDA nº 03, de 13 de outubro de 2017, que disciplinam a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, o PDA MInfra 2020-2021 apresenta à sociedade a seleção dos dados que serão abertos, o cronograma de publicação, a descrição de ações de fomento ao uso e reuso de dados;

Programa de Planejamento Integrado

- Publicação da Portaria GM nº 123, de 21 de agosto de 2020, que institui o Planejamento Integrado de Transportes, contemplando os subsistemas federais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas e desses com os sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Desenvolvimento do Plano Nacional de Logística - PNL 2035, junto à Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL.
- Realização de reuniões participativas e webinar (<https://youtu.be/DIBMV2KuZBk>) com entidades públicas e privadas para a construção participativa do PNL 2035.
- Acompanhamento para integração dos Planos Setoriais, em desenvolvimento pelo MInfra, e do PNL.

Corredores Logísticos Estratégicos Volume VI - Petróleo e Combustíveis



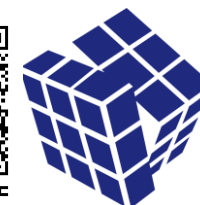
Caderno Transportes



Info Transportes



Plano de Dados Abertos - PDA



Estrutura do Sistema do Planejamento Integrado de Transportes - PIT



Aviação civil

O Programa temático Aviação Civil, contemplado no PPA 2020-2023, busca atender os desafios do setor, considerando o propósito estabelecido pela Política Nacional de Aviação Civil - PNAC de “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”.

O Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC é o Indicador 8677 do PPA 2020 - 2023 e busca avaliar os resultados e impactos da política de aviação civil por meio de três “sub-índices” que abordam a competitividade (Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária - IDRA), a satisfação do usuário (Índice de Satisfação Geral dos Passageiros - ISGP) e a segurança (Índice de Segurança da Aviação Civil - ISAC).

Resultado do Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC

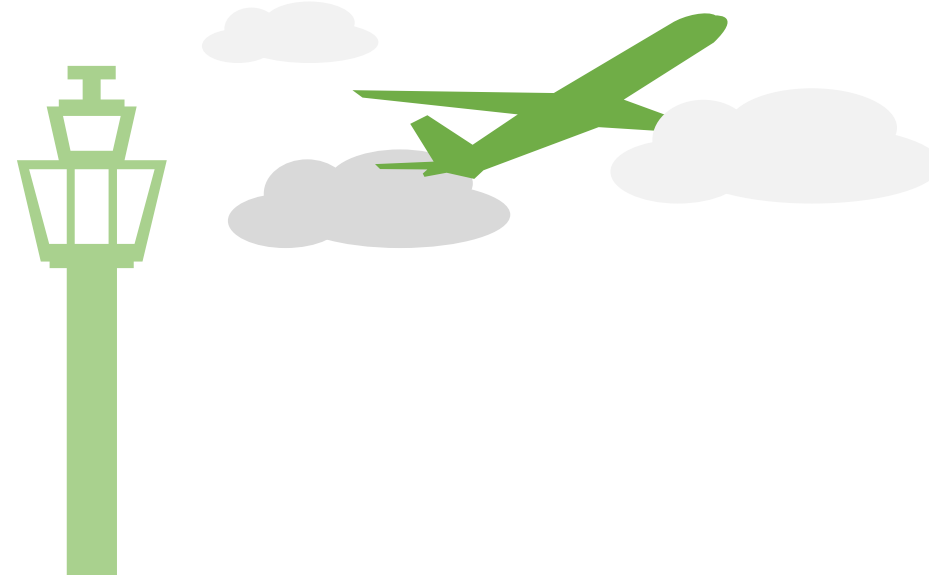
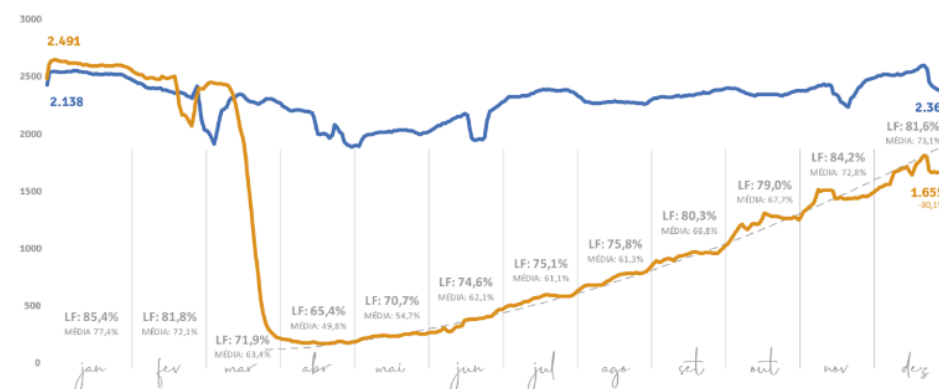
Ano	Resultado	Meta	Peso	Subíndices	Total (2020)	Referência (2018)
2020	0,297	0,600	0,5	IDRA	0,096	0,594
			0,3	ISGP	0,520	0,512
			0,2	ISAC	0,467	0,533

O Programa possui monitoramento continuado e propicia a melhoria dos indicadores da aviação civil brasileira a partir do ponto de vista dos princípios mais caros ao setor, como eficácia (número de aeroportos atendidos e quantidade de passageiros transportados), qualidade (opinião dos passageiros) e a segurança da aviação. Foram criados três subíndices com diferentes pesos para a composição do IDAC:

- Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária (IDRA) - o subíndice foi impactado pela retração do tráfego de voos comerciais em função da pandemia de Covid-19, ocasionando resultado inferior à meta prevista. Para representar melhor a realidade enfrentada pelo setor em 2020, a metodologia de cálculo do indicador foi ajustada considerando-se somente os aeroportos com atividades em oito meses ou mais durante o ano. Com isso, encaixaram-se no critério 92 aeroportos, obtendo o resultado de 0,096. Vale salientar que o IDRA representa 50% do peso total do IDAC.
- Índice de Satisfação Geral dos Passageiros (ISGP) - foi realizada a Pesquisa de Satisfação Geral dos Passageiros no primeiro trimestre de 2020, obtendo a nota de 4,4. Entretanto, devido à pandemia, não foi possível realizar a pesquisa nos 2º, 3º e 4º trimestres devido a dois problemas: a falta de amostra, uma vez que a quantidade de passageiros caiu em 2020 de forma sem precedentes na história da aviação mundial, atingindo no Brasil patamares de -56% em relação a 2019; e a insegurança sanitária de pesquisadores e passageiros. O valor aferido no primeiro trimestre foi replicado no restante do ano para tornar possível o cálculo do índice.

- Índice de Segurança da Aviação Civil (ISAC) - criado a partir do número médio de acidentes nos últimos cinco anos, em que quanto menor o número de acidentes, maior o índice. Cabe esclarecer que não se trata de uma meta de “média do número de acidentes”, mas sim, uma “meta de segurança”, inversamente proporcional à média do número de acidentes. Quanto a não ter atingido a meta, pela atual metodologia, o número atípico de três acidentes em 2019 impactou negativamente a projeção realizada para o período do PPA 2020-2023.

IMPACTO NOS VOOS DOMÉSTICOS: 2019 VS. 2020 VOOS ENTRE AEROPORTOS BRASILEIROS



Aviação civil - Principais Resultados

Concessões

Em 2020, estava prevista a realização do leilão da 6ª rodada de concessões, entretanto, devido aos efeitos ocasionados pela pandemia, foram necessários ajustes nos estudos de viabilidade e adiamento do leilão para 2021.

O principal evento do programa federal de concessões aeroportuárias em 2020 foi a publicação do edital do leilão da 6ª rodada, realizado no dia 07 de abril de 2021. Na ocasião, foram concedidos à iniciativa privada 22 aeroportos, divididos em três blocos: Bloco Sul: Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Navegantes/SC, Londrina/PR, Joinville/SC, Bacacheri/PR, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS, Bagé/RS; Bloco Norte: Manaus/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Tabatinga/AM, Tefé/AM, Boa Vista/RR; Bloco Central: Goiânia/GO, São Luís/MA, Teresina/PI, Palmas/TO, Petrolina/PE e Imperatriz/MA. A previsão de investimentos é de R\$ 6,1 bilhões ao longo do período da concessão.

O Brasil possui atualmente 11 diferentes consórcios e operadores privados atuando na gestão e exploração aeroportuária. Os 22 aeroportos já concedidos respondem por aproximadamente 60% do tráfego doméstico e 97% do internacional. Os números refletem o êxito do programa federal de concessões e a importância de sua continuidade. Nesses aeroportos serão investidos pelo setor privado mais de R\$ 36 bilhões durante o período das concessões, sendo que, desse total, mais de R\$ 17 bilhões já foram realizados. O montante investido pelas concessões privadas é maior do que o valor investido em toda a infraestrutura aeroportuária nacional nos 16 anos anteriores ao início das concessões (1995 a 2010).

Medidas de enfrentamento aos impactos ocasionados pela Covid-19

Diante do cenário de enfrentamento aos impactos oriundos da Pandemia Global ocasionada pelo alastramento do “Corona vírus” (2019-nCoV), SARS-CoV-2, o Ministério da Infraestrutura, em 2020, realizou diversas ações de apoio para o enfrentamento da pandemia, dentre as quais, a contratação da logística internacional para o transporte de 240 milhões de máscaras de proteção respiratória, adquiridas pelo Ministério da Saúde de empresa localizada na China. A mega operação foi realizada em aproximadamente 3 meses, com a realização de 38 voos, 36 contratados pelo Ministério da Infraestrutura e 2 doados por duas empresas privadas, sendo transportados 200 milhões máscaras de proteção respiratória triplas e 40 milhões de máscaras de proteção respiratória KN95. A contratação, no valor de R\$ 80.312.705,91, foi realizada com recursos provenientes do Ministério da Saúde, descentralizados a este Ministério por meio do Termo de Execução Descentralizada 19/2020.



Máscaras importadas da China

Outras medidas importantes implementadas no setor aeroportuário para reduzir os efeitos decorrentes dos impactos provocados pela Covid-19 foram o reperfilamento das outorgas aeroportuárias; a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão; a postergação da data de vencimento das Contribuições Fixa e Variável; alteração temporária das regras de remarcação de passagens aéreas; e apoio nos gastos com estacionamento de aeronaves, que ficaram paradas em razão da pandemia, durante os meses mais críticos da baixa demanda por transporte aéreo.

Também foram realizados eventos na área de segurança aeroviária, principalmente voltados à prevenção e ao combate ao Coronavírus.

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

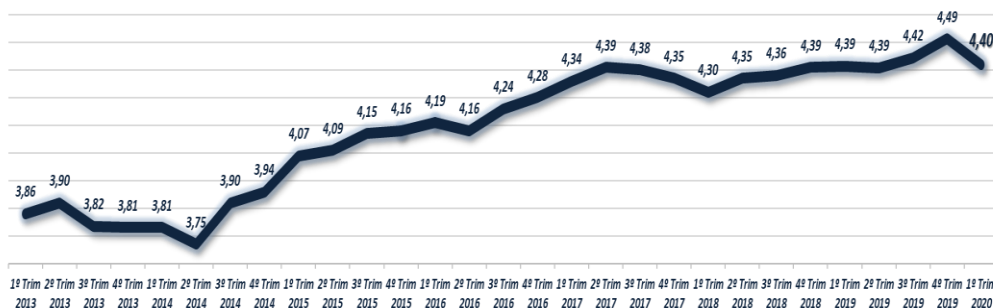
O Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

No que se refere à execução de obras de investimentos, foram concluídas as obras nos Aeroportos de Cascavel/PR (Cerca Operacional, Pátio de Aeronaves e Terminal de Passageiros), Santa Maria/RS (Pátio de Aeronaves) e Oriximiná/PA (Cerca Operacional e Implantação de Auxílios Visuais), bem como o Programa de Segurança Contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC (*Aviation Security*), com a entrega dos últimos 9 equipamentos, totalizando 91, sendo 55 Pórticos Detectores de Metais e 36 equipamentos de Raio-x.

Noutra frente, visando otimizar a utilização das infraestruturas aeroportuárias e a compatibilização entre as atividades civis e militares onde existam instalações e operações militares, foram concluídos em 2020, em conjunto com o Comando da Aeronáutica - COMAER, os processos de rezoneamento civil/militar do Aeroporto do Rio de Janeiro/Santos Dumont (SBRJ), Rio de Janeiro/RJ; Aeroporto do Paraná - Bacacheri (SBBJ), Curitiba/PR; Aeroporto Internacional de Boa Vista - Atlas Brasil Cantanhede (SBBV), Boa Vista/RR; Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (SBEG), Manaus/AM; Aeroporto Internacional de Porto Velho - Gov. Jorge Teixeira de Oliveira (SBPV), Porto Velho/RO; Aeroporto Internacional de São Luís - Marechal Cunha Machado (SBSL), São Luís/MA; e Aeroporto de Teresina - Senador Petrônio Portella (SBTE), Teresina/PI.

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a importância da opinião dos passageiros nas decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, é realizada pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, sendo realizado o monitoramento do desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos principais aeroportos do país.

Este ano, devido à Pandemia, optou-se por coletar, no segundo, terceiro e quarto trimestres, informações sobre a percepção do usuário do transporte aéreo com relação a pandemia e seus efeitos na decisão de fazer um voo, com o objetivo de entender a situação e buscar trazer novamente a confiança do passageiro no setor aéreo.

Evolução da satisfação geral do passageiro

**Devido a pandemia, não houve coletas no segundo, terceiro e quarto trimestre de 2020.

Cabe enfatizar também que está sendo implantado, na área de facilitação do transporte de carga aérea, o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo, coordenado pela Receita Federal, com o apoio do MInfra, que busca integrar os sistemas corporativos das empresas ao Portal Único do Comércio Exterior, viabilizando uma comunicação rápida, segura e transparente. A lógica do processo de fiscalização passa a ser a da não-intervenção humana no fluxo logístico. O novo processo é baseado no gerenciamento de riscos intensivos. Dessa forma, estima-se reduzir em até 90% os casos de intervenção humana, garantindo, ainda, maior segurança a partir de controles mais eficientes e inteligentes. Como consequência, espera-se uma redução significativa no tempo médio (meta de reduzir em 80%) e nos custos envolvidos.

Promoção da Segurança da Aviação Civil

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas.

No que se refere à segurança do transporte aéreo, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2020, diversos itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade. Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) em 2017, 2018, 2019 e 2020. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

Também foi promovido um conjunto de eventos referente as Ações Nacional de Aviação Civil para promover o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas.

Tais eventos têm o objetivo de desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais da aviação civil.



Aerporto Internacional de Recife/PE concedido no 5º leilão em 2019

Cabe ressaltar também os trabalhos desenvolvidos com vistas à celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a implementação de projeto de capacitação laboratorial em combustíveis aviação. O TED visa descentralizar recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC para a ANP, de modo que a Agência possa realizar 100% dos ensaios exigidos nas especificações de Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação – GAV. A assinatura do TED está prevista para o primeiro trimestre de 2021.

Por fim, deve-se enfatizar a condução, pelo Ministério da Infraestrutura, do Subcomitê de Abastecimento de Combustíveis de Aviação, criado no âmbito do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB), com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre as principais barreiras à entrada de novos atores no fornecimento e na distribuição de combustíveis de aviação, além de propor ações que estimulem a concorrência e, assim, promovam a redução dos custos desse insumo essencial à aviação. O Subcomitê contou com envolvimento de mais de quarenta servidores, oriundos de dez órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Nos nove meses de trabalho, foram realizadas diversas reuniões com associações de empresas aéreas e com empresas que atuam na logística de distribuição de combustíveis. Ao final, foi produzido um relatório com os principais achados e com recomendações para que se alcance um melhor desempenho do setor.

Principais desafios e ações futuras

Em 2021 deverão ser leiloados os 22 aeroportos da 6ª Rodada de Concessões e relicitado o aeroporto Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante/RN. Em 2022, serão leiloados os 16 aeroportos que fazem parte da 7ª Rodada, entre eles o Santos Dumont/RJ e o Congonhas/SP, além da relicitação do aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas/SP. Está prevista também a instalação de quatro equipamentos de Estações Meteorológicas de Superfície Automática (EMS-A) e outros aparelhos de segurança operacional nos aeroportos dos municípios de Lages/SC, Feira de Santana/BA, Araxá/MG, Valença/BA, Rio Verde/GO, Guanambi/BA, São Raimundo Nonato/PI e Ji-Paraná/RO.

Das obras de infraestrutura, está previsto para 2021 a entrega das obras dos aeroportos de Foz do Iguaçu/PR, Fernando de Noronha/PE, e as obras do terminal de passageiros de Campo Grande/MS, Navegantes/SC e Cacoal/RO.

Transporte Terrestre e Trânsito

O Programa Temático Transporte Terrestre e Trânsito, contemplado no PPA 2020-2023, tem a finalidade de fazer frente aos principais desafios do setor e baseia-se na cobertura da malha, na capacidade das rodovias e ferrovias, na eficiência e na segurança do transporte terrestre e do trânsito para a melhoria da infraestrutura do país, com a adequação da capacidade das rodovias e ferrovias.

Resultado do Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito - IESTTT

Resultado	Meta	Peso PEI	Peso Subíndice	Subíndices	Resultado (2020)	Meta PPA (2020)
3,57	2,01	Competitividade 0,6	0,080	Indicador 1	0,10	0,09
			0,290	Indicador 2	1,24	0,35
			0,360	Indicador 3	0,41	0,43
			0,115	Indicador 4	0,12	0,14
			0,100	Indicador 5	0,10	0,12
			0,055	Indicador 6	0,06	0,07
		Segurança 0,2	0,35	Indicador 7	0,54*	0,14
			0,175	Indicador 8	0,15	0,07
			0,175	Indicador 9	0,08	0,07
			0,075	Indicador 10	0,03	0,03
			0,075	Indicador 11	0,02	0,03
			0,09	Indicador 12	0,07**	0,04
			0,06	Indicador 13	0,02	0,03
		Satisfação 0,2	0,7	Indicador 14	0,20***	0,28
			0,3	Indicador 15	0,46	0,12

*Utilizados dados DATASUS de morte no trânsito de 2019 (existe um "delay" de 90 dias para atualização dos dados anuais);

**Dados parciais de 2020 (existe um "delay" de 90 dias para atualização dos dados anuais);

***Utilizados dados da última pesquisa disponível, de 2018 (estão em fase de consolidação os dados de 2020/2021, "delay" 180 dias).

Para medir os resultados do Programa foi criado o IESTTT, índice que busca avaliar os resultados e impactos da política de transporte terrestre e trânsito, abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional - PEI (competitividade, segurança e satisfação do usuário). O IESTTT é composto de 15 indicadores setoriais, sendo: evolução da malha rodoviária (1); manutenção rodoviária (2); concessões rodoviárias (3); carga transportada em ferrovias (4); velocidade média comercial - ferroviário (5); eficiência energética - ferroviário (6); morte no trânsito (7); acidentes em rodovias federais (8); vítimas fatais em acidentes em rodovias federais (9); índice de acidentes ferroviários (10); acidentes ferroviários com óbitos (11); conflitos ferroviários solucionados (12) acidentes ferroviários graves (13); malha rodoviária não-concedida entre bom/ótimo estado de conservação (14); e integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito (15).

No ano de 2020, observa-se que os subíndices 2, 7, 8, 9, e 15, superaram a meta para o ano, o que impulsionou o IESTTT ao resultado 3,57, superando a meta de 2020 em 79%.

Investimentos Plurianuais Prioritários

O Ministério da Infraestrutura possui 13 investimentos plurianuais prioritários listados nos anexo III da Lei do PPA nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Destes, todos fazem parte do Programa Transporte Terrestre e Trânsito, sendo 12 do transporte rodoviário e um do transporte ferroviário, a seguir listados:

- BR-280/SC - Adequação - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul: o empreendimento tem 73,9 Km de extensão e 3 lotes de obras. Em 2020, a execução física foi de 1,8 Km, o que equivale a 2,44%. Foram realizadas a escavação do túnel no sentido Leste-Oeste, drenagens subterrânea e superficial, além de obras de contenção na passagem superior 02 sobre a ferrovia. A ponte sobre rio Itapocuzinho foi concluída. Estão em execução drenagem, bueiros, drenos, pontilhões, obras complementares, obras geotécnicas, hidrossemeadura, recuperação de áreas degradadas, supressão vegetal, terraplenagem, sub-base, base, revestimento, sinalização. Previsão de término dos serviços em 2022.
- BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul – Pelotas: o empreendimento teve início em 2012, tendo uma extensão de 227,0 km dos quais já foram executados 76,03%. Em 2020 foram executados 65,45 km, o equivalente a 28,83% do total da obra. Está em execução terraplenagem, base e revestimento. A obra possui 9 lotes. Previsão de término em setembro de 2021.
- BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio Sul: o empreendimento tem 73,2 Km de extensão e 4 lotes de obras. Teve início em 2013 e previsão de conclusão para julho de 2022. Em 2020, a execução física foi de 31,67 Km, o que equivale a 43,27%. No lote 1, o consórcio contratado é responsável pelas obras de duplicação e restauração, ruas laterais e construção de Obras de Arte Especiais (OAE) entre os Km 0,0 e 18,6; no lote 2, pelas obras de duplicação e restauração, ruas laterais e construção de OAE entre os Km 18,61 e 44,87; no lote 3, pelas obras de duplicação e restauração e construção de OAE entre os Km 44,87 e 57,78; e no lote 4, pela execução das obras de duplicação e restauração entre o km 57,78 ao km 73,18.
- BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA- Entr. BR-324: o empreendimento foi iniciado em 2014 e tem previsão de término em dezembro de 2022. Tem extensão de 166,5 km dos quais já foram executados 25,74 %. Em 2020 foram executados 12,88 km o equivalente a 7,74% do total da obra. São quatro lotes, dos quais já foram concluídos os Projetos dos lotes 1, 3 e 4, além do Desmatamento no lote um. Estão em execução drenagem, Obra de Arte Corrente, Obras Geotécnicas, Obras Complementares, Hidrossemeadura, Regularização subleito, Sub-base, Supressão Vegetal, Terraplenagem, Revestimento e Sinalização.
- BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte: o empreendimento com 8 lotes teve início em 2014 e possui uma extensão total de 303 Km. A previsão de conclusão é para dezembro de 2021. Em 2020, a execução física foi de 28,13 Km, o que equivale a 9,28% do total da obra. Encontram-se em execução: Drenagem, OAC, obras complementares, obras de contenção, hidrossemeadura, Sub-Base, terraplenagem, revestimento, sinalização, supressão vegetal e restauração.
- BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém: o empreendimento tem 914 Km de extensão e dois lotes em obras. O Exército está executando um trecho de 65 Km por meio de um termo de execução descentralizado - TED. A obra teve início em 2013 e o término está previsto para 2021. Em 2020, a execução física foi de 15,97 Km, o que equivale a 1,75%. Os serviços executados foram de proteção ambiental, com aplicação de biomanta e hidrossemeadura, terraplenagem e pavimentação.

- **BR-222/CE** - Acesso rodoviário ao Porto de Pecém: o empreendimento tem 24 Km de extensão e um lote de obras. O objeto do contrato é a construção de oito novas pontes, a restauração de três pontes existentes, três passarelas e passagens inferiores, além de um viaduto para linha férrea. Em 2020 a execução física foi de 5,32 km, o que equivale a 22,17%. Até o momento os serviços executados foram de terraplenagem, drenagem, defesa metálica, pavimentação do tipo Concreto de Cimento Portland com forma deslizante BC, pavimentação do tipo CCR – Concreto Compactado a Rolo e OAE (riacho Tigre, riacho Ema e riacho Cauípe). O empreendimento teve início em 2015 e a previsão de conclusão em outubro de 2021.
- **BR-163/MT** - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil: o empreendimento é dividido em seis lotes e possui 403 km de extensão, e desde o seu início, em 2009, já foram executados 94,68 %. Em 2020 foram construídos 24,1 km, o equivalente a 5,98% da execução total. Foram concluídos Terraplenagem no Lote um e desmatamento no Lote quatro. Encontram-se em execução projetos, terraplenagem, base, revestimento e sinalização. O lote dois está em execução da desapropriação, estando com segmentos liberados para obra. Este empreendimento tem sua conclusão prevista para fevereiro de 2022.
- **BR-101/AL** - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE: o empreendimento teve início em 2010, tendo uma extensão de 248,4 km dos quais já foram executados 62,53%. Em 2020 os esforços foram concentrados na conclusão do viaduto localizado na interseção entre as rodovias BR-101/AL com a BR-316/AL, e na pavimentação de 2,3 km, que corresponde a 0,93% da execução total. Também houve a execução de serviços de drenagem superficial, OAC, obras complementares, restauração, terraplenagem, pavimentação e sinalização. Há registros de interferências com serviços públicos, sendo necessário deslocamento de linha de transmissão e de adutora. O empreendimento tem sua conclusão prevista para dezembro de 2023.
- **BR-163/PR** - Adequação - Cascavel – Guaíba: o empreendimento tem 147 Km de extensão e dois lotes de obras. Em 2020, a execução física foi de 4,6 Km, o que equivale a 3,13%. Os serviços executados pela construtora no local foram de terraplenagem, drenagem, obras complementares, base, execução de revestimento CBUQ (Concreto betuminoso usinado a quente), OAE, além de sinalizações vertical e horizontal. Previsão de conclusão da obra em julho de 2021.
- **BR-163/PR** - Adequação Entr.BR-277 - Cascavel – Marmelândia: o empreendimento tem 74 Km de extensão e apenas um lote de obras. Em 2020, a execução física foi de 12,64 Km, o que equivale a 17,08%. Os serviços executados pela construtora no local foram de pavimentação flexível (camada de rolamento), drenagem, desmatamento e sinalização. Estão em execução projetos de desmatamento, terraplenagem, revestimento e sinalização. Início da obra em 2014 e previsão de término em 2021.
- **BRs-116/290/RS** - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba: em 2020, houve a execução física de 9% dos serviços contratados. Os trabalhos executados pelo consórcio construtor foram de base, desmatamento, drenagem, OAC, drenagem superficial, projetos, regularização subleito, sub-base, terraplenagem, iluminação, sinalização e pavimentação (revestimento). Vale ressaltar que houve a conclusão, inauguração e liberação do tráfego na ponte. Início das obras em 2014 e previsão de término em 2021.
- **EF-334/BA** - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus/BA - Barreiras/BA): o empreendimento está dividido em dois trechos, sendo: FIOL I (Ilhéus/BA - Caetité/BA) e a FIOL II (Caetité/BA - Barreiras/BA). Existe previsão de subconcessão do trecho da FIOL I, por isso não houve avanços nas obras. Foi dada continuidade na execução física da FIOL II, que em 2020 executou 3,20% do total do empreendimento, que possui uma execução acumulada de 62%. Obra iniciada em 2010 e previsão de término em 2023.

Resultados 2020

As ações do MInfra, no que tange ao transporte terrestre, tem como temas principais, ligados aos programas executados por suas entidades vinculadas, a competitividade, a segurança, a eficiência logística e a satisfação.

Nesse sentido, a estratégia relacionada a esses temas é melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional, a segurança dos usuários das vias e bens transportados, o nível de serviços de transportes e de trânsito e a qualidade da infraestrutura.

Na matriz de transportes do país, 65% das cargas são movimentadas pelo modo rodoviário e 15% pelo modo ferroviário.

O setor rodoviário tem o grande desafio de prover infraestrutura viária integrada e confiável para mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, assim a malha rodoviária pavimentada sob responsabilidade do Governo Federal possui extensão de mais de 52.005 km (SNV202101A) e outros 10.336 km (ANTT) são de rodovias concedidas à iniciativa privada.

No modo ferroviário, atualmente o Brasil conta com 29,9 mil km de ferrovias em operação e mais de 12 mil km de ferrovias em estudo ou projeto.

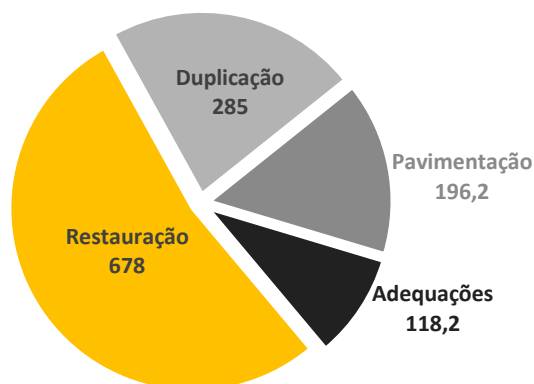


O ano de 2020, além dos desafios regulares, impôs ao Governo Federal a tarefa adicional de oferecer, por meio da logística, recursos extraordinários e adequados para contribuir no combate à pandemia. Essas ações implicaram na publicação de decretos que possibilitaram a manutenção do fluxo de mercadorias entre os Estados, garantindo os serviços essenciais aos caminhoneiros, como funcionamento de postos de combustíveis, restaurantes, borracharias, oficinas e lojas de autopeças, entre outras medidas, oferecendo qualidade de vida e de trabalho àqueles profissionais, e proporcionando a continuidade dos seus valiosos serviços, com confiança e segurança. Nenhum Estado ficou sem abastecimento de alimentos ou qualquer gênero de primeira necessidade.

Modal Rodoviário

Em 2020 foram 57 entregas no modo rodoviário, que somaram mais de 1.200 km, distribuídos em duplicações, pavimentação, adequações e restaurações.

Tipo de intervenção em km



Dentre as principais entregas realizadas com investimento público em 2020, destacam-se:

- BR-470/SC - Adequação de Navegantes a Rio do Sul - duplicação de 19 km com o viaduto da Mafisa;
- Nos principais corredores rodoviários do estado da Bahia, BR-116 e BR-101, foram entregues 9,2 e 15 km respectivamente;
- BR-381/MG - Duplicação de Governador Valadares a Belo Horizonte - entregues 42,9 km duplicados;
- BR-116/RS - Duplicação de Eldorado do Sul a Pelotas - entregues 45,9 km duplicados;
- BR-230/PA - Construção da Divisa PA/TO à Rurópolis - entregues 32,0 km;
- BR-163/PR - Adequação de Toledo à Marechal Cândido Rondon - entregues 17,3 km de duplicação;
- BR-101/SE - Adequação - Divisa AL/SE - Divisa SE/BA - entregues 17 km duplicados;
- Entrega das pontes: do Guaíba, na BR-290/116/RS; do Abunã, na BR-364/RO; e de Santa Filomena, na BR-235/PI

- Construção de rodovia federal: uma das principais ações foi a conclusão da pavimentação da BR-163/PA (divisa MT/PA - Porto de Miritituba/PA), que reduziu em mais de 13% os custos operacionais diretos, otimizando o escoamento de grãos oriundos do Estado do Mato Grosso; e
- Manutenção de rodovias federais: mais de 56,6 mil km de estradas federais estão cobertas por contratos do Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO) e Contratos de Restauração e Manutenção (CREMA), sendo 6,9 mil km de trechos não pavimentados. Além da manutenção periódica, foram realizados serviços estruturantes nas rodovias BR-163/PA, BR-158/PA, BR-135/MA, BR-174/MT e BR-364/RO.



Será dada continuidade a empreendimentos nos seguintes corredores:

- BR-101/BA/SE/AL - Duplicação;
- BR-222/CE - Duplicação Caucaia - Pecém;
- BR-116/BA - Duplicação e adequação de Feira de Santana a divisa BA/PE;
- BR-163/PR - Adequação de Cascavel a Marmelândia e de Guaíba a Marechal Cândido Rondon;
- Em Santa Catarina duplicação nas rodovias BR-280 e BR-470;
- BR-116/RS - Duplicação de Eldorado do Sul a Pelotas;

E ainda, serão concluídos em 2021 e 2022 os seguintes empreendimentos:

- BR-381/MG - adequação do trecho de entroncamento BR-116/259/451/MG Governador Valadares/MG;
- BR-070/GO/MT - Contorno de Aragarças/GO - Barra do Garças/MT;
- BR-392/RS - adequação do trecho Rio Grande/RS – Pelotas/RS;
- BR-158/287/RS - travessia de Santa Maria;
- BR-153/SP - adequação da travessia de São José do Rio Preto/SP;
- BR-020/CE - Anel Viário de Fortaleza;
- BR-163/364/MT - Duplicação de Rondonópolis a Cuiabá;
- BR-104/316/AL - Viaduto da PRF em Maceió.



BR-135/BA - Recuperação de 59 km entre Barreiras e a Divisa BA/PI

As obras executadas na BR-135/BA são de suma importância para criar novo corredor logístico, o do MATOPIBA, que permitirá o escoamento da safra de grãos do oeste baiano até o Porto de Itaqui (MA). Em 2020, foram recuperados 59 km entre Barreiras e a Divisa BA/PI, já obras de ampliação e mudança de traçado foram concluídas no primeiro mês de 2021.

Modal Ferroviário

- Renovação antecipada do contrato de concessão da Rumo Malha Paulista. O contrato prevê R\$ 5,7 bilhões de investimentos na ferrovia nos próximos cinco anos e pagamento de R\$ 2,2 bilhões de outorga à União. Com a renovação, o contrato, que venceria em 2028, será renovado por mais 30 anos e valerá até 2058, com possibilidade de aumento na eficiência do escoamento da produção agrícola para os portos do Arco Norte e porto de Santos, gerando grande economia por ano com a redução de fretes. A ação marca um avanço na diversificação da matriz de transporte brasileira, fomentando a cadeia produtiva e a geração de empregos;
- Os termos aditivos para renovação antecipada da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) foram assinados em 18/12/2020 e receberão R\$ 25,55 bilhões em investimento. No Maranhão, foi leiloado o Lote 5 do terminal do pátio de Porto Franco e prorrogado o contrato do Lote 4;
- Adequação da linha férrea em Mogi Guaçu/SP com 91% de execução e a conclusão da obra de adequação da linha férrea em Rolândia/PR;
- Transposição da linha férrea em Juiz de Fora/MG, com 79% realizado;
- Adequação do ramal ferroviário de Barra Mansa/RJ, com execução de 85%; e
- Serviços de manutenção e preservação ambiental realizados no trecho da FIOL I (Ilhéus-Caetité/BA).

A Prorrogação Antecipada é instrumento previsto na Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017, a qual permite a realização de novos investimentos de forma imediata, com recursos privados, promovendo a ampliação da oferta do serviço de transporte ferroviário de carga nacional, a redução dos conflitos das ferrovias em áreas urbanas, bem como a redução dos custos dos serviços de transportes.



Também em 2020, houve avanços quanto aos estudos das renovações antecipadas da MRS Logística S.A., com previsão de assinatura dos termos aditivos para o 4º trimestre de 2021 e 1º trimestre de 2022, respectivamente.

- MRS Logística S/A - Aguardando aprovação do relatório de audiência pública e posterior submissão do processo ao TCU.
- Ferrovia Centro-Atlântica - FCA - Aguardando abertura de audiência pública.

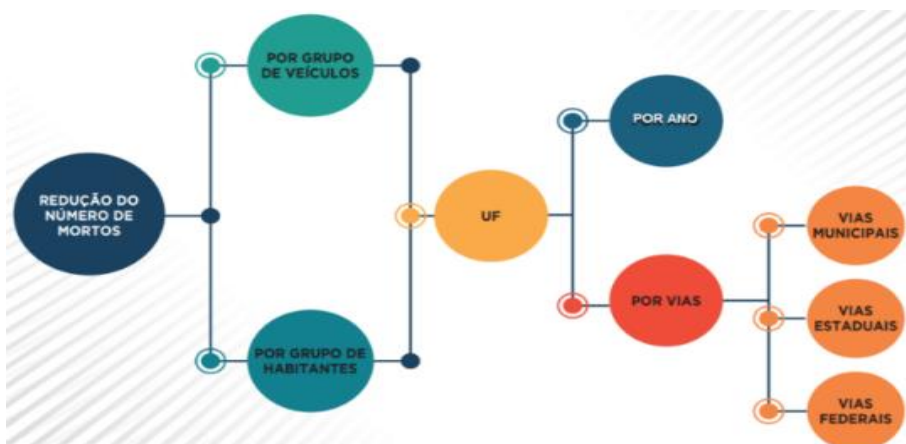
Trânsito

Constitui-se como o marco referencial nacional para o planejamento, organização, normalização, execução e controle das ações de trânsito, os objetivos estratégicos apoiados nos pilares: Fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito, Educação para o Trânsito e Segurança Veicular.



Implementação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS): instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, o Plano passa por uma revisão, de modo a torná-lo mais efetivo, eficaz e eficiente e deve contemplar a participação dos diversos outros órgãos envolvidos na elaboração das ações a serem executadas.

Assim, para cada ano, em cada circunscrição da União (vias federais) e dos Estados (vias estaduais e municipais), uma redução percentual dos índices estabelecidos deve ocorrer para o alcance da meta global estipulada, demonstrado no fluxograma abaixo.



Agenda Regulatória DENATRAN



Por meio da Portaria nº 125, de 21 de agosto de 2020, foi instituída a Agenda Regulatória Preliminar do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), e o respectivo Manual de Procedimentos, com o objetivo de indicar temas, de cunho regulatório, estudados no ano de 2020. Em 4 de janeiro de 2021, foi publicada a Agenda Regulatória do DENATRAN para o biênio 2021-2022.

O Departamento vem promovendo a análise do impacto e do resultado regulatório de cada norma editada, seja pelo CONTRAN, seja pelo próprio DENATRAN, bem como vem introduzindo as diretrizes e os princípios da redução do fardo regulatório no processo normativo.

Em relação à segurança viária e veicular, destacamos a edição de portaria que regulamenta o programa de rotulagem veicular de segurança, a revisão da

sinalização de indicação de áreas turística, a coordenação de reuniões do setor automotivo junto ao Mercosul e a participação em negociações comerciais bilaterais envolvendo o setor automotivo.

Educação para o trânsito

No que se refere à educação para o trânsito, foram promovidas as seguintes ações: homologação de 30 plataformas de Ensino à Distância (EaD) e 220 cursos especializados e de reciclagem de condutores; credenciamento de 3 laboratórios para realização de exames toxicológicos; promoção de campanhas educativas de trânsito; realização de webinários; realização do 1º Hackatran 2020, com o propósito de apresentar soluções tecnológicas para desafios nas áreas de educação, fiscalização e segurança no trânsito; realização do 5º Encontro Nacional de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito, para discutir o processo de formação de cidadãos e condutores.

Campanha do Maio Amarelo

Propósito de chamar a atenção para o alto índice de mortos e feridos no trânsito e para as medidas que devem ser tomadas para reverter esse quadro, envolvendo campanhas com estatísticas, informações gerais, dicas, orientações, mensagens de conscientização, veiculadas durante todo o mês de maio com webinar e artes divulgadas nas redes sociais.



Principais desafios e ações futuras

O Ministério da Infraestrutura dará continuidade a entregas relevantes e estratégicas:

Nas concessões rodoviárias será adotado o modelo híbrido, com critério da menor tarifa (deságio limitado) associado a um valor de maior outorga (exceto para o projeto da BR-163/230/MT/PA, cujo critério será da menor tarifa).

A carteira de projetos para o período é da ordem de R\$ 138,0 bilhões e a previsão é pela realização dos leilões de 672,0 Km da BR-381/262/MG/ES; 970,0 Km da BR-163/230/MT/PA; 850,7 Km da BR-153/080/414/GO/TO; 625,8 Km da BR-101/116/SP/RJ; 722,0 Km da BR-116/493/465/RJ/MG; 221,0 Km da BR-040/495/MG/RJ; e aproximadamente 3.300,0 Km de rodovias integradas do Paraná (federais e estaduais), além de outros 5.348,0 Km de 12 trechos que cortam 11 estados já em estudos técnicos por parte de consultorias contratadas junto ao BNDES. Já a BR-040/DF/GO/MG, com 776,0 Km de extensão entre o Distrito Federal e Juiz de Fora/MG, e a BR-163/MS deverão ser relicitadas.



Trecho asfaltado de 51 quilômetros na BR-163/PA, que liga Miritituba a Novo Progresso. (Fonte: DNIT)

No biênio 2021-2022, as expectativas no setor rodoviário são pela conclusão dos serviços de restauração e adequação de capacidade da BR-158/PA; da pavimentação da BR-230/PA (Marabá-Medicilândia); da duplicação das BR-230/PB (km 0 ao km 28), BR-101/116/BA, BR-135/MA e da BR-163/PR, BR-116/RS; da implantação do anel de Fortaleza/CE, da travessia de São José de Rio Preto/SP, do contorno de Mestre Álvaro/ES e do início da reconstrução da BR-319/AM.

Nas concessões ferroviárias, existe a previsão de subconcessão da FIOL I, de Ilhéus/BA a Caetité/BA. Ainda nos próximos dois anos, serão renovados os contratos da Rumo Malha Sul, Malha Regional Sudeste (MRS) e Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Com relação à execução dos empreendimentos, a FIOL II deverá estar com 85,0% dos trabalhos concluídos, além de outras oito obras: as adequações das linhas férreas de Mogi-Guaçu/SP e Rolândia/PR; e do ramal ferroviário de Barra Mansa/RJ, além da execução dos viadutos Mariano Procópio, Benjamin Constant, Tupynambás, alças dos viadutos Augusto Franco e Três Poderes, em Juiz de Fora/MG.



Pátio de passagem da FIOL I Ilhéus-Caetité. (Fonte: Valec)

45

Setor Portuário Nacional

Sistema portuário

- 36 portos organizados:
 - ✓ 17 sob 7 Cia. Docas
 - ✓ 19 delegados a Estados ou Municípios
- ~175 arrendamentos operacionais
- 239 Instalações Privadas (TUP/ETC/IPTur)

Comércio Exterior

- ~96% do volume (t) e ~85% do montante das exportações e importações (Bi US\$) passam por portos marítimos

Distribuição do PIB

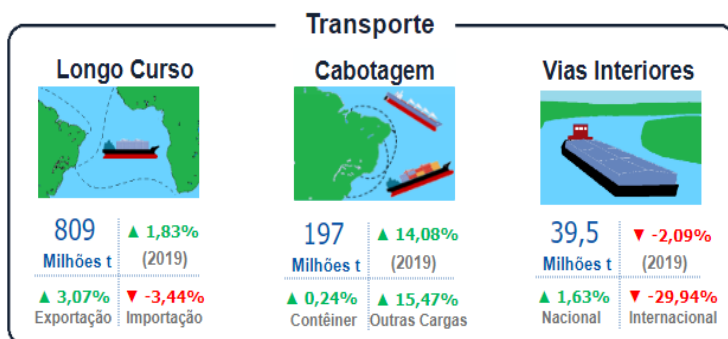
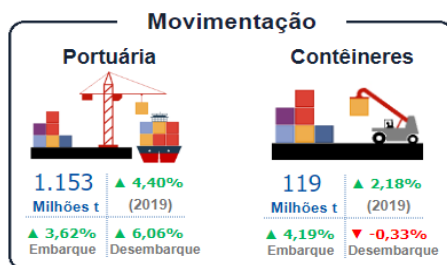
- ~80% do PIB nacional nos Estados com acesso à costa e com portos marítimos



Resultado do Setor Portuário em 2020

Ranking do Fórum Econômico Mundial

- O setor portuário brasileiro subiu 13 posições no ranking de eficiência dos serviços portuários do Fórum Econômico Mundial. Quatro posições a mais do que a média dos países da América Latina.



Leilões Portuários Realizados

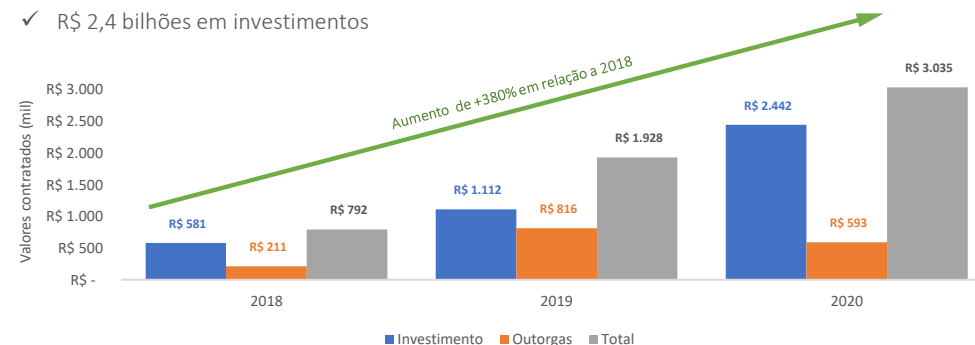
Leiloados - 8 Terminais Portuários

Em 2020 foram realizados os leilões de 8 terminais portuários, incluso 2 cessões onerosas, que somam R\$ 593 milhões em valor de outorgas e R\$ 2,4 bilhões em investimentos previstos.

Arrendamentos Realizados - Ano 2020						
Qtd.	Cód.	Localização	Vocação	Data Leilão (2020)	Investimentos Previstos (milhões)	Outorgas (milhões)
1	MUC02	Mucuripe (CE)	Indústria de Pescado	15/04	R\$ 11,35	N/A
2	STS14	Santos (SP)	Celulose	28/08	R\$ 187,89	R\$ 250,00
3	STS14A	Santos (SP)	Celulose	28/08	R\$ 192,99	R\$ 255,00
4	VDC30	Vila do Conde (PA)	Cessão Termoeletrica	28/08	R\$ 1.600,00	R\$ 0,50
5	PAR12	Paranaguá (PR)	Veículos	18/12	R\$ 22,21	R\$ 25,00
6	MAC10	Maceió (AL)	Granéis Líquidos (Ác. Sulfur.)	18/12	R\$ 13,32	R\$ 0,050
7	ATU12	Aratu (BA)	GNSA (Minério)	18/12	R\$ 294,95	R\$ 10,00
8	ATU18	Aratu (BA)	Granel Vegetal	18/12	R\$ 119,39	R\$ 52,50
TOTAIS					R\$ 2.442,10	R\$ 593,05

Valores contratados em Leilões:

- ✓ R\$ 593 milhões em outorgas
- ✓ R\$ 2,4 bilhões em investimentos



Desestatização de Portos

Consulta pública

Em 2020, foi aberta consulta pública visando receber contribuições acerca dos estudos elaborados para a desestatização da CODESA. Passo importante rumo a concretização do primeiro leilão de desestatização de um Porto Público no país.

Estudos

Também foram Iniciados os estudos para a desestatização dos Portos de Santos, São Sebastião e Itajaí.

Qualificação no PPI

Ainda em 2020, o projeto de desestatização da CODEBA foi qualificado no Programa de Parceria e Investimentos - PPI.

Instalações Privadas Autorizadas no ano de 2020



10 novas autorizações
19 alterações de contratos
R\$ 4,58 bilhões em investimentos
11 unidades da federação

Investimentos em Terminais de Uso Privado

Em 2020 foram autorizados R\$ 4,58 bilhões em investimentos a serem realizados em Terminais de Uso Privado novos ou já existentes. Um aumento de mais de 132% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram autorizados 10 novas instalações e 19 alterações de contratos.

- ✓ 4,58 bilhões em investimentos autorizados
- ✓ Aumento de 132% em relação ao ano anterior

Prêmio Portos + Brasil

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura concedeu em 24 de novembro o Prêmio Portos + Brasil, que reconheceu os melhores portos brasileiros seguindo os critérios do Índice de Gestão da Autoridade Portuária - IGAP em 4 categorias, com o objetivo de estimular a busca permanente de excelência na gestão dos portos públicos do Brasil.

A iniciativa faz parte das diretrizes previstas na Portaria MTPA nº 574/18, que garante mais autonomia às autoridades portuárias nos procedimentos licitatórios, além de maximizar a descentralização da administração dos portos organizados. A portaria permite, ainda, que o ministério identifique quais autoridades portuárias vêm adotando as melhores práticas de mercado, de gestão e governança, de transparência e que possuam boa estrutura organizacional, física e quadro funcional adequado à exploração portuária.

Projeto BR do Mar - PL nº 4199/2020 - Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem

Qual a mudança principal proposta pelo BR do MAR?

O Programa BR do Mar busca facilitar a expansão das operações da cabotagem e a atração de novas empresas. A principal proposta de mudança na legislação é o aumento das possibilidades de as Empresas Brasileiras de Navegação (EBN's) afretarem embarcações, sem a obrigatoriedade de possuírem embarcações próprias. Esta mudança, de maneira equilibrada, propõe incentivo para que as empresas tenham frota própria, contribuindo com a regularidade.

Diretrizes

- Segurança nacional
- Estabilidade regulatória
- Regularidade da prestação das operações de transporte
- Otimização do uso de embarcações afretadas
- Equilíbrio da matriz de transporte brasileira
- Incentivo ao investimento privado
- Promoção da livre concorrência
- Otimização do uso de recursos públicos
- Contratação e qualificação profissional dos marítimos nacionais
- Inovação, desenvolvimento científico, tecnológico e desenvolvimento sustentável
- Transparência e integridade

Objetivos

- ✓ Incrementar oferta e qualidade do transporte por cabotagem
- ✓ Ampliar disponibilidade de frota no território nacional
- ✓ Estimular desenvolvimento da indústria naval nacional de cabotagem
- ✓ Revisar vinculação das políticas de navegação de cabotagem das políticas de construção naval
- ✓ Otimizar uso de recursos advindos da arrecadação do AFRMM
- ✓ Incentivar concorrência e competitividade na prestação do serviço de transporte por cabotagem, formação, capacitação e qualificação de marítimos nacionais e operações especiais de cabotagem e os investimentos decorrentes em instalações portuárias, para atendimento de cargas em tipo, rota ou mercado ainda não existentes ou consolidados na cabotagem brasileira

Resultados esperados
pelo BR do MAR

Ampliar a oferta de
embarcações para
cabotagem em

40%*

Ampliar o volume
de contêineres
transportados nos
próximos três anos em

65%

Ampliar o volume de contêineres
transportados por ano de 1,2 milhão de TEUs
em 2019, para 2 milhões de TEUs

*Desconsiderando o mercado de transporte de petróleo e derivados

Modernização Portuária I

Foi revista e publicada a estrutura e o regimento da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos, que ampliou sua atuação neste ano por meio da participação do setor privado e dos trabalhos de seus comitês técnicos, com vistas a promover a integração dos órgãos anuentes, a desburocratização e a eficiência da atuação governamental.

Em razão do enfrentamento do novo Coronavírus, a CONAPORTOS, na esfera de suas competências, trabalhou com o objetivo principal de promover a continuidade dos serviços portuários com segurança e garantir o pleno funcionamento dos portos brasileiros, recomendando às empresas do setor portuário, aos Órgãos Gestores de Mão de Obra do Trabalho Portuário e às Autoridades Portuárias a adoção de medidas de segurança para enfrentamento da pandemia, minimizando impactos negativos ao setor e aos trabalhadores e demais agentes que interagem no complexo, autoridades locais e, sobretudo, a população de municipalidades que estão diretamente ligadas à atividade portuária.

- ✓ Resolução nº 2, de 25 de março de 2020
- ✓ Resolução nº 3, de 27 de maio de 2020, cuja finalidade foi orientar os órgãos e entidades públicas nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária.
- ✓ Decreto nº 10.319, de 9 de abril de 2020 - Instituiu a Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias e a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos.
- ✓ Resolução Conaportos nº 4, de 17 de novembro de 2020 - Aprovou o Regimento Interno da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.
- ✓ Resolução Conaportos nº 5, de 17 de novembro de 2020 - Instituiu os Comitês Técnicos para subsidiar e auxiliar as deliberações da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.
- ✓ Resolução Conaportos nº 6, de 17 de novembro de 2020 - Instituiu as Comissões Locais das Autoridades nos Portos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.

Modernização Portuária II

- ✓ Realização do prêmio “Portos + Brasil” que visa reconhecer as autoridades portuárias que obtiverem os melhores resultados no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP;
- ✓ Publicação da Portaria GM nº 61, de 10 de junho de 2020, que estabelece as novas diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário, principalmente o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).
- ✓ Reestruturação do Programa de Gestão e Modernização nos Portos - PMGP com o intuito de delimitar entregas mais eficazes e concretas para continuidade e evolução na implantação do projeto.
- ✓ Revisão do processo de implementação dos instrumentos de governança com o intuito de aperfeiçoar e potencializar o seu uso (HVM, RVA, IGSEst).
- ✓ Profissionalização dos Gestores nas Cias Docas.
- ✓ Celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre SENT/SENAT e SNPTA quanto a implantação da política pública de Saúde e Segurança nos Portos que possibilitou a realização do projeto em 5 Portos em 2020, que receberão a ação até maio de 2021 em mais 15 portos. A meta nacional do projeto é atender 3.000 (três mil) trabalhadores portuários, realizando 12.000 (doze mil) atendimentos. Em 2020 foram realizados em média 2.600 (dois mil e seiscentos) atendimentos, dentre as especialidades de odontologia, fisioterapia, psicologia e nutrição.

Modernização Portuária III

Em 2020 as ações relacionadas à Transformação Digital, apoiadas pelo Ministério da Infraestrutura tiveram foco no objetivo de integração das informações e da atuação do poder público, assim como na redução do tempo da prestação dos serviços aos usuários, resultando nas seguintes entregas:

- ✓ Integração do Porto sem Papel - PSP com o PagTeseuro, possibilitando também pagamento via PIX. Tal funcionalidade reduziu o prazo para confirmação de pagamento de 01 a 02 dias úteis para 2 minutos, podendo gerar economias para o setor de cerca de R\$ 180 milhões por ano.
- ✓ Implementação de uma solução de Business Intelligence - BI para os dados do sistema Porto Sem Papel, possibilitando melhor disponibilidade de informações para a tomada de decisão estratégica pelo Governo Federal.
- ✓ Desenvolvimento de treinamento EAD para usuários do PSP, atendendo demanda do setor.
- ✓ Implantação do SEI nas Docas, possibilitando maior celeridade e segurança no trânsito de documentos entre as Companhias e o Ministério da Infraestrutura.

**Principais desafios e ações futuras****Arrendamentos e TUPs**

- Arrendamento de mais 31 terminais
 - ✓ ~R\$6 bilhões em investimentos
- Autorização de instalação de mais 33 novos TUPs e autorização de mais 25 aditamentos contratuais de TUPs existentes
 - ✓ ~R\$ 21 bilhões em investimentos

Desestatizações

- CODESA
- -Portos de Santos
- -Porto de São Sebastião
- -Porto de Itajaí
- -CODEBA*

Desenvolvimento da Navegação

- Aprovação do Projeto de Lei do BR do Mar
- Elaboração de políticas públicas para a navegação interior visando fomentar a utilização do transporte hidroviário

**Gestão Portuária**

- Estabelecimento de indicadores de desempenhos para as Companhias Docas
- Melhorias na qualificação dos trabalhadores portuários e profissionalização da gestão das DOCAS.
- 26 PDZs de portos organizados
- 15 planos mestres
- 7 poligonais de portos organizados

Modernização Portuária

- Intensificar a implantação do VTMS e Port Community em portos públicos
- Criação de regulamento para o sistema Porto Sem Papel e ampliação da integração entre o PSP e o PUCOMEX
- Integração do PSP ao SISTUF da Marinha do Brasil, integração do PSP com o sistema FUNAPOL da Polícia Federal.
- Implementação de anuência automática da comunicação de chegada de navios

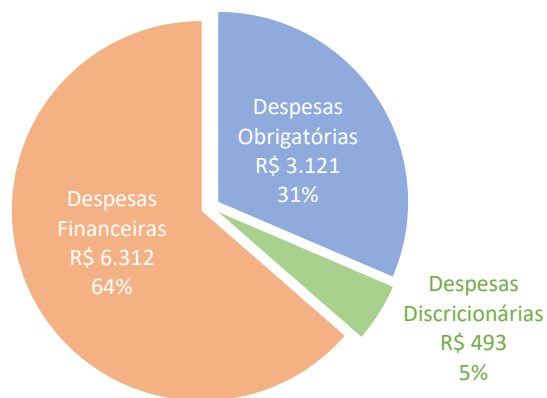
*Início do processo de desestatização até 2022

3.3.2 - Resultados das principais áreas de atuação ou ações da UPC

Gestão orçamentária e financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA 2020), Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, consignou à Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e aos Fundos sob sua gestão (Fundo da Marinha Mercante - FMM; Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC; e Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito - FUNSET) dotação orçamentária inicial no total de R\$ 10.215,0 milhões. Nesse montante estão computadas as dotações de programações classificadas na fonte 944, no valor de R\$ 1.474,8 milhões, cuja liberação para execução ocorreu somente após o crédito suplementar aprovado pela Lei nº 14.008, de 2 de junho de 2020, por força da necessidade de autorização legislativa para atender a chamada “regra de ouro”⁽¹⁾. As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício, no entanto, culminaram no cancelamento de R\$ 288,6 milhões, redimensionando a dotação orçamentária final para a cifra de R\$ 9.926,5 milhões, assim classificados:

Orçamento 2020 - R\$ milhões



Fonte: Tesouro Gerencial

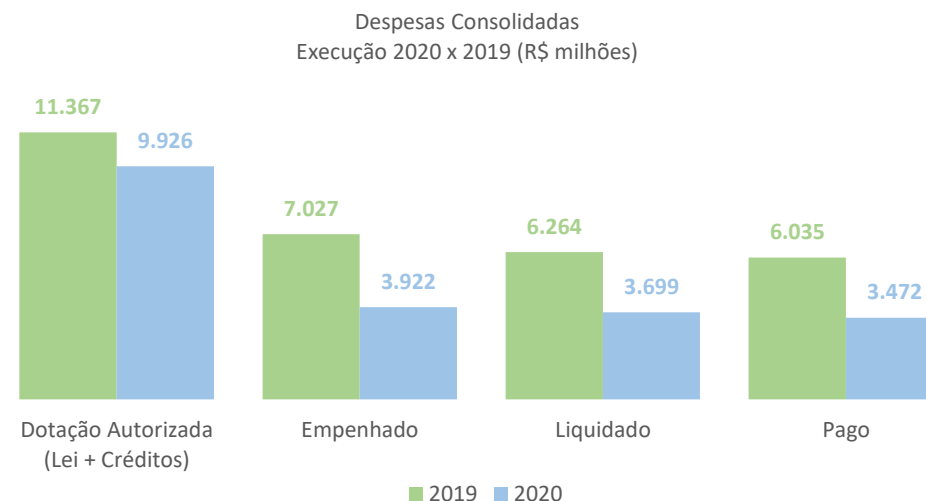
Despesas Obrigatórias:
compreendem pessoal ativo e inativo, benefícios, pensões e outros.

Despesas Discricionárias:
envolvem gastos administrativos, obras e construções, estudos e projetos, tecnologia da informação.

Despesas Financeiras:
tratam de financiamentos à marinha mercante e indústria de construção, contribuição previdenciária.

Cabe esclarecer que os dados orçamentários descritos neste tópico não incluem os valores da Reserva de Contingência, por se tratar de dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, notadamente despesas com passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Execução Orçamentária - Comparativo 2019 x 2020



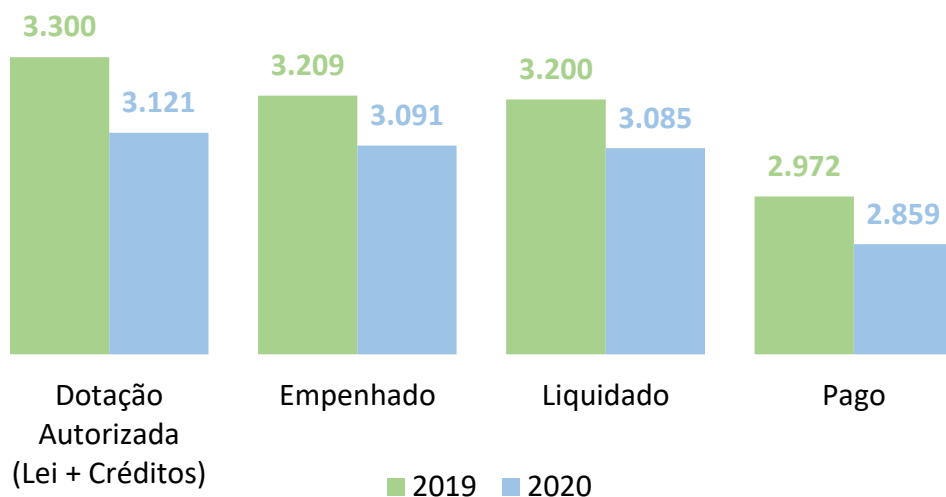
Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2020, o Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) recebeu dotação de R\$ 9.926,5 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 3.921,6 milhões, liquidados R\$ 3.699,2 milhões e pagos R\$ 3.471,9 milhões. Confrontando tal desempenho com o do ano de 2019, constata-se que houve uma redução de 12,7% nas dotações, afetando, de um certo modo, o total da execução orçamentária no período. O índice de pagamento (valor pago/despesa empenhada) apresentou um leve crescimento de 2,6%, alcançando percentual de 88,5%.

Para melhor demonstração da performance orçamentária, apresentaremos, a seguir, representações gráficas da execução orçamentária por resultado primário: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Financeiras.

⁽¹⁾ Dispositivo constitucional que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital, ressalvadas autorizações de créditos adicionais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo.

Despesas Obrigatórias (R\$ milhões)

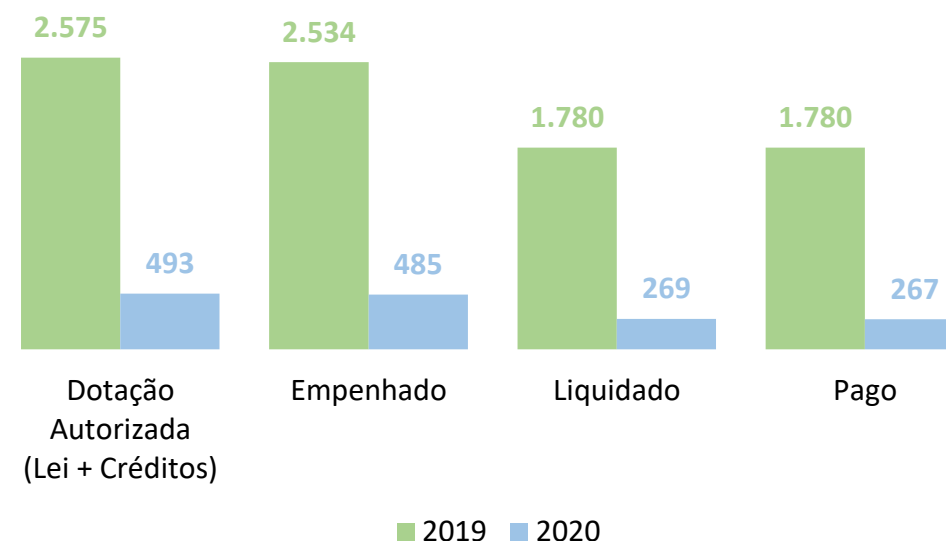


Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme se depreende do quadro acima, o valor empenhado para as despesas obrigatórias foi inferior em 3,7% (R\$ 117,7 milhões) ao montante executado no ano de 2019, tendo como principal causa o desligamento de inativos/pensionistas da folha de pagamento do Ministério da Infraestrutura – MInfra, o que proporcionou a redução de gastos nessas rubricas, em 2020, na ordem de R\$ 99,6 milhões.

Por força de vinculação de recursos, as dotações orçamentárias para pagamento das citadas obrigações foram alocadas originariamente em programação específica do MInfra, sendo posteriormente movimentadas para o Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (DECIPEX/SGP/ME), por conta do Acordo de Cooperação Técnica firmado no início de 2020. Esse instrumento transferiu para aquele órgão do Ministério da Economia a responsabilidade de administrar em torno de 64 mil aposentados e pensionistas, iniciativa que promoveu, entre outras vantagens, a redução de custos via ganho de escala, realocação de pessoal e o aumento da qualidade da análise dos processos.

Despesas Discricionárias (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2020, os créditos orçamentários fixados às despesas discricionárias totalizaram R\$ 493,5 milhões, o que representou uma redução de R\$ 2.081,4 milhões em relação ao montante autorizado no ano de 2019, conforme demonstrado acima. Essa diferença foi motivada essencialmente pela drástica diminuição na alocação de recursos para a Participação da União no Capital (PUC) – aporte de capital em prol de empresas estatais não dependentes, cujos valores passaram de R\$ 2.058,8 milhões para R\$ 0,96 milhão. A magnitude do referido aporte, em 2019, contribuiu para o não surgimento de demanda, no ano de 2020, por ampliação dos recursos de PUC no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

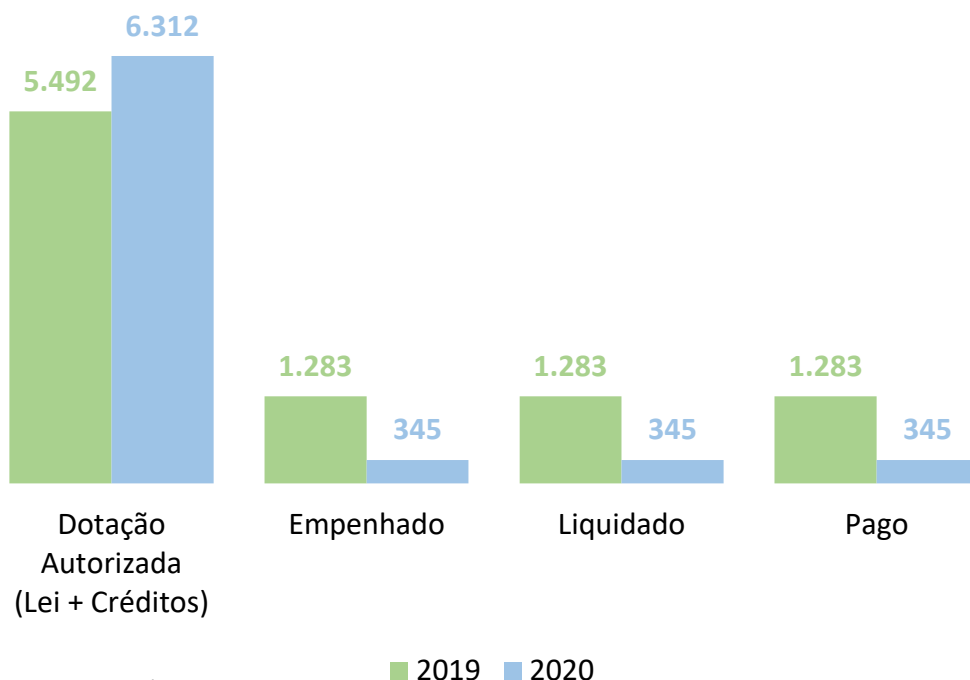
Implantação Junta de Execução Orçamentária - JEO/MInfra

Não obstante as dificuldades causadas pela pandemia do Covid-19, que impactaram negativamente a execução de algumas programações, a despesa empenhada atingiu 98,3% do total autorizado, percentual semelhante ao do ano de 2019. Tal performance contou com a importante atuação da Junta de Execução Orçamentária (JEO/MInfra), instaurada por meio da Portaria MInfra nº 65, de 17 de junho de 2020. Trata-se de uma instância de governança que acompanha e analisa a execução orçamentária, incentivando os gestores à realização de ações no sentido de promover a alocação eficiente dos recursos orçamentários e financeiros.

As reuniões da JEO/MInfra ocorrem em caráter ordinário bimestralmente ou em caráter extraordinário, sempre que se fizerem necessárias.

O saldo de dotação orçamentária discricionária não utilizada atingiu a cifra de R\$ 8,3 milhões. Esse acontecimento foi originado majoritariamente pela não conclusão de processos de contratação e pelos valores residuais em várias programações após a aplicação dos recursos nos objetos de sua destinação. Ambas situações integram o rol dos motivos previstos legalmente para justificar a inexecução do orçamento discricionário, nos termos do parágrafo 2º do art. 62-A da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e do art. 1º da Portaria ME nº 433, de 31 de dezembro de 2020.

Despesas Financeiras (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

As dotações orçamentárias destinadas às despesas financeiras apresentaram incremento de 14,9% em relação ao ano de 2019. Tal expansão, no entanto, não se materializou na execução orçamentária cujos dados atingiram apenas 5,5% do montante autorizado contra 23,4%, em 2019.

A variação negativa em comento foi decorrente da baixa demanda no setor de construção naval nos últimos anos, movimento induzido pela revisão da política da Petrobrás. Esse cenário agravou-se com a pandemia do Covid-19, a qual influenciou significativamente o adiamento do início de vários projetos de investimentos aprovados em anos anteriores, freando, assim, a retomada das operações de financiamentos à conta do Fundo da Marinha Mercante – FMM para construções ou reparos de embarcações.

Execução Financeira

Os pagamentos efetuados à conta da dotação orçamentária 2020 totalizaram R\$ 3.471,9 milhões, o que representou uma execução de 88,5% sobre o total empenhado no exercício de referência, na ordem de R\$ 3.921,6 milhões. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) perfizeram a quantia de R\$ 638,5 milhões, ou seja, 48,4% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Assim, a execução financeira do exercício de 2020 atingiu a importância de R\$ 4.110,4 milhões, cujo detalhamento explicitaremos no quadro abaixo.

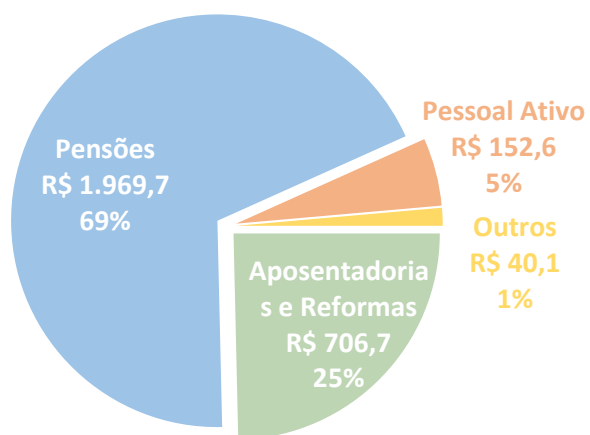
R\$ milhões

Finalidade	Dotação 2020 Valores Pagos (a)	Restos a Pagar - RP			Execução Financeira Total - 2020 (e) = (a) + (c)
		Inscritos e Reinscritos Líquidos (b)	RP Pagos (c)	RP a Pagar (d) = (b) - (c)	
Pessoal e Benefícios	2.869,1	237,4	232,8	4,6	3.101,9
Custeio	235,2	129,1	60,9	68,3	296,0
Investimento	31,4	508,2	321,6	186,6	353,0
Inversão Financeira	336,1	445,2	23,3	421,9	359,4
TOTAL	3.471,9	1.319,9	638,5	681,4	4.110,4

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores Pagos - Exercício 2020

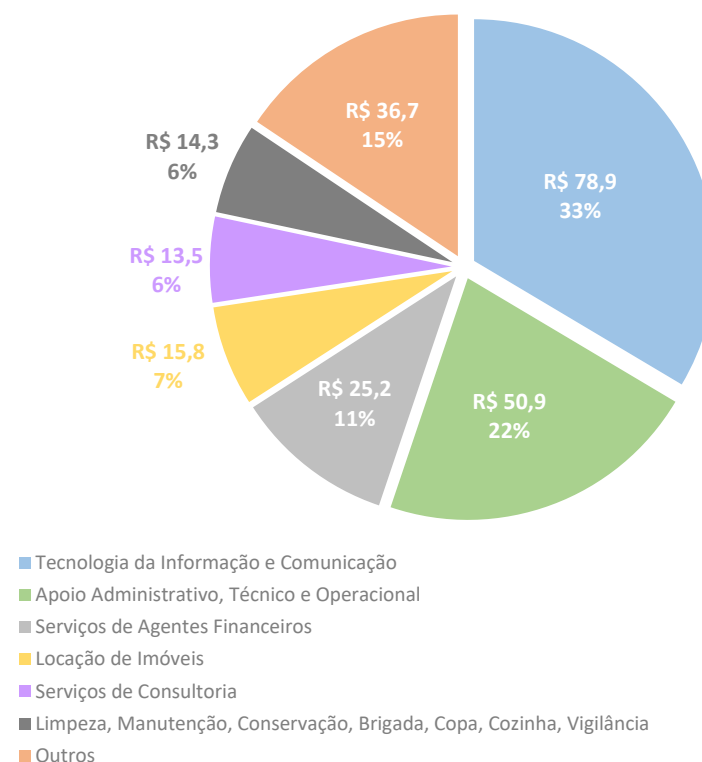
Em 2020, o Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) pagou o montante de R\$ 3.471,9 milhões com recursos do exercício. Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas, cujos dados foram agrupados levando em conta as ações orçamentárias envolvidas, os elementos e subelementos de despesas nelas compreendidos.

Despesas Pagas com Pessoal (R\$ milhões)

Fonte: Tesouro Gerencial

No que tange às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios, os valores pagos com dotação 2020 totalizaram R\$ 2.869,1 milhões. Desse montante, R\$ 1.969,7 milhões (68,7%) resultaram do pagamento de pensionistas, cuja lista inclui 580 pensões indenizatórias por acidentados ferroviários. Acrescente-se ainda o desembolso de R\$ 706,7 milhões (24,6%) e de R\$ 152,6 milhões (5,3%) com o pagamento de aposentadorias e de servidores ativos, respectivamente. Já o montante de R\$ 40,1 milhões (1,4%) foi aplicado em outros itens, nos quais se sobressaem a contribuição patronal para a previdência social, auxílio-moradia e benefícios a servidores (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica e pré-escolar).

Embora seja classificada como despesa financeira, a contribuição patronal para a previdência social integrou os dados do gráfico acima por se tratar de um item que compõe a folha de pagamento de pessoal.

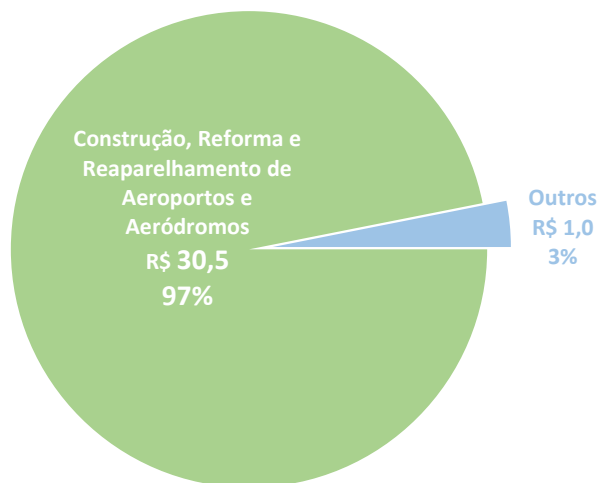
Despesas Pagas com Custeio (R\$ milhões)

Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas de custeio pagas com dotações 2020 somaram R\$ 235,2 milhões. Desse total, R\$ 129,8 milhões (55,2%) derivam do atendimento de despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação, e serviços com apoio administrativo, técnico e operacional (terceirizados). Ressalta-se que no item "outros" encontram-se computadas despesas como energia elétrica, comunicação, treinamento e etc.

Esclareça-se que os serviços com agentes financeiros referem-se ao pagamento de serviços prestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operacionalização dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, despesas estas custeadas com créditos orçamentários descentralizados pelo Ministério da Economia provenientes da ação orçamentária 00M4 – Remuneração de Agentes Financeiros pertencente ao órgão 71000 – Encargos Financeiros da União - EFU.

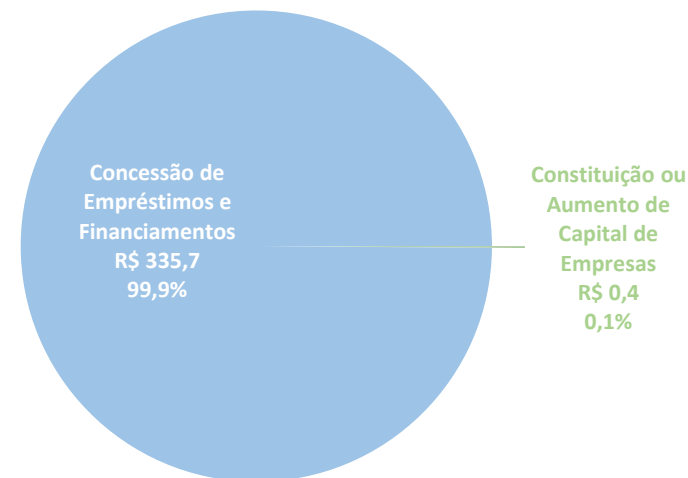
Despesas Pagas com Investimento (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Os pagamentos realizados na rubrica de investimentos à custa das dotações 2020 perfizeram o montante de R\$ 31,5 milhões, sendo que 97% desse valor destinam-se à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos, de acordo com as programações orçamentárias aprovadas para o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. Registre-se que parte dos citados valores foram transferidos para determinados municípios, sendo contabilizados no SIAFI/2020 no elemento de despesa 42 - auxílios, dada a parceria do governo federal com os entes da federação com vistas à ampliação e à modernização da infraestrutura de transporte aéreo do país.

Despesas Pagas com Inversão Financeira (R\$ milhões)



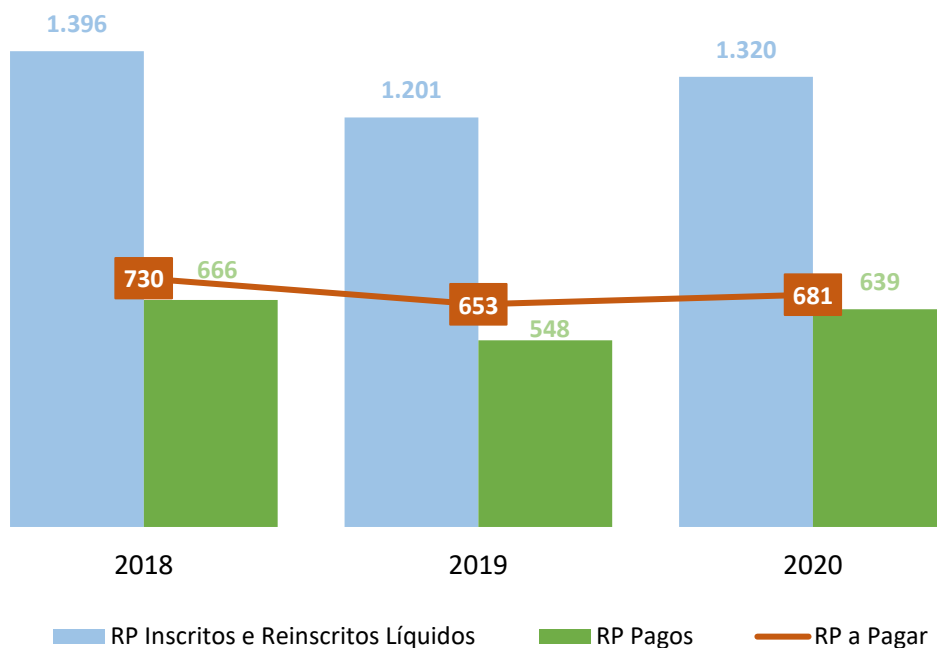
Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas pagas com inversão financeira no exercício de 2020 atingiram o montante de R\$ 336,1 milhões, sendo que 99,9% desse total se refere a concessão de empréstimos e financiamentos do Fundo da Marinha Mercante - FMM. O percentual de 0,1% foi destinado a Participação da União no Capital (PUC) da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, decorrente de emenda parlamentar.

Restos a Pagar

O gráfico abaixo apresenta a tendência do saldo a pagar de restos a pagar processados e não processados ao longo dos últimos anos:

Restos a Pagar - 2018 a 2020 (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que o saldo de restos a pagar teve crescimento de 4,4% em relação ao ano de 2019. Cerca de 48,4% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 638,5 milhões. Ao compararmos com o exercício anterior, identificamos uma elevação de 2,7% dessa relação.

A maior parte das obrigações pendentes de pagamento está concentrada em programações orçamentárias destinadas as seguintes finalidades: a) Participação da União no Capital – PUC (61,9%); b) realização de obras de dragagem (14,3%); e c) construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos (11,4%).

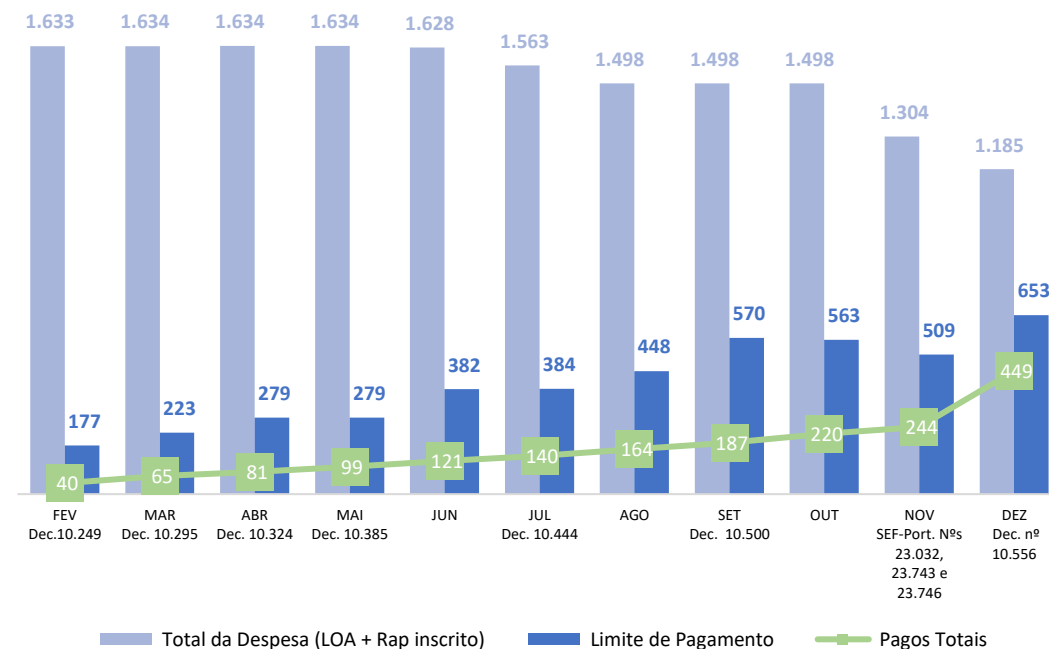
Contingenciamento

Em face da emergência de saúde pública de importância internacional provocada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o Congresso Nacional reconheceu, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o estado de calamidade pública, decidindo dispensar, com fulcro no art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, bem como a limitação de empenho de que trata o art. 9º da LRF.

Por consequência, as dotações orçamentárias de 2020 não sofreram contingenciamento, conforme preconizou o Decreto nº 10.295, de 30 de março de 2020, não havendo prejuízo para nenhuma programação por insuficiência de limite de empenho.

Em relação aos limites de pagamento, várias ações foram tomadas pela Pasta ao longo do ano a fim de garantir os recursos necessários ao cumprimento da sua missão institucional, tais como: solicitações à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de remanejamento de limites entre os anexos do Decreto de Programação Financeira que permitiram a manutenção do fluxo de pagamento das unidades do MInfra. Essas alterações permitiram atender, de um modo geral, as demandas financeiras das unidades sem percalços, sendo apurado no final do exercício percentual de utilização de 69% do limite de pagamento total disponibilizado.

Evolução dos Limites de Pagamento 2020
Administração Direta + Fundos (RP 2, 3, 8 e 9) (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial



Desafios e Ações para 2021

Desafios

- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira, com foco na eficiência e efetividade do gasto;
- Intensificar o alinhamento entre Planejamento Estratégico, PPA e Programação Orçamentária;
- Promover o alinhamento das emendas parlamentares ao planejamento orçamentário;
- Manter os investimentos na matriz de transportes em um cenário de recursos limitados.

Ações

- Estimular a racionalização de despesas e a ampliação de resultados;
- Orientar a priorização de recursos para a finalização de projetos já iniciados;
- Acompanhar os resultados da execução orçamentária e financeira, inclusive por meio de indicadores, de modo a subsidiar a atuação da JEO/MInfra em prol da melhor aplicação dos recursos disponibilizados.

Gestão de Pessoas

No ano em que o Ministério da Infraestrutura completou 160 anos, apesar de ter sido um ano atípico devido à pandemia da Covid-19, conseguiu realizar inúmeras entregas pelo País, beneficiando milhões de brasileiros de diferentes estados.

Isso só foi possível com muito empenho e por força da readequação do trabalho executado pelos integrantes da Pasta, que contaram com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) que, alinhada à gestão, implementou novos modelos de trabalho focados na eficiência:

- **Teletrabalho:** adoção após a publicação da Portaria nº 5.010, de 28 de novembro de 2019;
- **Programa de Gestão em Experiência-Piloto - PGEp:** regras de implementação definidas após publicação da Instrução Normativa nº 02/2020;
- **Implementação do PGEp pelas unidades do Minfra:** cronograma publicado pela Portaria nº 1.584/2020;
- **Resultados institucionais a serem alcançados e validação dos indicadores de desempenho propostos:** após a apresentação dos planos de trabalho por parte das unidades do Ministério, a COGEP realizou a análise quanto a conformidade legal e encaminhou à Secretaria Executiva - SE, para análise e validação no que diz respeito aos resultados institucionais a serem alcançados, e validação dos indicadores de desempenho propostos em conformidade com a IN nº 02/2020 dentro dos prazos previstos na Portaria nº 1584/2020;



Até 20%
Dos servidores em
trabalho remoto

- **Designações e nomeações para cargos e funções comissionadas do Minfra:** passaram a ser realizadas por meio de processos seletivos estruturados, que consideram o perfil e a experiência dos candidatos para sua ocupação;
- **Serviços oferecidos por via digital:** com a plataforma Sigepe, que simplificou a abertura de requerimentos administrativos para sanear as questões de pessoal, houve um aumento da cobertura de serviços oferecidos virtualmente;

- **Desenvolvimento de página on-line:** a página foi planejada especialmente para o público interno, facilitando os serviços cadastrais, financeiros, capacitações, processos seletivos e informações de saúde e qualidade de vida, que estão organizados em um ambiente web intuitivo e de fácil acesso, o que vem a facilitar o acesso por parte dos servidores aos serviços mais procurados. É a página Gestão de Pessoas do Minfra, a disposição do servidor 24 horas por dia, 7 dias por semana.



Conformidade e atos

Destaca-se alguns indicadores de conformidade nos processos de gestão de pessoas:

- Aferição de critérios para ocupação de cargos e funções:

328

Aferições

- Atendimento das demandas de órgãos de controle:

6

Atendimentos

- Atendimento das demandas da ouvidoria:

873

Manifestações de ouvidoria
respondidas

- Publicação diária dos atos internos em boletim de pessoal:

1010

Atos publicados

Aferição de critérios

Em conformidade com a orientação do Órgão Central do SIPEC, e considerando as disposições do Decreto nº 9.727, de 15 março de 2019, foi editada a Portaria nº 544/2019, que estabelece os parâmetros para análise do requisito de reputação ilibada no âmbito do Minfra e a Portaria nº 545/2019, que estabelece os procedimentos para indicação, seleção, nomeação e designação de ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança no Ministério. Assim, nas oportunidades de ocupação de posições de liderança, é realizado processo seletivo estruturado, que leva em consideração o perfil profissional que a vaga requer e os critérios estabelecidos nas normas mencionadas.

Além disso, a COGEP acompanha todos os procedimentos de designação/nomeação para garantir que os postulantes aos cargos atendam os requisitos necessários, no ato da nomeação.

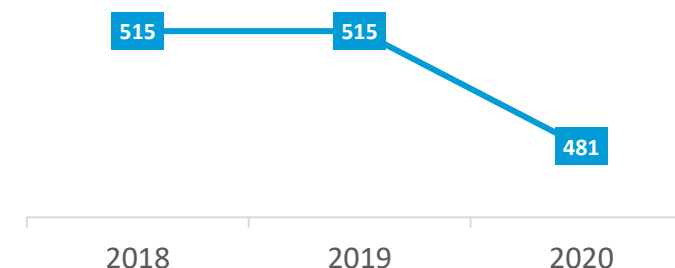
Avaliação da força de trabalho

Quadro de cargos e funções

No ano de 2020, também foi publicado o Decreto nº 10.368/2020, que aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança do Órgão. Dos 481 cargos gerenciais, 350 encontram-se ocupados por servidores ou empregados com vínculo efetivo com a Administração Pública.

Houve uma otimização do quantitativo de DAS e FCPE, quando comparado aos anos anteriores. Atualmente, conseguimos garantir a entrega de resultados eficientes com a redução de 34 funções de confiança.

Total de cargos DAS e FCPE



Avaliação do quadro de pessoal

Uma gestão pública eficiente é fruto de uma equipe engajada e comprometida com os serviços entregues à população.

A equipe que contribuiu para o sucesso do Órgão em 2020 é diversificada e composta por servidores públicos vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), empregados públicos regidos pela CLT, servidores e empregados de outros órgãos e entidades públicas e por servidores de carreiras transversais em exercício descentralizado, como Analistas e Especialistas em Infraestrutura, Analistas de Planejamento e Orçamento e Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Em 2020, cerca de 54% da força de trabalho do MInfra encontrava-se cedida ou em exercício em outros órgãos e entidades. Vale lembrar que boa parte do quadro de pessoal é formada por anistiados de órgãos extintos, vinculados ao antigo Ministério dos Transportes, que hoje atuam em outras atividades da Administração Pública.

Servidores localizados no MInfra**Por gênero**

Masculino
Estatutários: 402
Celetistas: 71



Feminino
Estatutários: 284
Celetistas: 51

Por faixa etária

Até 59 anos



39%

Estatutários

60 ou mais



27%

Celetistas

Até 59 anos



2%

Estatutários

60 ou mais



1%

Celetistas

Até 59 anos



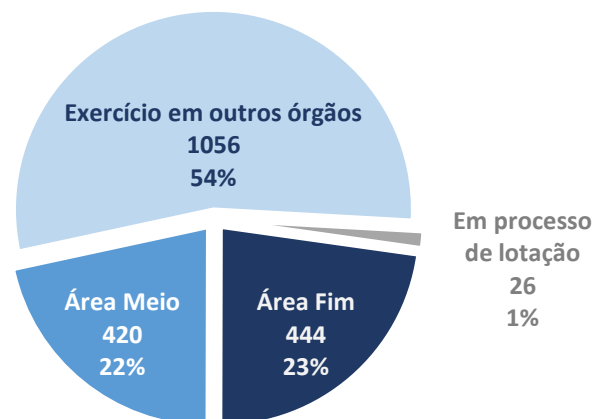
7%

Celetistas

60 ou mais



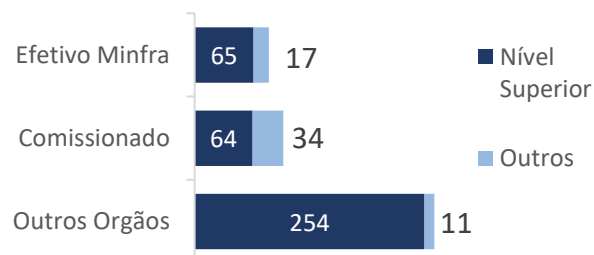
5%

Total de Servidores - Por localização:

Do quantitativo de servidores/empregados cedidos, 74% representa empregados anistiados e dentre eles o nível de escolaridade dos cargos é de 21% de alfabetizado, 40% de fundamental, 30% de médio e 8% de nível superior. Desse quantitativo 61% ocupa cargo de atividades estritamente operacionais e foram reintegrados após vários anos afastados das suas atividades.

Em que pese o número de cedidos, o Ministério conta com 344 servidores de outros órgãos, que representam 40% da força de trabalho localizada no MInfra. Destes, 333 ocupam DAS/FCPE, o que representa 74% dos cargos/funções comissionadas do MInfra.

É importante destacar a necessidade de implementar um plano de sucessão dos cargos de média gerência, focado nos servidores da instituição, de forma a garantir a continuidade das ações do Ministério a longo prazo.

Ocupantes de DAS/FCPE - Por origem e escolaridade**Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas**

Em 2020 foram realizados 16 processos seletivos, resultando na publicação de 67 editais. Esses processos foram realizados com as seguintes etapas: divulgação, análise curricular, entrevista e análise de conformidade. O modelo de recrutamento e seleção desenvolvido visa a eficácia na ocupação de cargos comissionados e a valorização dos profissionais que atuam no serviço público. Desse modo, o MInfra tornou mais transparente o processo de ocupação de cargos em comissão e funções de confiança.

26**Funções preenchidas
por processo seletivo****86%****De ocupantes de
DAS/FCPE com nível
superior**

Além disso, estamos promovendo parcerias com outros órgãos e entidades, à exemplo da seleção de 16 empregados da INFRAERO que já estão contribuindo com a missão do MInfra.

Gestão do Programa de Estágio

O MInfra contou, em 2020, com a colaboração de 170 estudantes, sendo 52 de nível médio e 118 de nível superior, atuando nas diversas unidades do Órgão. O perfil que mais prevaleceu foi o estudante de nível superior, com jornada de 30 horas semanais (67%).

Detalhamento da despesa com pessoal

Folha de pagamento

A execução do orçamento de pessoal de 2020, somando folha de pagamento e despesas de custeio, foi superior a 92%. Efetivamente, foram pagos R\$ 410 milhões, do total de R\$ 442 milhões inicialmente destinados à Unidade Gestora.

Redução de custos e otimização de recursos

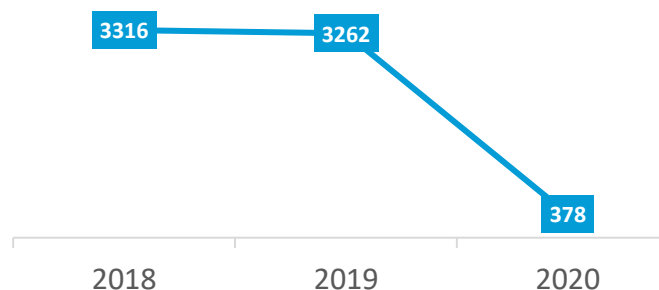
Para dar mais eficiência ao uso dos recursos públicos, uma importante conquista do MInfra foi a transferência da administração de quase 64 mil aposentados e pensionistas para uma equipe especializada do Ministério da Economia. A transferência das folhas de pagamento dos inativos e pensionistas só foi possível devido ao empenho da gestão, que celebrou o Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2019, em 28/08/2019, com o Ministério da Economia - ME, permitindo a realocação da força de trabalho para maior qualidade da análise dos processos.

Todas essas ações resultaram, em 03/02/2020, na transferência de mais de 2 bilhões de reais de despesas com folha pagamento do MInfra, que foi centralizada no Ministério da Economia.

No âmbito das ações de racionalização e otimização de recursos públicos foram desativados os Núcleos de Recursos Humanos (NRHs) em 15 estados brasileiros. Os servidores dos núcleos que não puderam retornar à Brasília reforçaram as equipes do ME e de entidades vinculadas do MInfra nos estados. O mobiliário foi reaproveitado em outros locais e os acervos documentais foram transferidos para digitalização e conservação no edifício da Imprensa Nacional, com o objetivo de manter viva a história e a cultura deste Ministério.

Em complemento as ações de otimização e eficiência na gestão de pagamentos, o MInfra também realizou a transferência da gestão administrativa e do pagamento de aproximadamente 580 pensões indenizatórias por acidentes ferroviários para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), de forma a garantir mais eficiência na administração desses pagamentos.

Despesas com folha de pagamento (em milhões de reais)



Qualidade de vida e desenvolvimento de pessoas

Capacitação

Em 2020 foram realizadas 63 ações de desenvolvimento, empenhando mais de 260 mil reais e alcançando 525 servidores do MInfra. Destas ações, 7 foram voltadas exclusivamente ao desenvolvimento estratégico, alcançando 95 gestores.

Como medida de proteção à saúde, várias ações de capacitação foram adaptadas para o formato on-line, o que permitiu, também, alcançar 741 participantes entre colaboradores e estagiários, além de servidores de outros órgãos. O benefício também se estendeu à comunidade, com a transmissão de alguns cursos pelo canal do MInfra no Youtube, somando mais de 20 mil visualizações.

525

**Servidores
capacitados**



95

**Gestores
capacitados**

Saúde e qualidade de vida no trabalho

Na área de Qualidade de Vida no Trabalho e Atenção à Saúde, foram realizadas palestras com público presencial limitado, respeitando as medidas de distanciamento, e transmissão on-line ao vivo para os demais participantes, abordando temas como engajamento e felicidade (Dia do Servidor), prevenção ao suicídio (Setembro Amarelo), prevenção ao câncer de mama (Outubro Rosa) e de próstata (Novembro Azul). Também foram realizadas ações de integração, como o 1º Concurso de Fotografia do MInfra, homenagem aos servidores aposentados, campanhas de voluntariado (arrecadação de brinquedos, roupas e alimentos) e de incentivo à amamentação e à doação de sangue, e a elaboração de Quizz eletrônico sobre a história do MInfra, em comemoração aos 160 anos do Órgão.

14

**Ações de integração e
qualidade de vida**

527

**Servidores
alcançados**

Além disso, para assegurar a saúde do servidor, houve convocação para os Exames Médicos Periódicos quando do retorno as atividades por parte das clínicas e laboratórios, após a suspensão temporária no início da pandemia. Os servidores foram notificados por meio eletrônico e puderam tirar dúvidas por telefone e e-mail.



1746

**Convocações para Exames
Médicos Periódicos**

Entregas em relação às metas de 2019

No Relatório de Gestão de 2019, foram estabelecidas as seguintes metas para 2020, as quais foram integralmente entregues ao longo do exercício:



Implantação de trabalho remoto de forma a aumentar a produtividade e reduzir despesas relacionadas a custos fixos.



Implantação de uma Central de Atendimento ao público, voltada a prestar com maior celeridade informações aos servidores e cidadãos.



Implantação do ponto eletrônico e realização de compensações financeiras para a União de forma automática, garantindo maior transparência quanto ao cumprimento das jornadas de trabalho dos servidores e estagiários.



Migração da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas para o ME. Economia esperada de cerca de 10 milhões de reais ao ano, com a centralização de 2 bilhões de reais em pagamentos anuais de inativos e movimentação de mais de 250 colaboradores.



Produção de relatórios gerenciais on-line com possibilidade de atualização em tempo real e com uso de inteligência artificial.



Aprimoramento dos processos de trabalho de Gestão de Pessoas para maior eficiência, de modo a permitir que seja feito mais com menos.



Promoção de capacitações voltadas a resultados e universalização das oportunidades de capacitação por meio de editais de seleção.



Conversão dos processos físicos para o meio digital e realização dos serviços somente por meio eletrônico, com foco na agilidade durante a prestação dos serviços (RH sem papel).



Realização de estudos para recomposição da força de trabalho para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

100% ENTREGUES

Ações Futuras

Finalizar o ano com tantas conquistas em um ano atípico como foi 2020 não foi tarefa fácil. Traçar novos e melhores caminhos para tornar uma gestão cada vez mais eficiente é um dos nossos propósitos. Confira a seguir algumas ações que a COGEP propõe para 2021:



CAPACITAÇÃO

- Sucessão de líderes (capacitações voltadas a cargos de média gerência);
- Foco nas áreas finalísticas (disponibilização de orçamento para execução de ações voltadas exclusivamente às áreas finalísticas);
- Pós-graduações;
- Editais de capacitação;
- Portal capacitação; e
- Edital de Inglês.



SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

- Preparação para aposentadoria;
- Combate ao influenza;
- Prêmio de reconhecimento ao servidor;
- Concurso de artigos sobre infraestrutura;
- Exposição de obras de arte;
- Ginástica laboral; e
- Coral virtual.

Gestão de Licitações e Contratos

A contratação pública é um dos macroprocessos mais importantes para a gestão administrativa, uma vez que se trata de um dos principais meios para a implementação da política pública. É um processo transversal, que envolve legalmente todas as áreas do órgão (Finalísticas, Autoridades, Logística, Jurídica e Controle). Gera a necessidade de planejamento com visão de longo prazo, pois contratações, quando continuadas, podem perdurar por até 5 anos, ultrapassando, inclusive, gestões políticas, e a necessidade de maior controle e gestão de riscos. Se bem estruturado, o processo de contratação pública, traz ao órgão economia de recursos e efetividade para as suas políticas internas e externas e, consequentemente, uma melhor entrega para a sociedade. As contratações de atividade meio no âmbito do Ministério da Infraestrutura objetivam, de modo geral, garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e colaboradores, provendo serviços de suporte logístico que englobam manutenção predial, segurança, materiais de consumo, limpeza e serviços de apoio administrativo, permitindo que o MInfra cumpra sua missão institucional.

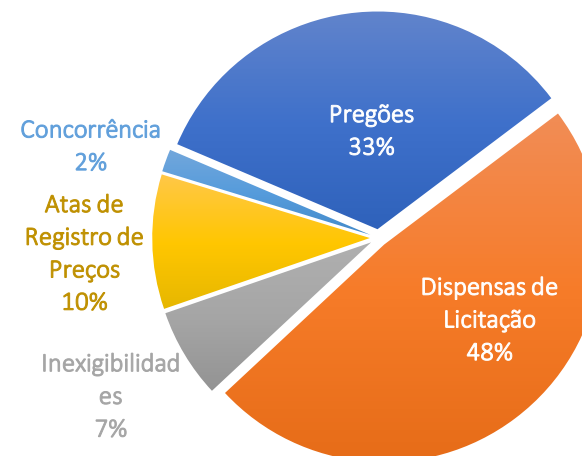
Em 2020, foram realizadas 60 contratações, perfazendo um valor total de R\$ 113.573.681,81, distribuídas nas modalidades Pregão, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade, Atas de Registro de Preços e Concorrência. Todos os procedimentos de contratação obedeceram às melhores práticas da Administração, em estrito cumprimento aos dispositivos legais e normativos, em alinhamento aos objetivos estratégicos.

Contratações Realizadas em 2020

Quantidade	Valor Total
60	R\$ 113.573.681,81

Modalidade	Quantidade
Pregões	20
Dispensas de Licitação	29
Inexigibilidades	4
Atas de Registro de Preços	6
Concorrência	1

Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019



As contratações na modalidade pregão totalizaram R\$13.365.563,97, ante um valor estimado de R\$25.840.183,29, o que representa cerca de 48% de economia no valor contratado em relação ao montante estimado, gerando, assim, um ganho econômico à administração de cerca de R\$12,4 milhões.

Merece destaque, em especial, a contratação dos serviços de limpeza e conservação. O novo contrato obteve, com a previsão de fornecimento de maquinário moderno e técnicas de higienização mais eficientes, uma redução de R\$2.542.093,80 para R\$1.248.843,10, cerca de 51%.

No que se refere às dispensas de licitações, destaca-se a contratação de serviços estratégicos e continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, junto ao SERPRO, no valor total de R\$ 90.741.589,46. A contratação proporcionou a aglutinação de sete contratos em apenas um, reduzindo significativamente os custos administrativos e racionalizando a gestão dos serviços. O montante total contratado também foi significativamente reduzido, considerando que os sete contratos anteriores somavam R\$ 136.781.679,99. Houve uma redução de 33,66%, equivalente a R\$ 46.040.091,53.

Em 11/12/2020, o MInfra encerrou o Contrato nº 09/2017 de locação de imóvel em Brasília, que abrigava a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). As Secretarias foram alocadas nos edifícios sede e anexo da Esplanada dos Ministérios. Tal ação representará uma economia aos cofres públicos, a partir de 2021, no montante de R\$ 9.581.615,80. Importante destacar que além dos valores que deixam de ser gastos com a locação do imóvel, a referida mudança possibilita a integração da rotina administrativa e dos profissionais das secretarias ao dia a dia do Ministério.

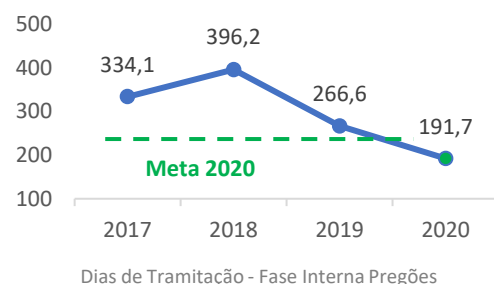
Em 2020 foi realizada uma única Concorrência, do tipo Técnica e Preço, sob critério de melhor desconto, uma vez que o objeto (Comunicação Corporativa) tratava de serviços com predominância intelectual ao requerer o planejamento estratégico e manejo de ferramentas de comunicação, de modo tempestivo, dinâmico e adequado à realidade do órgão, conforme as especificidades de cada demanda. A economia atingida pela contratação, em comparação ao valor estimado foi de 48%.

Gestão de Licitações e Contratos

Evolução da Produtividade

A redução no tempo de trâmite dos processos de contratação conferem maior agilidade à Administração Pública e reduzem a demanda por força de trabalho, contribuindo, em última instância, para a economia de recursos públicos.

Objetivo Operacional	Indicador	Fórmula / Cálculo		2017	2018	2019	2020
Indicadores de tempo médio da fase interna da contratação de serviços (Assinatura da 1ª versão do Termo de Referência até a publicação do aviso)	Tempo médio da fase interna da contratação de serviços	Somatório dos dias necessários da elaboração de termo de referência (IN2/2010) ou Estudo Técnico Preliminar (IN5/2017) à publicação do edital	Meta	110	100	200	200
			Realizado	334	396	267	192



A continuada redução no tempo de trâmite interno dos processos de contratação, que superou, em 2020, a meta estipulada de até 200 dias, é reflexo dos esforços de reorganização dos fluxos processuais, de capacitação das equipes técnicas e do amadurecimento da implantação das regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços definidos pela Instrução Normativa nº 5/SGMPDG, de 25 de maio de 2017 e pela Instrução Normativa nº 1/SGD, de 4 de abril de 2019.

Desafios

Permanece como desafio central para a área de contratações o reforço de pessoal da equipe, dada a elevada demanda de atividades, e a ampliação da capacitação da equipe técnica de licitações e das equipes de fiscalização de contratos. Em que pesem esforços de regulamentação e de publicação de guias, como o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e o Guia de Compras e Contratações do MInfra, a viabilização do reforço numérico e técnico das equipes irá fortalecer a produtividade e a qualidade dos trabalhos nas contratações e na gestão dos contratos.

Melhorias Gerenciais

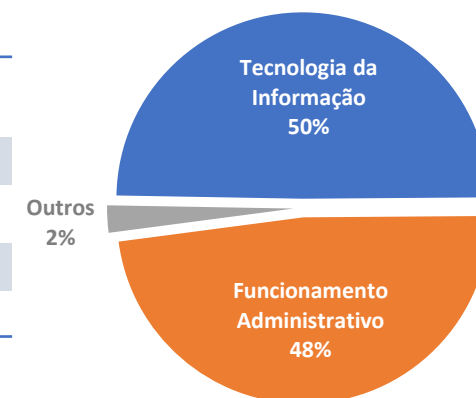
- **Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MInfra** - a iniciativa de publicação do Manual insere-se nos esforços para padronização dos procedimentos fiscalizatórios de contratos administrativos, que visam garantir o controle mais refinado dos serviços prestados à Pasta, oferecendo maior segurança jurídica aos fiscais e gestores;
- **Guia de Compras e Contratações do MInfra** - o Guia visa elucidar dúvidas e apresentar noções básicas de compras e contratações administrativas no âmbito do órgão, com minutas documentais, fluxos e passo-a-passos, reforçando a uniformidade das instruções processuais e promovendo maior segurança nos processos de contratação;
- **Regulamento de Diárias e Passagens** - o Regulamento de Diárias e Passagens oferece aos servidores do MInfra um guia para a solicitação de diárias e passagens aéreas para viagens a trabalho, esclarecendo os critérios, casos aplicáveis e ações necessárias para a solicitação dos serviços;
- **Implementação do ComprasNet Contratos como sistema central de gestão contratual** - o sistema, que em 2020, representou grande importância no âmbito do Poder Executivo, permite o controle dos contratos do Ministério de forma integrada e intuitiva, facilitando tanto os trabalhos dos fiscais quanto dos gestores, de forma inteiramente gratuita.



Gastos por Finalidade - Custeio e Investimento

Gastos por Finalidade - Financeiro (milhões)

Tecnologia da Informação	R\$ 104,1
Funcionamento Administrativo	R\$ 100,8
Outros	R\$ 4,9
TOTAL	R\$ 209,8



Os gastos contratuais do Ministério, subdividem-se, majoritariamente, entre gastos com funcionamento administrativo em geral e gastos com tecnologia da informação. A grande participação dos gastos com Tecnologia da Informação atestam os esforços da Pasta com a digitalização e automação dos serviços, visando a modernização e a maximização da eficiência e eficácia das atividades ministeriais.

Gestão Patrimonial e de Infraestrutura Predial

O ano de 2020 apresentou desafios e oportunidades à gestão patrimonial e de infraestrutura predial e logística do MInfra. A pandemia da COVID-19 exigiu adaptações logísticas e sanitárias inéditas, que impactaram diretamente na composição dos gastos logísticos, na priorização de demandas e na forma de trabalho dos colaboradores.

Também foi possível executar ações de readequação dos espaços internos dos edifícios da Pasta, reduzindo expressivamente a área total ocupada, o que permitiu a rescisão de contrato de aluguel cujos custos superavam R\$ 9 milhões anuais, a partir de 2021.

As principais desmobilizações integram os esforços de redistribuição das áreas internas do Ministério, que permitiu a rescisão do contrato de locação de imóvel em 11/12/2020. A racionalização dos espaços facilitam, ainda, a integração entre as unidades do MInfra, o que reflete em otimizações decorrentes das centralizações de suas atividades, o que permitirá o desfazimento, por meio de leilões e doações, de volume de bens móveis.

Gastos de Funcionamento Administrativos

As boas práticas da gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos do Ministério possam ser plenamente trabalhados e alcançados e, dessa forma, viabilizar o alcance da missão institucional.

Durante o exercício de 2020, foram realizados procedimentos e adotados novos critérios com vistas à ampliação da transparência, competitividade e economicidade das licitações e, consequentemente, da eficiência na alocação dos recursos públicos. O reflexo das ações implementadas podem ser evidenciados na redução dos gastos abaixo:

	2020	2019	Variação
Energia e água	R\$ 1.568.131,21	R\$ 2.572.522,43	-39,04%
Vigilância e Brigada	R\$ 5.828.678,62	R\$ 6.646.179,16	-12,30%
Limpeza	R\$ 3.053.335,39	R\$ 3.774.220,80	-19,10%
Locação de máquinas	R\$ 69.307,69	R\$ 495.686,76	-86,02%
Passagens	R\$ 388.243,22	R\$ 1.415.483,24	-72,57%

Gestão Patrimonial

No decorrer do ano de 2020 foram realizadas esforços de redistribuição das áreas internas do Ministério, com intensas movimentações patrimoniais e desmobilizações com o objetivo da rescisão do contrato nº 09/2017 de locação de imóvel, ocorrido em 11/12/2020. A referida racionalização dos espaços propiciaram, ainda, o desfazimento de diversos bens móveis, por meio de leilões e doações.

Movimentação Patrimonial

Entradas:	1.528
Baixas:	1.719
Movimentações:	33.894



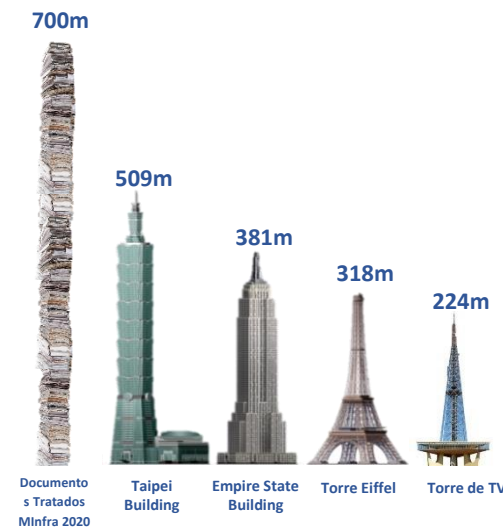
Gestão Documental

O ano de 2020 impôs desafios e possibilitou avanços na gestão documental do MInfra. O recebimento dos acervos documentais do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), do Departamento de Fomento (DEFOM) e da extinta Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR), passaram a integrar a carga documental do Ministério, representando um incremento cerca de 19.000 documentos, que exigem um grande esforço de reorganização, espaço arquivístico e tratamento documental.

Os trabalhos avançaram significativamente no ano de 2020, tendo sido tratados cerca de 700 metros lineares de documentos, com higienização e troca por caixas recicláveis, em obediência aos padrões do Arquivo Nacional.

Total de caixas de documentos recebidas:

- DENATRAN: 7.300
- DEFOM: 7.700
- CODOMAR: 4.000



* Imagem meramente ilustrativa.

Os avanços na digitalização dos trâmites documentais permitiram ao Ministério atingir a marca de 92,5% de entrada digital dos documentos protocolados na Pasta, por meio do protocolo virtual. A quase totalidade dos documentos produzidos internamente já são exclusivamente digitais. A digitalização, além de ambientalmente vantajosa, concede agilidade e maior segurança aos trâmites processuais.



Gestão Patrimonial e de Infraestrutura Predial

Impacto Pandemia Covid-19

A Pandemia de COVID-19 impactou significativamente na demanda por insumos de infraestrutura predial e suporte logístico. Com a adoção de regimes emergenciais de trabalho remoto, e a posterior instalação do Programa de Gestão de Teletrabalho, a ocupação dos edifícios do MInfra foi reduzida, impactando na demanda por insumos logísticos.

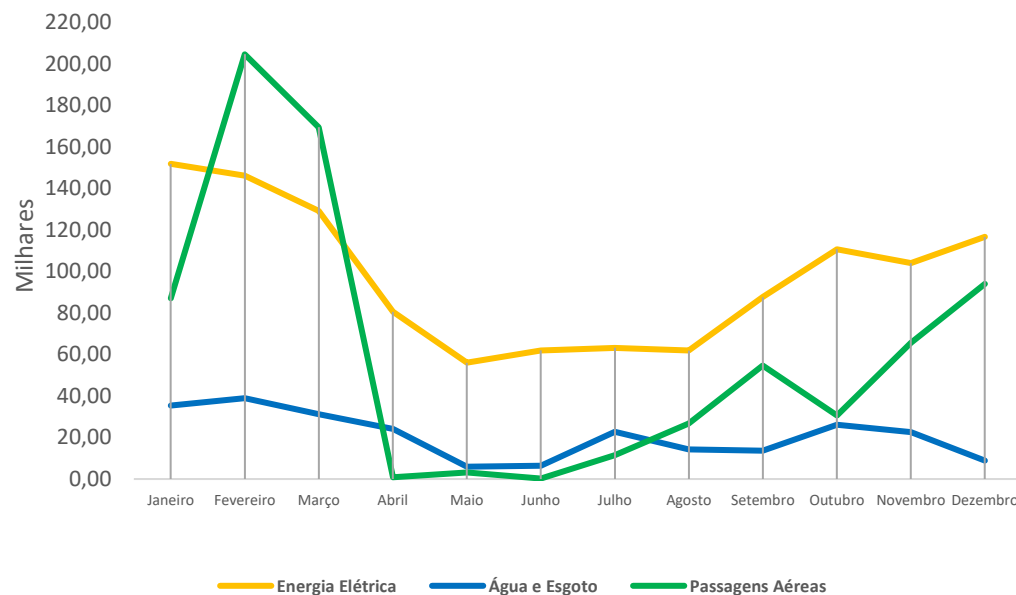


Gráfico: Gasto mês-a-mês com insumos e serviços logísticos.

Conforme pode-se observar no gráfico acima, a demanda por insumos de infraestrutura predial (água e esgoto) e serviços de suporte logístico (passagens aéreas) sofreu grande redução a partir de março, reflexo do início da pandemia no Brasil. A partir da metade do ano, pode-se observar a gradual retomada da demanda, em virtude da progressiva retomada das atividades presenciais, viabilizada pela adoção de todos os protocolos de segurança determinados pelo Ministério da Saúde, bem como com a diminuição das restrições para o deslocamento aéreo.

Almoxarifado

A demanda por materiais de consumo, solicitados pelo MInfra por meio do sistema Almoxarifado Virtual, sofreu uma queda de 75,5% em comparação ao ano anterior.

A pandemia de COVID-19, com a adoção de modalidades de teletrabalho, e os esforços de digitalização crescente dos serviços e atividades, foram os principais responsáveis por essa redução.

Demanda por materiais de consumo



Melhorias Gerenciais

- **Cartilha de Orientação de Gestão Patrimonial** - a publicação normatiza e orienta os procedimentos da gestão da atividade, com minutas documentais, passo-a-passos e legislação correlata;
- **Manual de Segurança e Acesso Predial** - o Manual, em fase de conclusão, pretende orientar os servidores e colaboradores do MInfra sobre procedimentos de segurança ordinários e de emergência;
- **Estudo e desenvolvimento de Sistema de Demandas Logísticas** - o sistema, a ser implementado em 2021, objetiva congregar as demandas logísticas dos usuários do Ministério, com controle refinado de prazos, protocolos e com geração de estatísticas gerenciais relevantes para a avaliação da qualidade e agilidade dos serviços.



Principais desafios e ações futuras:

- Assumir a administração do Edifício Sede do Bloco R da Esplanada dos Ministérios, até o momento sob responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Promover a modernização da infraestrutura dos edifícios Sede e Anexo do Bloco R da Esplanada dos Ministérios;
- Reforço na segurança predial das instalações do Ministério;
- Modernização do sistema de vigilância.
- Modernização da rede elétrica;
- Reforço das centrais de alarme e sistemas de combate à incêndios;
- Implementação de Plano de Gerenciamento de Crises.

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

Com o Decreto nº 10.368/2020, que alterou a estrutura do Ministério da Infraestrutura, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – SGETI criou a área de conformidade de TIC, essa área visa garantir a conformidade legal da gestão de TIC, analisa e implementa um grande conjunto de orientações estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia/ME, órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), Secretaria de Governo Digital – SGD/ME, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer aos comandos estabelecidos nos normativos internos, assim assegurando a conformidade legal da gestão de TIC.

Comitê de Governança Digital
CGD-MInfra

Publicação da nova Estratégia de Governança Digital - EGD do Decreto nº 10.332, de 29 de abril de 2020.

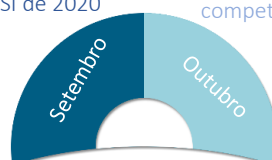
Definição do Encarregado da LGPD, para compor o CGD

Aprovação do 1ª revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2019-2020, pelo CGD.

Comitê de Segurança da
Informação - CSI/MInfra

2ª Reunião do CSI 2020 e aprovação da nova POSIC com alterações nas atribuições e competências.

1ª Reunião do CSI de 2020

Comitê Executivo de Tecnologia da
Informação e Comunicação
CETIC - MInfra

Reunião do CETIC onde foi alterado a composição do Comitê e as atribuições.



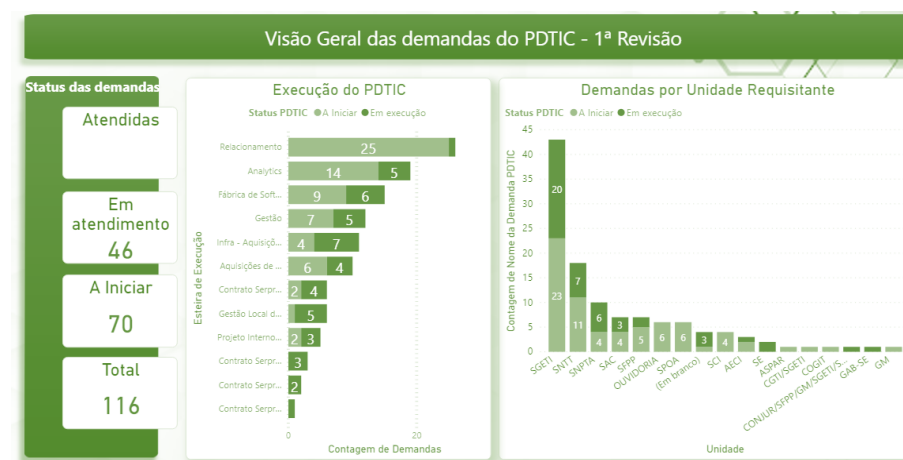
Avanços na Governança

- ✓ Nova estrutura SGETI
- ✓ Contrato unificado SERPRO
- ✓ Nova Unidade Gestora dos Recursos e Contratos de TIC
- ✓ Designação do DPO e criação da Sala de Situação LGPD
- ✓ Revisão da Carteira de Projetos Estruturantes de Transformação Digital
- ✓ Novo Modelo de Relacionamento de TICs
- ✓ Minuta da Política de Governança de TICs
- ✓ PDTIC e Plano Digital mais integrados

Principais Instrumentos da Gestão de TICs do MInfra

A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação utiliza alguns instrumentos de gestão para a execução das ações de TIC da organização. Entre eles se destaca o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O PDTIC possibilita justificar a aplicação de recursos de TIC, minimizando o desperdício e garantindo maior controle, para aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorando o gasto público e o serviço prestado à sociedade.

Em dezembro de 2020 foi aprovado e publicado a 1ª Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Infraestrutura para o período 2019-2022. A íntegra do PDTIC estão publicadas no Portal do Ministério da Infraestrutura e podem ser acessadas através do link <https://infraestrutura.gov.br/pdtic>.



Novo Modelo de Relacionamento de TIC

O novo modelo de relacionamento de TIC foi desenvolvido e implementado com o objetivo de dar o adequado tratamento às demandas dirigidas para a SGETI, orientando os recursos da Subsecretaria para o provimento de soluções oportunas e alinhadas às necessidades de negócio. Tem como premissas:

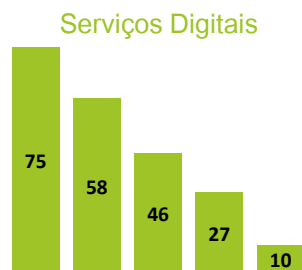
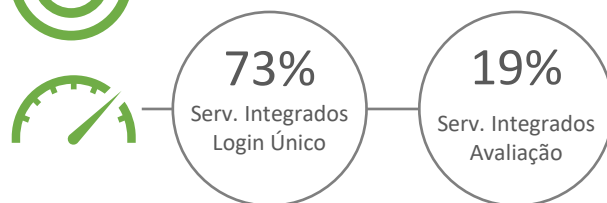
- ✓ Times multidisciplinares para assegurar a compreensão do problema e o seu adequado encaminhamento e resolução;
- ✓ Acompanhamento constante para identificar os avanços, os riscos e contornar entraves;
- ✓ Alinhamento estratégico como pilar para a priorização;
- ✓ Melhorar a comunicação com as áreas de negócio;
- ✓ Potencializar as oportunidades de aplicação das soluções de TIC;
- ✓ Consolidar as demandas de diversas naturezas em portfólio de projetos único;
- ✓ Priorizar as demandas e alocá-las nas esteiras de produção apropriadas, bem como alinhar expectativas entre demandantes e a SGETI.

Transformação Digital

Em 2020, o Minfra atingiu, de forma integrada com suas vinculadas e com 6 meses de antecedência, sua principal meta de digitalizar 100% dos seus serviços. São 215 serviços do setor prestados de forma digital à sociedade, reduzindo custos diretamente ao cidadão e para o próprio governo.



100% de Serviços Digitalizados!



Integração de Canais Digitais

Alinhado à Estratégia de Governo Digital do Governo Federal, o Minfra realizou a migração de 100% do seu Portal Institucional ao portal único GOV.BR, em conformidade com a determinação do Decreto 9.756/2019.

O órgão avançou ainda na integração dos seus serviços ao Login Único do Governo Federal e ao módulo de avaliação, tendo atingido 73% e 19% de serviços integrados às plataformas, respectivamente.

Inovações Tecnológicas

Em 2020, o órgão manteve-se na vanguarda das inovações tecnológicas em Governo Digital, tendo participado dos seguintes projetos pilotos:



- **PagTesoouro** → adotado no Porto Sem Papel, reduziu de “dias” para “segundos” a confirmação do pagamento de taxas necessárias para autorização de atracção nos portos
- **Assinatura Eletrônica Avançada** → Introduzida por meio da Lei nº 14.063, simplifica e reduz custo para uso de assinaturas em interações com entes públicos, tendo sido adotada de forma pioneira no sistema RENAVE, para transferência de veículos para estoque de lojistas
- **Modelo de Qualidade de Serviços** → participação no projeto piloto da implantação do modelo de gestão de serviços digitais, coordenado pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, baseado em avaliação de critérios objetivos e de percepção para melhoria contínua dos serviços

Portfólio de Projetos

O portfólio de projeto do Programa de Transformação é estruturado em 4 Eixos Temáticos e 1 Eixo Estruturante, conforme figura abaixo. São 60 projetos, sendo que 53% já se encontram finalizados.



Principais Entregas de 2020

- ✓ Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos (CRLV-e) 100% digital
- ✓ Chatbot Mauá
- ✓ Digitalização da 2ª Via do Passe Livre Interestadual
- ✓ Portal de Multas DNIT
- ✓ Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) Digital
- ✓ Integração do PagTesoouro ao Porto Sem Papel
- ✓ Integração da Assinatura Eletrônica Avançada ao RENAVE
- ✓ Indicação do Principal Condutor na Carteira Digital de Trânsito (CDT)
- ✓ Início do Piloto do Embarque Mais Seguro
- ✓ Implantação do SEI em 7 Entidades Vinculadas
- ✓ Módulos de consulta a pontos de interesse de caminhoneiros no App InfraBR

Experiência do Usuário

A Transformação Digital dos Serviços do Minfra é pautada pelas principais dores dos Usuários dos Serviços. Seguindo as mais modernas técnicas de inovação pública foram realizadas em 2020 uma série de Pesquisas de Jornada do Usuário:

- ✓ Motorista (CDT) - 2 rodadas
- ✓ Beneficiários do Passe-Livre
- ✓ Usuários dos Serviços Portuários
- ✓ PagTesoouro no Porto Sem Papel
- ✓ Fluxo burocrático das operações de transportes de carga pra DT-e

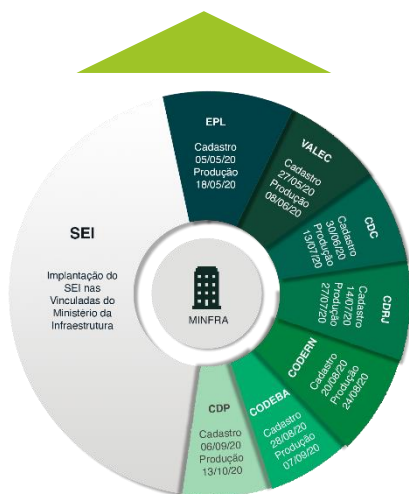


Cultura Digital

O Minfra realizou, em Julho, a **Digital Week**, uma série de webinars que reuniu cerca de 10 mil espectadores, dentre autoridades e servidores, além de representantes da sociedade civil, para discutir temas relacionados à tecnologia e inovação no setor de infraestrutura, transportes e trânsito.

SEI implantado em 7 vinculadas - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em 2020, o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) foi implantado em 7 entidades vinculadas: Empresa de Planejamento e Logística (EPL), em seguida foi implantado na VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, Companhias Docas do Ceará (CDC), Rio de Janeiro (CDRJ), Rio Grande do Norte (CODERN) Bahia (CODEBA) e Pará (CDP), trazendo ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário, além da redução de custos.



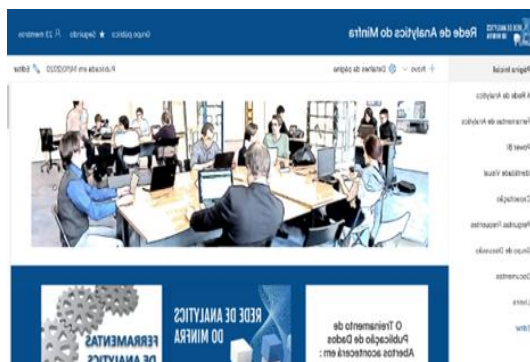
Portais de Informação e Analytics

O Portal de Painéis é um ambiente de integração e compartilhamento dos painéis estratégicos do MInfra, possibilitando que gestores de todos os níveis possam ter acesso a informações de maneira prática e tomar decisões orientadas a dados. São 23 painéis disponíveis, divididos em 10 categorias.

Rede Analytics

A Rede de Analytics tem como objetivos promover o compartilhamento de conteúdo, dados e informações, incentivar a cultura do *self-service BI* e maximizar a geração de informação estratégica no âmbito do MInfra.

O ambiente reúne guias de Boas Práticas, padrão de identidade visual, cursos e orientações que vão auxiliar na idealização e criação de painéis interativos. O grupo conta atualmente com 23 membros de todo o Ministério



Painéis do SEI e Comunidade do SEI

Foi desenvolvido em 2020 o painel do SEI que teve como premissa, apoiar a gestão do desempenho das unidades em relação aos processos SEI que tramitam pelo Ministério. O painel apresenta visões agrupadas e comparativas considerando os níveis organizacionais do órgão.

Além do painel, foi desenvolvida uma comunidade do SEI, um ambiente de SharePoint que tem como objetivo promover orientações de uso, melhores práticas, vídeo aulas, tutorias e de dar transparência dos responsáveis pelo suporte aos usuários.

Totais

Processos Gerados
95 mil



Andamentos Gerados
6 mi



Documentos Gerados
833 mil



Assinaturas
417



Alterações em Documentos
2 mi



Painel de Concessões

O Painel de Concessões (novas concessões) passou por uma remodelagem da base de dados para possibilitar a automação do processo de atualização do mesmo e proporcionou uma melhoria no processo de trabalho da equipe responsável por gerir as informações apresentadas no painel.

Dessa forma, a atualização das informações publicadas no painel passou a acontecer de maneira automatizada, com programação da atualização da base de dados e atualização das versões do painel diariamente. Ademais, a equipe gestora do painel otimizou suas horas de trabalho ao alimentar uma única fonte de dados que já é utilizada para dois painéis.

RODOVIAS FEDERAIS

Portal de Rodovias Federais

O Portal proporciona ao cidadão ter acesso às diversas plataformas de informações relacionadas ao modo rodoviário com mais facilidade.

Traz, ainda, informações de obras públicas, concessões, delegações ou novas outorgas.



Contratações Mais Relevantes em TIC

As contratações relevantes em TIC foram realizadas em conformidade com as metas, objetivos e planejamento estratégico do órgão e estão associadas às soluções oferecidas para o aprimoramento, eficiência e continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

Conectividade de acesso sem fio, com protocolos modernos, disponibilizando ambiente tecnológico rápido e seguro aos colaboradores e visitantes do Órgão.

Modernização do parque computacional do MInfra com 212 novos notebooks para as áreas de negócios.

Aquisição dos softwares especialistas Autodesk (CAD/BIM)

Unificação dos contratos com SERPRO amplia a capacidade de transformação digital serviços e gerou economia de 45 milhões.

Montante de Recursos Administrados pelo órgão Setorial de TIC

A partir de agosto de 2020, os recursos orçamentários destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação do MInfra passaram a ser geridos diretamente pelo órgão Setorial de TIC, na nova Unidade Gestora 390096, possibilitando, assim, uma melhor coordenação entre a aplicação dos recursos e as ações de tecnologia planejadas.

Orçamento executado em contratos de TIC (em 2020):

R\$ 104.083.755,83

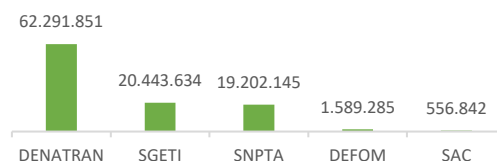
Valor total dos contratos de TIC vigentes (em 31/12/2020):

R\$ 107.529.607,58

Execução de Contratos de TIC Por objeto (R\$)

Impressão	405.872
Consultoria	593.092
Fabrica de Software	777.572
Marinha Mercante	1.589.285
Softwares Especialistas	1.887.498
Segurança da Informação	2.420.033
Ferramentas de Escritório e Nuvem	3.044.368
Gestão de Infraestrutura	11.872.041
SNPTA - Sistemas Estruturantes	19.202.145
DENATRAN - Sistemas Estruturantes	62.291.851

Execução de Contratos de TIC Por unidade (R\$)

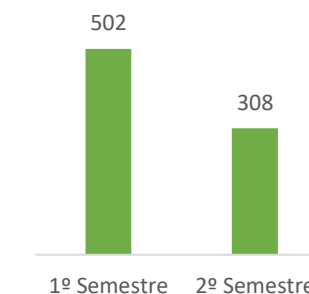


Infraestrutura

Implantação do Portal do Trabalho Remoto

O Ano de 2020 foi marcado por mudanças de rotinas devido a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). O Ministério da Infraestrutura mostrou capacidade de adaptação prontamente disponibilizando uma plataforma de trabalho remoto que permitiu aos usuários continuar a desempenhar suas atividades em período de isolamento social. O Portal de Trabalho Remoto permite que os usuários acessem uma quantidade de recursos e serviços que antes só estavam disponíveis para aqueles que atuassem presencialmente. Com isso, as tarefas e o cumprimento das metas e objetivos não foram impactados pela pandemia.

Qtd de usuários que acessaram a Rede do MInfra remotamente em 2020



Principais Entregas

- ✓ Conformidade dos Contratos frente a racionalização dos gastos e redução das despesas;
- ✓ Migração do Banco de Dados do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- ✓ Implantação do Novo Centralizador de Controle de Softwares (System Center), elevando o nível de maturidade na gestão do ambiente
- ✓ Implantação do Novo Servidor de Arquivos, que entrega maior garantia de disponibilidade e confiabilidade ao salvar ou compartilhar arquivos na organização
- ✓ Aprovação do PAC-TIC 2021
- ✓ Doação de 1.015 estações de trabalho ao MEC

Segurança da Informação e Comunicação

Durante o ano de 2020 foram realizadas algumas ações de Segurança da Informação e Comunicação. São elas:

- ✓ Implementação de web application *Firewall* (WAF), onde é mapeado o comportamento do usuário, identifica o tráfego proveniente de fontes maliciosas e fraudulentas;
- ✓ Implementação, monitoramento e balanceamento em todos os serviços;
- ✓ Implementação da TV Minfra, gerando mais interatividade com o usuário, aumento da visibilidade do negócio;
- ✓ Campanha de Segurança da Informação com esclarecimentos sobre LGPD, engajamento dos usuários com dicas relacionadas ao tema, etc

Você usa a mesma senha pra tudo?

Usar senhas fracas e repetidas faz com que você e seus dados fiquem vulneráveis aos criminosos virtuais.

Tenha senhas fortes e exclusivas, afinal, ela é um dos cadeados da sua segurança.

Confira aqui algumas dicas de como ter uma senha forte:

NO MÍNIMO 8 CARACTERES
p a 5 5 w o r d !
AO MENOS 1 NÚMERO AO MENOS 1 LETRA AO MENOS 1 SÍMBOLO

Quer saber mais, acesse bit.ly/jeito-seguro

Sustentabilidade Ambiental**Consumo de Recursos Naturais no MInfra**

A redução expressiva na demanda por recursos naturais das atividades administrativas do MInfra em 2020, em comparação a 2019, é explicada por dois fatores centrais:

- 1 - As crescentes digitalização dos serviços e atividades, com a redução significativa das necessidades de impressão de documentos; e
- 2 - A redução da ocupação física dos edifícios do MInfra, ocasionada tanto pela implementação emergencial de regimes de trabalho remoto em função da pandemia de COVID-19, quanto do início efetivo do Programa de Gestão de Teletrabalho, em novembro de 2020, permitiu a lotação de até 20% dos servidores da Pasta em regimes de trabalho à distância.

Além da redução na demanda desses insumos, o Ministério da Infraestrutura permanece comprometido com os esforços de reciclagem e coleta seletiva, inseridos no âmbito do Contrato de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A sustentabilidade e a eficiência energética norteiam o planejamento de obras e intervenções da Pasta, que zela pelo respeito aos princípios da eficiência e economicidade.

CrITÉrios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

No âmbito da gestão do MInfra, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em acordo com o previsto na IN SLTI/MPOG n.º 01/2010, de 19/01/2010.

Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os “critérios de sustentabilidade”, conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012.

Papel

Consumo de Papel em resmas	
2016	7.308
2017	4.586
2018	4.929
2019	4.798
2020	1.120



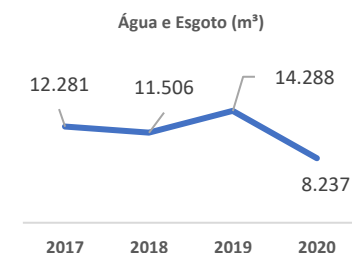
**REDUÇÃO
DE 75%**

**Água**

Água e Esgoto (m³)	
2017	12.281
2018	11.506
2019	14.288
2020	8.237



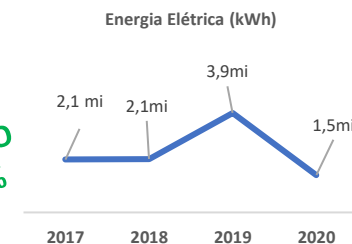
**REDUÇÃO
DE 42%**

**Energia**

Energia Elétrica (kWh)	
2017	2.125.793
2018	2.148.031
2019	3.994.515
2020	1.506.248



**REDUÇÃO
DE 62%**



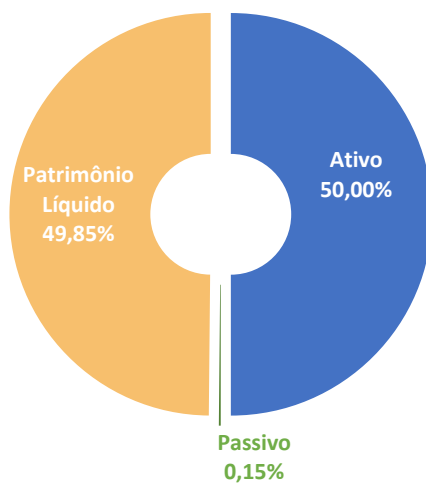
**Informações
orçamentárias,
financeiras e
contábeis**

4.



4.1 Gestão Contábil

Resumo da Situação Financeira Contábil da UPC



No Balanço Patrimonial, os Ativos do Ministério da Infraestrutura representam 50% e compreendem os recursos financeiros e patrimoniais, controlados pelo Órgão em decorrência de eventos passados que resultarão em benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Com relação aos passivos, sua representação é de 0,15%, e compreendem as obrigações do Órgão oriundas de eventos passados que poderá resultar em desembolsos futuros ou potenciais de serviços. O Patrimônio Líquido, que representa 49,85% do Balanço Patrimonial, é a diferença entre o total do Ativo e do Passivo, a qual demonstra o resultado acumulado, que poderá ser de superávit ou déficit.

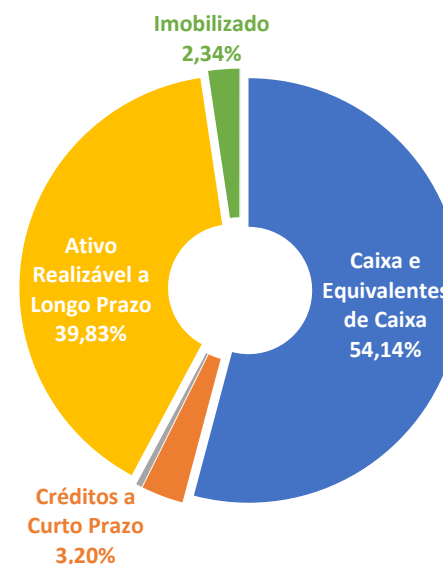
Dos ativos, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa é a que possui maior representatividade com 54,14%, sendo composto por disponibilidades Bancos, Aplicações na Conta Única da União e dos recursos recebidos do Tesouro Nacional como autorização para Saque. Em comparação ao exercício de 2019, verificou-se acréscimo de 14,34%.

O Ativo Realizável a Longo Prazo representa 39,83% do Ativo e corresponde quase em sua totalidade de Empréstimos e Financiamentos Concedidos pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Outro título contábil com valores significativos é o de Créditos a Curto Prazo representando 3,20% do Ativo. Em 2020, houve acréscimo de R\$ 634.501.770,90, correspondente a 29,85%, decorrente da variação cambial. Os empréstimos à conta dos recursos do FMM são concedidos, em sua maioria, em dólar americano, que no ano passado acumulou alta de 29,36%.

O Imobilizado corresponde 2,34% do Ativo, sendo composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Em 2020, ocorreram acréscimos de Bens Imóveis de R\$ 929.956.971,25 e decréscimo de Bens Móveis de R\$ 63.316.969,25.

	Valor (bilhões)	%
Ativo Realizável a longo Prazo	R\$ 34,33	39,83%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2,70	3,20%
Imobilizado	R\$ 2,02	2,34%
Caixa e equivalência de caixa	R\$ 46,70	54,14%

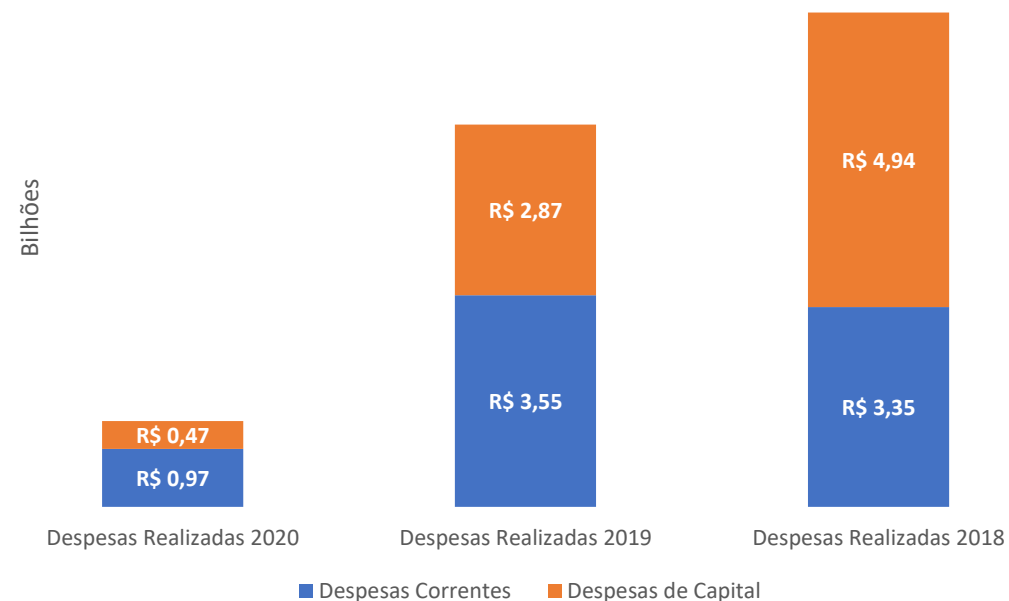
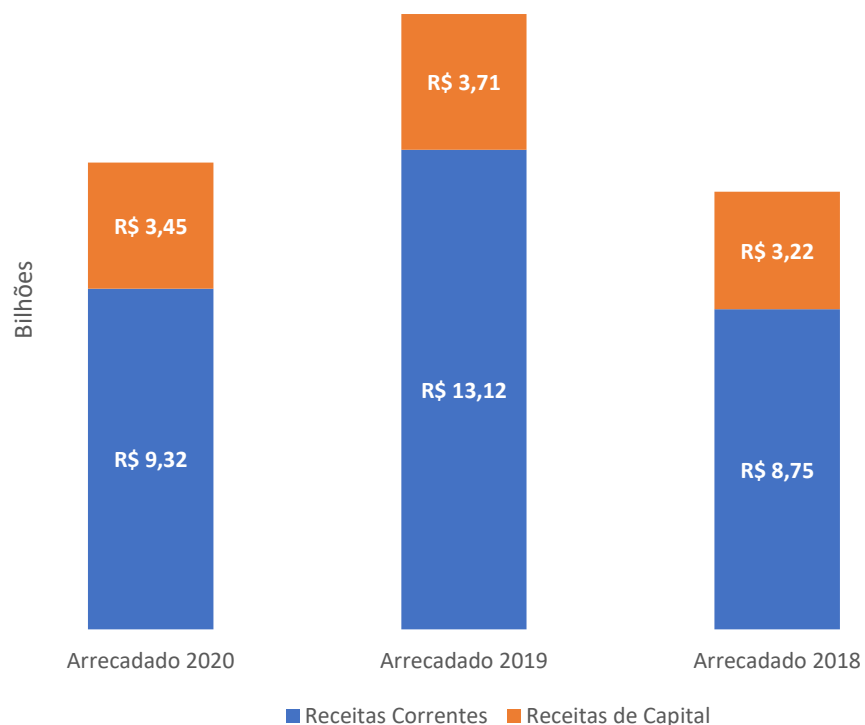


No período de 2020, o resultado foi de R\$ 9.266.261.483,26. Em relação ao período de 2019, houve uma redução de 12,07%.

Destaca-se que o Ministério da Infraestrutura possui resultado acumulado de R\$ 76.696.598.697,88.

Em 2020, as receitas arrecadadas foram de aproximadamente R\$ 12,7 bilhões de um total previsto de R\$ 15,3 bilhões. Em relação às receitas arrecadadas em 2019 - R\$ 16,8 bilhões, ocorreu decréscimo de 24,11%, em função do baixo recebimento das tarifas de embarque internacional, tendo em vista a pandemia da Covid-19, outro fator, foi a redução de receita de delegações e concessões para exploração de infraestrutura aeroportuária por empresas privadas.

Além disso, houve a diminuição da remuneração das aplicações na conta única da União, que tem por base a taxa SELIC, cuja rentabilidade acumulada em 2019 atingiu 5,79% e, em 2020, foi de 2,75%.



Em 2020, as despesas totais realizadas foram de R\$ 1,4 bilhões, que, em comparação com as de 2019 - 6,4 bilhões, verifica-se uma redução de 77,57%. Um dos principais fatores da redução foi o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Economia, cujo o objeto foi a transferência da responsabilidade pelo pagamento de 65 mil servidores inativos. É importante relatar que o Orçamento foi descentralizado ao Ministério da Economia, e a contabilização da despesa foi registrada naquele Órgão.

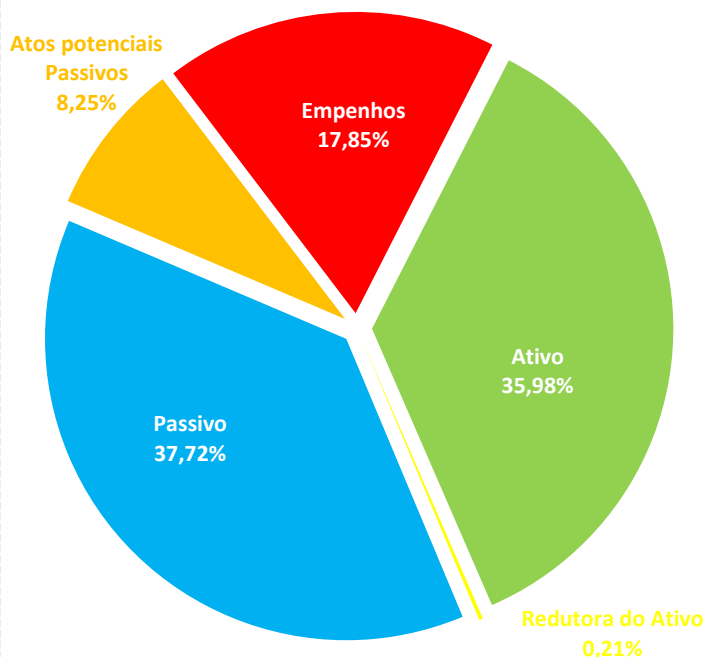
As Despesas de Capital apresentaram uma diminuição de R\$ 2.397.640.467,47. Destacam-se abaixo as principais reduções em relação à 2019, pertencentes ao grupo de Inversões Financeiras:

Despesas com Concessões de Financiamentos de Empresas - R\$ 937.087.148,12

Despesas com Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - R\$ 1.469.306.825,21

4.2 Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC

Foram realizados ajustes contábeis no exercício de 2020 decorrentes da baixa: de ativos, de contas redutoras do ativo, de passivos, de atos potenciais passivos, de empenhos, da reclassificação de saldos e de transferência de saldos, os quais alcançaram o montante de R\$ 153.444.274,40, conforme gráfico:



Na Conta de Adiantamentos Realizados, foi efetuado a baixa no montante de R\$ 55.178.521,06 referente ao Contrato Administrativo nº 01/2020, da empresa TAM Linhas Aéreas, pelo transporte de bens e mercadorias necessários ao combate à COVID-19.

Na Conta de Obrigações a realizar, foi efetuada a baixa no montante de R\$ 56.915.176,15, referente ao lançamento em duplicidade do Contrato Administrativo nº 01/2017, com empresa SERPRO.

Os Atos Potenciais Passivos compreende os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo. A baixa realizada no exercício foi referente a contratos de serviços, cauções, seguros-garantia e pela falta de comprovação de valores repassados por meio de convênios, sendo este o de maior relevância, no montante de R\$ 9.984.452,45.

Outro ajuste realizado foi o cancelamento de notas de empenhos referentes a restos a pagar de pessoal e ao Termo de Compromisso nº 001/2019 da SNPTA, consignado no processo nº 50000.035412/2017-95.

Foi efetivada a reclassificação do montante de R\$ 1.002.470,00, referente à alteração contábil de Softwares de vida útil definida para indefinida, bem como o estorno da depreciação correspondente ao valor de R\$ 317.470,00.

Ainda no exercício, foram providenciadas as seguintes transferências contábeis:

- o saldo de R\$ 2.029.079,00, referente a pagamento de pessoal da extinta RFFSA para o DNIT; e
- o saldo de R\$ 4.000.472,81, referente a softwares e bens móveis, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários para a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Obedecendo ao princípio orçamentário da anualidade, regido pelo art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/1964, a despesa paga ao SERPRO, no valor de R\$ 13.603.844,77, com empenho de restos a pagar foi reclassificada para empenho do exercício, consequentemente, houve a anulação do empenho 2019NE800001 (FUNSET).

Em cumprimento a decisão do TCU, constante da TC 013.026/2005-5, foi contabilizado como créditos a receber o valor não comprovado referente ao Convênio SIAFI nº 435095, equivalente a R\$ 1.517.048,76, que atualizado, conforme legislação em vigor, alcança o montante de R\$ 3.389.910,07.

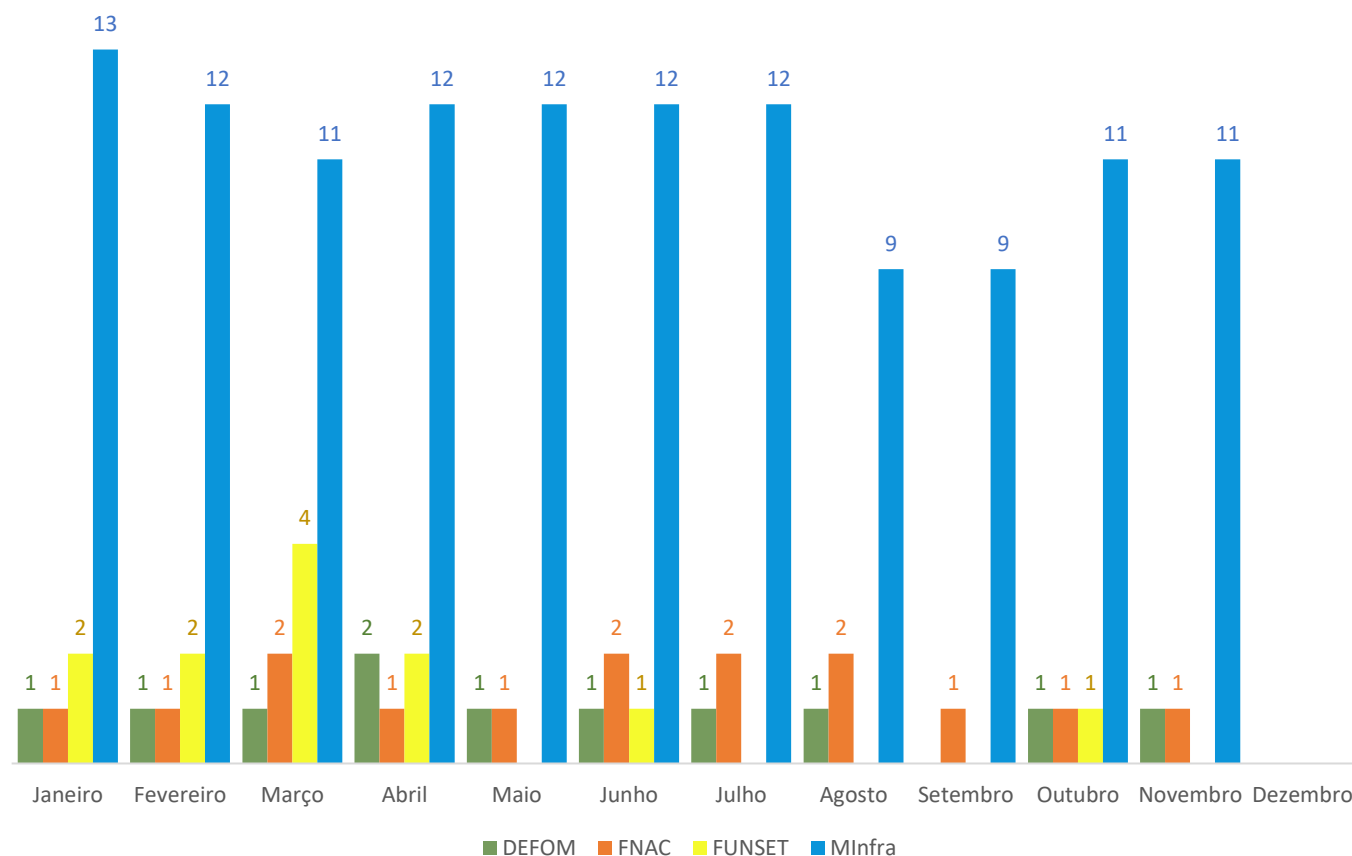
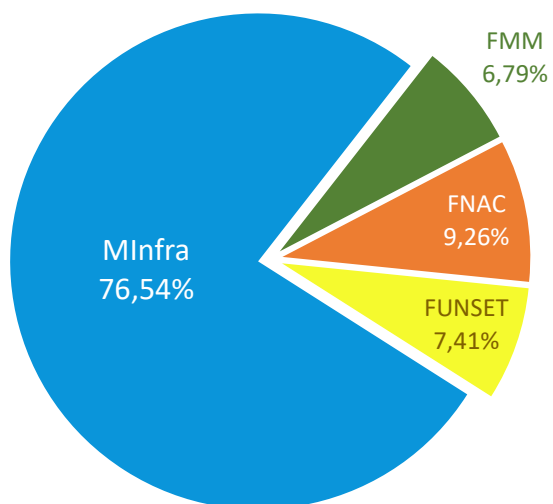
4.3 Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC

As informações constantes das demonstrações contábeis abrangem os dados da Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e dos Fundos: Fundo da Marinha Mercante - FMM, Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC e Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET.

A conformidade contábil baseia-se nos procedimentos descritos no Manual SIAFI, nas macrofunções elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, nas edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e nas legislações pertinentes ao assunto, visando garantir a integridade, confiabilidade e veracidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, utilizado pelo Governo Federal para execução dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Utiliza-se, ainda, das seguintes ferramentas: Power BI, Tesouro Gerencial, planilhas de controles, elaboração de relatórios mensais, os quais são encaminhados às Unidades Gestoras discorrendo sobre restrições contábeis apontadas e lançamentos que necessitam ser analisados e, se for o caso, regularizados.

Com o objetivo de disponibilizar a informação e garantir fidedignidade dos demonstrativos contábeis, o controle se faz por acompanhamento diário dos balanços e das informações constantes do SIAFI, solicitando ajustes via telefone, e-mail, comunica SIAFI e ofícios, quando necessários.



No exercício de 2020 foram apontadas restrições contábeis, conforme evidenciado nos gráficos. Esses apontamentos são identificados, descritos os motivos e realizado acompanhamento nas unidades até a devida regularização.

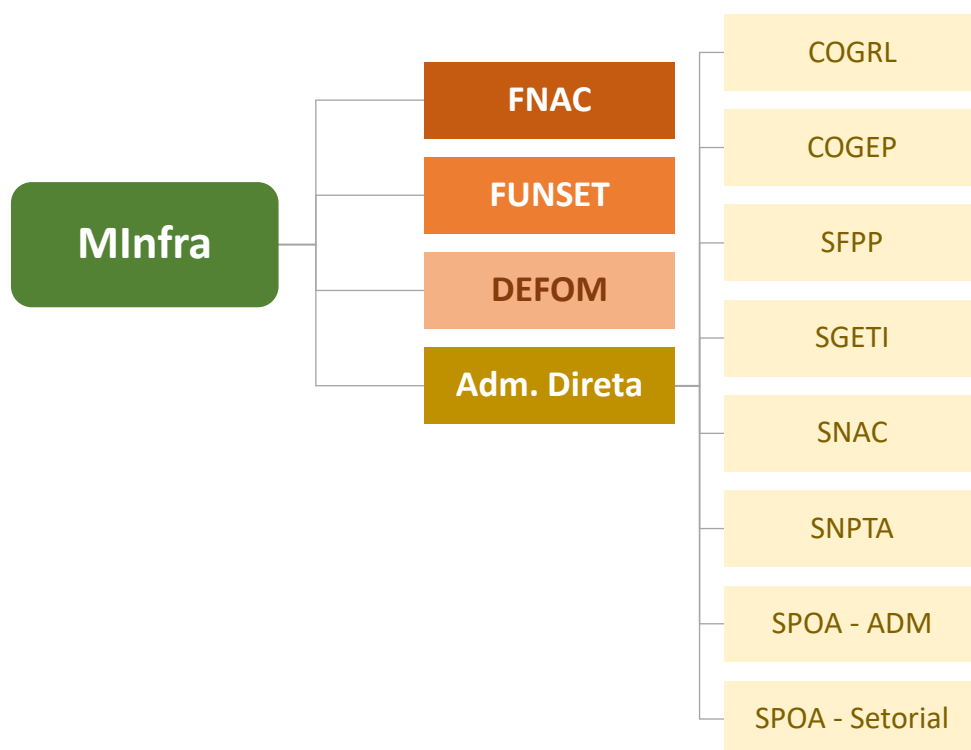
O MInfra, em sua administração direta, possui o maior percentual das inconsistências contábeis identificadas - 76,54%; sendo, a maior parte registrada na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviárias. Em dezembro, não foi apontada nenhuma restrição, tendo em vista que as inconsistências detectadas não impactam o BGU.

4.4 Informações dos Contadores da UPC

O Contador responsável por cada UPC tem como atribuição certificar que as Demonstrações Contábeis geradas pelo SIAFI estão em consonância com o disposto nas legislações pertinentes ao assunto, aos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as macrofunções elaboradas pela STN.

No MInfra, inclusive os Fundos a ele vinculados, cada unidade gestora executora dispõe de um responsável pelo registro de Conformidade Contábil no SIAFI. Este registro compete, apenas, a profissional em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que esteja em dia com as obrigações profissionais e devidamente credenciado no SIAFI para este fim.

Abaixo, observa-se a estrutura das unidades gestoras executoras - UGE no SIAFI:



O MInfra conta com uma Setorial Contábil de Órgão Superior atuando na orientação das demais unidades gestoras executoras, objetivando evitar distorções nas Demonstrações Contábeis, prevenir a ocorrência de inconsistências no SIAFI, bem como interligar suas unidades e a Coordenação de Contabilidade da STN. No ano de 2020, os responsáveis que atuaram pela Setorial Contábil Superior e unidades gestoras executoras foram:

CCONT/MINFRA

Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2020 a 31/12/2020

FNAC

Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2020 a 31/12/2020

FUNSET

Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2020 a 31/12/2020

DEFOM

Diego Jose da Silva Ramos - 01/01/2020 a 31/12/2020

COGRL - Unidade Criada em 05/2020

Paulo Henrique Severiano Bastos - 25/05/2020 a 31/12/2020

COGEP

Jader Wilson Teixeira Belchior - 01/01/2020 a 31/12/2020

SFPP

Diego Jose da Silva Ramos - 01/01/2020 a 31/12/2020

SGETI - Unidade Criada em 05/2020

Paulo Henrique Severiano Bastos - 25/05/2020 a 31/12/2020

SNAC

Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2020 a 31/12/2020

SNPTA

Amanda Fernandes Rabelo Prado - 01/01/2020 a 01/06/2020

Ricardo Aguiar dos Prazeres - 02/06/2020 a 31/12/2020

SPOA - ADM

Evandro Luiz de Souza - 01/01/2020 a 10/01/2020

Maria da Paz Bonfim Araújo - 11/01/2020 a 01/04/2020

Paulo Henrique Severiano Bastos - 02/04/2020 a 31/12/2020

SPOA - Setorial

Ana Josina Lopes da Silva - 01/01/2020 a 09/03/2020

Marly Menezes Dantas - 10/03/2020 a 31/12/2020

4.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas do Exercício 2020 estão disponíveis no site oficial do Ministério da Infraestrutura, em seção específica com chamada na página inicial sob o título “Transparência e Prestação de Contas”. O link para acesso direto é: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-2020.pdf>.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis seguem o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas de:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Ministério da Infraestrutura

A Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 (conversão da MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019), regulamentada pelo Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, estabeleceu a organização básica do MInfra.

Os relatórios das Demonstrações Contábeis do MInfra foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeiras do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem sua Administração Direta e Fundos, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).



Anexos e apêndices

5.



5.1 Lista de siglas e abreviações

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
 AESCOM - Assessoria Especial de Comunicação
 AESINT - Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacional
 AFRMM - Adicional ao frete para renovação da marinha mercante
 AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
 AGU - Advocacia-Geral da União
 AL - América Latina
 ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
 ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
 ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
 APFD - Administração Pública Federal Direta
 APT - Avaliação das Políticas de Transportes
 ASCOM - Assessoria de Comunicação
 ASSAM - Assessoria Socioambiental
 ATIT - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
 BF - Boletim Financeiro
 BGU - Balanço Geral da União
 BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
 BO - Boletim Orçamentário
 BP - Boletim Patrimonial
 BPM - Business Process Management
 BR-LEGAL - Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
 BSC - Balanced Scorecard
 CADIPP - Cadastro de Interessados Ponto de Parada
 CAPPL - Consultar Andamento de Processos Livre
 CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
 CC - Casa Civil
 CDC - Companhia Docas do Ceará
 CDFMM - Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
 CDP - Companhia Docas do Pará
 CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
 CDT - Canal Direto com os Transportes
 CDU - Classificação Decimal Universal
 CE - Comissão de Ética
 CEG - Comitê Estratégico de Governança
 CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
 CETIT - Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
 CGAA - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
 CGCAP - Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
 CGDC - Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
 CGJA - Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
 CGMO - Coordenação-Geral de Modernização e Organização
 CGRC - Comitê de Gestão, Riscos e Controles Iternos

CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
 CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
 CGU - Controladoria-Geral da União
 CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
 CIL - Centro de Integração Logística
 CLE - Corredores Logísticos Estratégicos
 CNH-e - Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica
 CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
 COAD - Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
 COAP - Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
 CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
 CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
 CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
 CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
 CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
 COE - Contratos Operacionais Específicos
 COEX - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
 COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
 COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
 COINF - Coordenação de Infraestrutura de Informática
 COMAP - Coordenação de Material e Patrimônio
 CONAC - Conselho de Aviação Civil
 CONAERO - Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
 CONAGH - Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
 CONAPORTOS - Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
 CONIT - Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
 CONJUR - Consultoria Jurídica
 CONSETRANS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
 CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
 CORREG - Corregedoria
 COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
 COTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
 CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
 CPPI - Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
 CREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
 CRLV-e - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico
 CTICS - Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
 CTLAG - Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
 CVC - Contagem Volumétrica Classificatória
 DAS - Direção e Assessoramento Superior
 DEADE - Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
 DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército
 DECON - Departamento de Concessões
 DEDL - Departamento de Desenvolvimento e Logística

DEINT - Departamento de Informações de Transportes
 DEPLAN - Departamento de Planejamento de Transportes
 DEPTA - Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
 DEPTT - Departamento de Programas de Transportes Terrestres
 DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 DGTI - Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação
 DIBEN - Divisão de Benefícios
 DICOP - Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
 DINOR - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humana
 DITC - Divisão de Treinamento e Capacitação
 DIVAP - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
 DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
 DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
 DOU - Diário Oficial da União
 DP - Direito de Passagem
 DT-e - Documento Eletrônico de Transporte
 DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
 EF - Estrada de Ferro
 EGA - Sistema Eletrônico de Gabinete
 EGP-TI - Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
 EPL - Empresa de Planejamento e Logística
 ETAV - Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
 ETC - Estação de Transbordo de Cargas
 ETC - Estação de Transbordo de Carga
 EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
 FCPE - Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo
 FEP - Fundo de Estruturação de Projetos
 FG - Funções Gratificadas
 FHWA - Federal Highway Administration
 FICO - Ferrovia Integração Centro Oeste
 FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
 FMM - Fundo da Marinha Mercante
 FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil
 FNS - Ferrovia Norte-Sul
 FORMAR - Acompanhamento de Formação de Servidores
 FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
 GCN - Gestão de continuidade de Negócios
 GEIPOT - Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
 GM - Gabinete do Ministro
 GPWEB - Gestão de Projetos WEB
 GT - Grupo de Trabalho
 GTPE - Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
 HDM-4 - Highway Development and Management Model
 HELP ONLINE - Guia prático de ajuda
 IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais



IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
ICE - Índice de Conformidade Executiva
ICP - Índice de Pertinência Complementar Propositivo
IDE-T - Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
IDG - Indicador de Desempenho Geral
iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
IG-Minfra - Índice de Governança do Ministério da Infraestrutura
IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
InfraBR - Aplicativo para caminhoneiro gerenciar sua jornada
IP4 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
IPC - Índices de Preços ao Consumidor
IPE - Índice de Porte Econômico
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPR - Instituto de Pesquisas Rodoviárias
ITE - Índice de Temporalidade Executiva
ITP - Índice de Temporalidade Propositivo
JEO - Junta de Execução Orçamentária
LAI - Lei de Acesso à Informação
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPI - Meta Anual Projetada
MBC - Movimento Brasil Competitivo
MF - Ministério da Fazenda
MFN - Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
MInfra - Ministério da Infraestrutura
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE - Ministério de Relações Exteriores
MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NEAT - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
NMAM - Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
NMAT - Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
NMEA - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
OAC - Obras de Arte Correntes
OFI - Operadores Ferroviários Independentes
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Orçamento Geral da União
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística
ONU - Organização das Nações Unidas
OTM - Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
OUV - Ouvidoria
PA - Processo Administrativo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAEA - Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
PAG - Prima Associação dos Governos
PAM - Percentual de Ações Monitoradas
PAN - Plano Aeroviário Nacional
PANAC - Política Nacional de Aviação Civil
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCN - Plano de Continuidade de Negócios
PDA - Plano de Dados Abertos
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEF - Pagamento Eletrônico de Frete
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PER - Programas de Exploração de Rodovias
PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
PFA - Posto de Fiscalização e Atendimento
PGEO - Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
PGF - Procuradoria-Geral Federal
PGINF - Programa Gestão da Informação
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PHE - Plano Hidroviário Estratégico
PIAF - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
PIL - Programa de Investimentos em Logística
PIT - Planejamento Integrado de Transportes
PMGP - Programa Modernizando a Gestão Pública
PMI - Plano de Metas e Investimentos
PNCV - Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNL - Plano Nacional de Logística
PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada
PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes
PNP - Plano Nacional de Pesagem
PNT - Política Nacional de Transportes
PNTH - Política Nacional de Transporte Hidroviário
PPA - Plano Plurianual da União
PPEi - Percentual de Participação do Projeto
PPI - Programa de Parceria de Investimento
PPP - Parceria Público-Privada
PPV - Programa de Pesagem de Veículos
PROCREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
PROPASS - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
PROSINAL - Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
PSP - Plano Setorial de Parcerias

RAD - Reuniões de Avaliação do Desempenho
RAE - Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
RDC - Regime Diferenciado de Contratação
REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RFB - Receita Federal do Brasil
RFFSA - Rede Ferroviária Federal
RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
SAAD - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
SAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
SAECI - Sistema da Assessoria de Controle Interno
SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
SAMS - Serviço de Atendimento Médico-Social
SAPPI - Sistema de alimentação Ações de Estados
SCA - Sistema de Controle de Acesso
SCEPL - Sistema de Consulta Extrema Controle
SCI - Subsecretaria de Conformidade e Integridade
SCIMO - Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
SE - Secretaria Executiva – MT
SEAINF - Serviço de Articulação e Informação
SECR - Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
SEGES - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SEP - Secretaria Especial de Portos
SEPEN - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
SEREF - Serviço de Registro Funcional
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SFAT - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
SFF - Sistema Ferroviário Federal
SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
SGD - Sistema de Gestão de Documentos
SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
SGF - Sistema de Gestão de Frotas
SGI - Sistema de Gestão Internet
SGINP - Sistema de Gestão de Impressão de Processos
SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte
SGP - Sistema de Gestão Processos
SIADRE - Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
SIAEP - Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
SIAEX - Sistema de Extração
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF - Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
SICAP - Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAR - Sistema de Controle de Arquivo
SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal



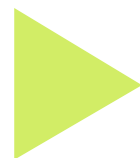


SICPAG - Sistema de Controle de Pagamento
SICPAT - Sistema de controle de Pagamentos atrasados
SIGAT - Sistema de Gestão das Ações de Transporte
SIGEF - Sistema de Gestão Funcional
SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SIGPAC - Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGT - Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
SIMIC - Sistema de Microfilmagem
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORC - Sistema de Orçamento
SIORG - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC - Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG - Sistemas de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISPF - Sistema de Programação Financeira
SITRA - Sistema de Tramitação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres
SNV - Sistema Nacional de Viação
SOF - Secretaria Orçamento Federal
SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
SPATIC - Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
SPCE - Sistema de Painel de Controle de Eficácia
SPF - Sistema de Programação Financeira
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPL - Sistema de Passe Livre
SPNLT - Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
SPNT - Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SREAP - Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
SUST - Subsecretaria de Sustentabilidade
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TAV - Trem de Alta Velocidade
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de execução descentralizada

TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação
TM - Tráfego Mútuo
TRC - Transporte Rodoviário de Cargas
TRF - Tribunal Regional Federal
TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
TRIIP - Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros
TUP - Terminais de Uso Privativo
TUP - Terminal de Uso Privado
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UG - Unidade Gestora
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
VMDA - Volume Médio Diário Anual
Wi-fi - Rede Sem Fio
ZAL's - Zonas de Atividades Logísticas e Elaboração de Estudos Técnicos das Hidrovias.



#concretiza
BRASIL



MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL